

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA ALEXANDRE

MULHERES À LUTA! REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM JOINVILLE
(1880-1930)

CURITIBA

2021

DANIELA ALEXANDRE

MULHERES À LUTA! REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM JOINVILLE
(1880-1930)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Santos Lima

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Alexandre, Daniela

Mulheres à luta! representações do feminino em Joinville (1880-1930). /
Daniela Alexandre. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ederson Santos Lima

1. Mulheres – História – Joinville (SC). 2. Emigração e Imigração – Santa
Catarina. 3. Arquivo Histórico de Joinville – Coleções de fotografias. I. Lima,
Ederson Prestes Santos. II. Título.

CDD – 981.63

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DANIELA ALEXANDRE** intitulada: **Mulheres à luta! representações do feminino em Joinville (1880-1930)**, sob orientação do Prof. Dr. EDERSON PRESTES SANTOS LIMA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica
19/10/2021 11:09:32.0
EDERSON PRESTES SANTOS LIMA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
18/10/2021 14:04:50.0
VALQUIRIA ELITA RENK
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO
PARANÁ- PUCPR)

Assinatura Eletrônica
18/10/2021 14:03:26.0
ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
18/10/2021 14:40:14.0
DENILSON ROBERTO SCHENA
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARANÁ IFPR)

AGRADECIMENTOS

Em um ano que nem imaginávamos que viveríamos uma pandemia eu vivi uma das maiores tragédias da minha vida até então: o falecimento de meu pai. Portanto, dedico essa dissertação a ele como forma de agradecer a vida, aos estudos e ao orgulho que ele demonstrava quando dizia para os amigos: “minha filha é professora!”. Dedico a ele muito mais do que estas páginas, mas todo o crescimento pessoal que tive que ter para conseguir terminar essas páginas em meio ao luto. Coincidentemente, estou elaborando esse agradecimento no mês que completo dois anos sem sua presença física, não tenho palavras que descrevam a saudade e todos os sentimentos de impotência e de não ter feito tudo o que poderia ter feito que o luto nos traz. Então agradeço primeiramente a ele porque eu sei, tenho certeza que sem a presença espiritual de meu pai me empurrando para prosseguir, eu não teria dado conta de finalizar a pesquisa.

Em segundo lugar quero agradecer a minha família e meus que foram meu suporte emocional durante esses anos. Minha mãe pela sua paciência, compreensão e por ter largado da sua vida particular durante anos para cuidar das filhas e do lar e que foi a grande inspiração para que eu me tornasse feminista, minhas tias por serem professoras inspiradoras e/ou trabalhadoras do lar fortes e determinadas e meus amigos que ouviram choros, reclamações e leram muitas vezes parágrafos feitos e refeitos.

Em especial, Anelise Bonaldi Kloppel e Misleine Kreich que apoiaram todos os passos da minha vida antes mesmo da entrada no mestrado, mas especialmente que seguraram minha mão no luto, na dor, na depressão e me puxaram de volta para a realidade com muito afeto e boas risadas à distância.

Também ao meu noivo Dhuan Luiz Xavier e sua família, que agora é minha também, que me apoiaram e se dispuseram a me auxiliar em tudo que fosse necessário durante esse processo. Dhuan trouxe leveza e apoio sempre que necessário e compreensão sempre que possível.

Por último, a nova rede de amigos que criei durante o mestrado, que dividiu os perrengues, deram conselhos, reclamaram juntos e produziram boas figurinhas de whatsapp.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre o trabalho feminino na Colônia Dona Francisca entre os anos de 1880 e 1930. Como o objetivo final produzimos uma caixa temática com fotografias disponíveis no Arquivo Histórico de Joinville e legendas com explicação e direcionamentos para o trabalho em sala de aula. As problemáticas de pesquisa desenvolvidas apontam onde encontramos as mulheres no processo de colonização da Dona Francisca; como abordar o trabalho da mulher para o público estudantil através da possibilidade de uso da caixa temática e se as normas e condutas vigentes para as mulheres nos períodos alcançavam todo o público feminino ou tinham um público alvo. A partir disso, entre os resultados alcançados destacamos que as mulheres estão presentes durante todo o processo de construção colonial, trabalhando dentro e fora do ambiente doméstico, assumindo posições de comando e negócios, a frente de máquinas nas empresas, no trabalho escravo, na saúde e educação e na lida da roça. Destacamos também a importância do uso da fotografia não como enfeite, mas como material de pesquisa e produção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Mulheres. Imigração. Dona Francisca. Fotografia. Ensino de História.

ABSTRACT

This paper provides the results of research on female labor in Dona Francisca Colony between the years 1880 and 1930. As the final objective, we produced a theme box with photographs available at the Joinville Historical Archive and captions with explanations and directions for classroom activities. The developed research issues indicate where we find women in the colonization process of Dona Francisca; how to approach the labor of immigrant women to the student audience through the possibility of using the theme box and whether the norms and conducts in force for women at the time reached the entire female public or had a target audience. From this, among the achieved results, we highlight that women are present throughout the process of colonial construction, working inside and outside the domestic environment, assuming positions of command and business, at the head of machines in companies, in slave labor, in health and education and in farmland. We also emphasize the importance of using photography not as an ornament, but material of research and production of historical knowledge.

Keywords: Women. Immigration. Dona Francisca. Photography. History teaching.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA REPRESENTANDO OS POVOS INDÍGENAS DE SANTA CATARINA EM 1850.....	28
FIGURA 2 - MAPA DA MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS CONCEDIDAS PARA A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA	30
FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DA FAMÍLIA KÖRSTEN EM FRENTE À SUA CASA ENXAIMEL.....	38
FIGURA 4 - ALUNOS DA ESCOLA COLONIAL DE JOINVILLE, TAMBÉM CONSTRUÍDA NA TÉCNICA ENXAIMEL.....	38
FIGURA 5 - CASA ENXAIMEL EM CIMA DE UM MORRO.	39
FIGURA 6 - FAMÍLIA STOCK	46
FIGURA 7 - FAMÍLIA ULRICH. Em destaque as crianças posando com suas bicicletas	48
FIGURA 8 - A XILOGRAVURA APRESENTA UMA RESIDÊNCIA EM MEIO A UMA ÁREA DESMATADA.	50
FIGURA 9 - FAMÍLIA DE COLONOS COM FERRAMENTA DE TRABALHO E ANIMAIS EM FRENTE A UMA CASA DE BAMBU	52
FIGURA 10 - FAMÍLIA DE COLONOS, COM SUAS FERRAMENTAS EM FRENTE DA CASA DE MADEIRA E BAMBU COM TELHADO DE PALHA	53
Figura 11 - GRUPO DE CINCO MULHERES EM UM CURSO DE CORTE E COSTURA NA ESTRADA DA ILHA.....	54
FIGURA 12 - LILLY TIEDE CONCENTRADA EM UMA ATIVIDADE MANUAL	54
FIGURA 13 - GRUPO DE TRÊS MULHERES EM FRENTE A UMA CASA DE MADEIRA COM TELHADO DE PALHA.....	56
FIGURA 14 - ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA DO NÚCLEO DE ANABURGO (VILA NOVA)	59
FIGURA 15 - ALUNAS DO COLÉGIOS SANTOS ANJOS FAZENDO TRABALHOS MANUAIS.....	60
FIGURA 16 - ESCOLA DE ÁREA RURAL COM SEPARAÇÃO POR GÊNERO.....	61
FIGURA 17 - PROFESSORA LÚCIA LOPES	63
FIGURA 18 - PROFESSORAS ROSA LAUER E ELISABETH VON DREIFUSS.....	64
FIGURA 19 - PROFESSORA MATHILDE RIECKES	64
FIGURA 20 - PROFESSORA ANA MARIA HARGER	65

FIGURA 21 - PROFESSORA ANTONA ALPAÍDES	67
Figura 22 - DIPLOMA ASSINADO POR ANTÔNIA ALPAÍDES	68
Figura 23 - NOTA DE FALECIMENTO DA PARTEIRA LAURA NEUMANN	70
FIGURA 24 - ANÚNCIO DO HOTEL YPIRANGA DE PROPRIEDADE DE ELISA D. MAYA.....	73
FIGURA 25 - ANÚNCIO DA FLORISTA THERESA A. C. ROCHADEL	74
FIGURA 26 - ANÚNCIO DE BÁRBARA JORDAN	75
FIGURA 27 - ANÚNCIO DA FIRMA VIÚVA SCHLEMM & FILHO.....	75
FIGURA 28 - ANÚNCIO AOS DEVEDORES DA VIÚVA M. SCHNEIDER.....	75
FIGURA 29 - MULHERES POSANDO EM FRENTE A FÁBRICA DE PREGOS E ARAMES.....	80
FIGURA 30 - QUADRO ESTATÍSTICO DAS ALTERAÇÕES NA MATRÍCULA DOS ESCRAVOS DO CENSO IMPERIAL DE 1872 A 1875	83
FIGURA 31 - QUADRO ESTATÍSTICO DAS ALTERAÇÕES NA MATRÍCULA DOS FILHOS LIVRES DE MULHER ESCRAVA DO CENSO IMPERIAL DE 1872 A 1875.....	84
FIGURA 32 - IMAGEM DE IMIGRANTES RETIRADA DO LIVRO DIDÁTICO.....	85
FIGURA 33 - PÁGINA DO LIVRO DIDÁTICO A RESPEITO DOS IMIGRANTES.....	86
FIGURA 34 - PROTÓTIPO DOS CARTÕES DA CAIXA TEMÁTICA.....	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ALEMANHA E O BRASIL NO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO	21
3 PAPEL E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	44
3.1 MULHERES E O TRABALHO NA PROPRIEDADE RURAL	50
3.2 PROFESSORAS	57
3.3 MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE	68
3.4 MULHERES PROPRIETÁRIAS	72
3.5 OPERÁRIAS E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	77
4 HISTÓRIA DAS MULHERES, IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO	85
4.1 HISTÓRIA E FOTOGRAFIA	91
4.2 PRODUTO FINAL	95
5. CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE.....	112

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem enfoque nas mulheres das famílias imigrantes alemães que vieram para a região de Joinville, Santa Catarina, entre os anos de 1880 e 1930, período no qual a vinda de imigrantes para a Colônia Dona Francisca já havia se iniciado desde 9 de março de 1851 até o início do século XX, abrangendo assim o grande fluxo de imigração devido a abolição da escravatura e ao início da República no Brasil.

A escolha de recorte e de tema se deu devido ao meu papel em sala de aula enquanto professora contratada do Estado de Santa Catarina, que percebi nos meus 5 anos de prática em sala de aula com alunos do ensino fundamental e médio da rede pública, que os materiais didáticos sobre a colonização abrangem muito mais a história geral do Brasil e muito pouco a história das mulheres. Portanto, há nessa pesquisa uma busca de fonte regional para debate em sala de aula e de materiais que apresentem as mulheres como participantes desse processo.

Sobre a História de Gênero, parto de Scott (1995, p. 2), que argumenta que muitos historiadores separam a história das mulheres do restante, reconhecendo que ela existe, descartando ou deixando para que as feministas se encarreguem de fazê-la. Há nisso um desafio quanto a estes tipos de posicionamentos que liga a história do passado a nossas práticas atuais.

Tomando os questionamentos sobre os usos de gênero tem sido utilizado no campo de pesquisa (SCOTT, 1994), meu intuito é não dar somente visibilidade às mulheres no campo do trabalho, do cotidiano e das sociabilidades, mas também apontar porque essa invisibilidade e ausência acontece durante todo esse período, visto que “as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente [...]. Novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificar a importância (ou a falta dela) atribuída às atividades femininas” (SCOTT, 1994, p. 13-14).

Analisar passado e presente, dentro dessa perspectiva, como uma ação continuada, permite uma análise que tenha movimento de transformação através da percepção de que a forma como nos organizamos enquanto sociedade produz e reproduz a divisão de gênero através da diferença, onde busca-se vencer uma disputa de poder (SCOTT, 1994, p.20).

A Colônia Dona Francisca corresponde a um território oferecido como dote de casamento entre o príncipe francês François Ferdinand Philippe de Orléans e Dona Francisca Carolina¹. O território que, além de Joinville compreendia as regiões vizinhas deveria ter toda a infraestrutura para que a chegada dos imigrantes e sua permanência se desse com o mínimo de conforto e segurança (GUEDES, 2005). Entretanto, ao chegar ao local determinado a partir de 1851, no qual se formou a colônia Dona Francisca a realidade era impactante.

Além dos autores utilizados para produzir a análise bibliográfica do tema, outros autores foram importantes para ampliar, organizar, planejar os objetivos, pensar na proposta didática e no impacto do tema nas publicações atuais. Para isso, os sites de teses e dissertações foram visitados e mapeados para ampliar meu repertório e verificar, durante os anos de 2016 a 2021, o que os autores regionais e nacionais falavam sobre temas como História das Mulheres e de Gênero, Educação e História das Mulheres, Possibilidades de ensino dinâmico em sala de aula, História da Fotografia e seu uso como fonte. Dentre os trabalhos, destaco as pesquisas de Ferreira (São Paulo, 2019), Barros (Florianópolis, 2017) e Oliveira (Curitiba, 2019).

Luiz Mateus da Silva Ferreira, em sua tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica no ano de 2019 para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, intitulada *Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*, analisou fontes sobre a organização e formação econômica da Colônia (documentos da direção, dos imigrantes, jornais e crônicas, entre outros), possibilitando termos um suporte sobre esse aspecto da região e delimitarmos um período temporal que abrangesse nossos objetivos. O período estudado pelo autor é próximo ao de nossa análise, visto que este trata dos anos iniciais da primeira leva de imigrantes até a industrialização, mas trazendo documentos e leis anteriores aos anos de 1850, explicitando todo o processo anterior à entrada da imigração onde hoje é Joinville.

¹ Dona Francisca Carolina, princesa irmã de Dom Pedro II, casou-se em 1843 com o filho do rei da França Dom Luís Filipe, o príncipe François Ferdinand Philippe de Orléans. O dote do casamento seriam terras brasileiras onde hoje localiza-se parte do território de Santa Catarina. No período essas terras receberam o nome de Colônia Dona Francisca, em homenagem à princesa (BÖBEL; S. THIAGO, 2001).

O autor escreve que no Brasil desse período, existiam dois grupos distintos discutindo a política de imigração, sendo o primeiro formado pela elite e por intelectuais que aprovavam a criação de pequenas propriedades para as colônias e o segundo grupo, formado pelos fazendeiros do café insatisfeitos com a falta de escravos, que queria que o governo suprisse essa falta com mão de obra imigrantes levada direto para a lavoura com subsídios oficiais e leis que dificultassem a posse de terras aos pobres (FERREIRA, 2019, p. 45).

Sobre a escolha do colono ideal, Ferreira (2019) apresenta a discussão em torno do imigrante chinês, após uma leva desembarcar no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856. Nesse contexto, alguns parlamentares e jornais se referiram aos chineses como insolentes, escória da humanidade e inconvenientes (FERREIRA, 2019, p. 47). Já sobre a Colônia Dona Francisca, há quadros disponíveis em seu trabalho sobre o perfil dos imigrantes alemães, desde idade, profissão, motivos para a vinda e aportes jurídicos para a formação da Colônia e escreve que

Na raiz do desenvolvimento da Colônia Dona Francisca parece estar o fato de todos os colonos terem acesso à terra. Esse contexto dava ao imigrante a possibilidade de obter a sua subsistência de maneira independente e optar, conforme as circunstâncias e oportunidades, por destacar mais ou menos tempo ao cultivo da sua propriedade (FERREIRA, 2019, p. 223).

Vera Beatriz de Jardim Sayão Barros, em sua dissertação *Os álbuns de Violeta: trajetórias familiares e gostos sociais nos álbuns de fotografias (Rio de Janeiro, 1855-1897)* submetida ao Programa de Pós – Graduação De História da Universidade Federal de Santa Catarina em 2017, analisou 160 fotografias dos álbuns de família de Violeta Monteiro de Azevedo Jardim, correspondentes aos anos de 1855 a 1897, objetivando analisar o processo de construção das imagens, dos álbuns e dos hábitos do Rio de Janeiro do século XIX.

A autora faz uma discussão muito interessante e importante sobre a produção de fotografias de família e sobre o desejo de possuir álbuns para expor às visitas, além de cartões de visitas dados aos amigos (BARROS, 2017, p. 21). Ela salienta a construção do álbum para transmitir a memória da família e delimitá-la a um grupo, a uma distinção social.

Apesar de tratar de um recorte e contexto diferente, a dissertação nos encaminha indicações sobre moda, cortes de cabelos, estilos e distinções que nos

possibilitaram delimitar em algumas fotografias sem data que tínhamos na pesquisa, um período aproximado.

Já o trabalho de Carla Martins de Oliveira, *O protagonismo das mulheres na História: proposta metodológica para o ensino fundamental*, dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Paraná, em 2019, é uma pesquisa historiográfica sobre a importância da mulher e do feminismo para a superação de seu ocultamento, com enfoque para os livros didáticos. Como é um Mestrado Profissional, a proposta metodológica se faz presente através de um material para professores de História. Apesar do enfoque didático ser a produção da Constituição de 1988, este trabalho me deu embasamento e clareza sobre a produção de material didático, do trabalho de interpretação de fontes. Segundo a autora

[...] o estudo sobre as mulheres cumpre uma função social. Possibilitar ao estudante compreender que não há uniformidade na História, que nem todas as mulheres pensavam e agiam da mesma forma, que a elas cabe um protagonismo nas suas vidas particulares e também na sua vida social. A vida e a luta de pessoas desconhecidas ao longo da história da humanidade lançaram os ali cerces da nossa vida. Se o ensino de história possibilitar o reconhecimento identitário desse legado muito contribui para a emancipação humana. (OLIVEIRA, 2019, p. 48)

Em Joinville, assim como em Santa Catarina de modo geral, a história que nos ficou é muito próxima, obviamente que com suas peculiaridades locais, mas todas destacam o colonizador masculino como o trabalhador incansável. Procurando abranger a história das mulheres que vieram para a região de Joinville e suas descendentes nesse processo e buscando produzir um produto didático como resultado final da dissertação, como pede o Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, apontamos três problemáticas de pesquisa: 1) Onde encontramos as mulheres no processo de colonização? 2) Como apresentar essa temática da mulher no século XIX e início do XX a um público escolar, que geralmente entra em contato com o tema imigração para trabalhar os aspectos gerais da sociedade que contribuíram para a formação da Nação brasileira, destacando grandes personalidades e grandes feitos masculinos, tornando os papéis femininos como segundo plano ou simplesmente ignorando-os? 3) As normas de conduta feminina eram para todas ou tinham um público – alvo?

A dissertação aponta que encontramos as mulheres nas fotografias, nos diários, cartas e dedicatórias, nos jornais em reportagens e anúncios quando garimpamos o Arquivo Histórico de Joinville, a Hemeroteca Catarinense e a bibliografia de autoras e autores joinvilenses e brasileiros que tratam dessa temática específica e que também é perceptível, através da análise fotográfica e das bibliografias, concluir que as normas de conduta feminina, como por exemplo, seu papel único de mãe de dona de casa, não são aplicadas a todas as mulheres de forma igual no dia a dia, pela grande quantidade de mulheres trabalhadoras fora do ambiente doméstico que encontramos em Joinville. Temos enfermeiras, parteiras, trabalhadoras rurais, costureiras, donas de comércio, professoras, floristas, empregadas domésticas, vendedoras, trabalhadoras de fábricas entre outras profissões que abrangeram o feminino no mercado de trabalho.

O resultado desta pesquisa culminou na produção de uma *caixa temática* sobre a imigração feminina a partir da análise de fotografias correspondentes aos anos 1880 a 1930, onde aspectos dessa presença foram evidenciados, principalmente nas relações que envolvem o trabalho contextualizadas com a bibliografia sobre o período. Este material foi pensado e produzido para o público escolar do oitavo ano do Ensino Fundamental, devido a matriz curricular que abrange esse tema para esse público, mas pode ser aplicada nos demais anos do ensino fundamental e médio como atividade complementar.

Na *caixa temática*, foram selecionadas 10 fotografias que apresentam cenas posadas com a presença de mulheres, em diferentes cenários – escola, lar, no jardim, cuidando dos afazeres, entre outros – e, a partir dessas imagens os alunos explorarão a análise da fotografia com cinco questões direcionadas. Eles terão acesso a uma legenda explicando o contexto da foto, mas deverão apontar o tema, descrever os elementos que levam a entender o tema da imagem, qual a finalidade da fotografia e sua importância enquanto documento histórico e, por último, produzir um título e uma legenda para a fotografia, explicando o que ela simboliza conforme a análise que ele fez.

Esse exercício deve ser posterior ao trabalho do professor sobre o tema, explicando o conteúdo para que o aluno consiga desenvolver a atividade. Para isso, o professor receberá onze cartões postais, um deles explicando a dinâmica e dez deles com imagens idênticas às que os alunos receberão, mas com explicações do contexto histórico para que ele produza a aula antes da dinâmica. Para que a

caixa temática de fotografias pudesse ser produzida, precisamos garimpar o Arquivo Histórico de Joinville atrás de informações que foram necessárias para nos ajudar a conhecer essas mulheres.

Os imigrantes que vieram para o Brasil de diversas partes da Europa partiram impulsionados por diversos motivos, mas principalmente pelo cenário de crise da Europa do século XIX (Guedes, 2005; Seyferth, 1994, p. 3; Magalhães, 2014, Perrot, 1988). Trouxeram consigo fotografias, objetos, diários, cartas de amor e de despedida e aqui construíram suas histórias, deixando heranças no tempo. Nesse sentido vale a pena destacar a importância do Arquivo Histórico de Joinville como núcleo organizador dessa memória, pois esta instituição municipal da cidade conseguiu reunir ao longo de décadas materiais referentes à imigração alemã na região, tais como, documentos pessoais, diários, fotografias, livros, jornais, fotografias, entre outros.

No caso desse trabalho, o caminho foi trilhado pelas fotografias e pela bibliografia base de Leite (1993) e Kossoy (2001), especialistas em fotografia e análise histórica e por Guedes (2005), Seyferth (1994), Magalhães (2014), Silva (2004), Leite (1993), que trabalham sobre a imigração no Brasil e em Santa Catarina, além de outros autores que trabalham essa temática em suas pesquisas. Portanto, o quadro teórico que orientou a problematização do tema abrange autores que trabalham a história das mulheres no Brasil e em Santa Catarina e sua estruturação na sociedade; o contexto joinvilense da imigração e a formação dentro do núcleo urbano dos costumes da sociedade; a metodologia de trabalho com a fotografia, para coletar nessas fontes informações necessárias à complementação da pesquisa historiográfica, além da utilização destas como fonte em sala de aula e, por fim, a metodologia de criação de uma caixa temática.

Os estudos sobre a colonização do Brasil é uma área rica em fontes e materiais de pesquisa. No caso do imigrante alemão, o Arquivo Histórico de Joinville apresenta fontes riquíssimas para quem tem domínio da língua e queira se aprofundar no estudo – são jornais, diários, cartas, fotografias com dedicatórias, registros políticos e outras fontes que estão disponíveis para pesquisa. Para os que não têm o mínimo domínio da língua, a historiografia sobre o tema também apresenta materiais sobre os mais diversos temas, partindo de problemáticas que podem inspirar trabalhos posteriores.

A dissertação foi estruturada em 3 capítulos que abordam num primeiro momento *A Alemanha e o Brasil no contexto da imigração* no qual o foco foi a formação geográfica e social da Colônia Dona Francisca (atual Joinville-SC). A vinda das famílias imigrantes, sua recepção, instalação e principalmente a adaptação em uma terra com clima tão diferente de onde vieram. As autoras que foram a base da discussão do primeiro capítulo, entre outros, foram Guedes (2005) e Seyferth (1994), que em seus trabalhos analisam como iniciou a colonização no Brasil. Seus trabalhos apontam o desencadeamento de vários fatores propícios para a vinda dos imigrantes entre eles se destacam: as revoluções na Europa que levaram países à ruína aumentaram o número de desempregados e a falta de produtos de necessidade básica.

No caso catarinense, a implantação da colonização de pequenas propriedades agrícolas ocorreu na província de Santa Catarina com relativo sucesso através do contrato com o governo imperial do Brasil e a Companhia Colonizadora de Hamburgo (Guedes, 2005; Seyferth, 1994, p. 3; Magalhães, 2014). As terras cedidas eram distantes das principais cidades brasileiras, tanto geograficamente quanto socialmente, o que contribuiu para o fortalecimento do que Seyferth (1994) chamou de consciência étnica coletiva, que acabou tomando mais destaque no período republicano, com as duas guerras mundiais e a construção de uma identidade nacional brasileira.

Num segundo momento, denominado de *Papel e representações das mulheres no final do século XIX e início do XX* traz a pesquisa específica das mulheres na sociedade brasileira de modo geral e na de Santa Catarina e da Colônia Dona Francisca especificamente. As mulheres e homens de Joinville tiveram o trabalho como norte de suas vidas, mas os trabalhos femininos e masculinos eram valorizados de maneiras diferentes, muitos tachados como trabalhos de mulher, não reconhecidos como tal por quem construiu a cidade. Mas quando os homens saíam para trabalhar longe de seus lares – muitos não conseguiram manter seus antigos empregos por falta de espaço e clientela, quem conduzia o trabalho doméstico e a lida na agricultura, o cuidado com os animais, a economia?

Guedes (2005) e Silva (2004) apontam em suas pesquisas que descortinam hábitos, momentos, sociabilidades que foram moldando e remoldando a sociedade que se formou e se forma com as levas de imigrantes trazidos para a região e, nessas práticas, as mulheres são destacadas para além do alicerce do lar, mas

como negociantes, professoras, parteiras, além de gerenciar os trabalhos domésticos, muitas vezes sozinhas, visto que seus maridos tinham que ficar longas temporadas fora trabalhando em construções em outras localidades.

Para organizar melhor a discussão, cada subcapítulo buscou compreender melhor alguns espaços de trabalho ocupados por mulheres. Entre eles o trabalho rural, nas fábricas, no comércio, na costura, nas escolas, na saúde, o trabalho doméstico, todos ocupados oficialmente ou não por mulheres que necessitavam ter uma renda para o sustento da família.

Num terceiro momento intitulado *História das Mulheres, imigração e Educação*, os documentos oficiais que permeiam o trabalho do professor foram analisados para levar a teoria para a sala de aula, abrindo possibilidades de uso do tema com alunos e professores. É agora que as fotografias aparecem com mais frequência, para amparar toda a pesquisa e serem analisadas para posteriormente compor a caixa temática. Ao todo, o acervo do Arquivo Histórico de Joinville possui 9152 fotografias, entre elas digitalizadas e originais e cada uma delas catalogadas pelo Arquivo Histórico de Joinville.

Nesse momento, para ajudar a compreender o papel da fotografia como fonte de análise, Leite (1993), autora que em uma de suas pesquisas escreve sobre a imigração em São Paulo entre os anos de 1890 a 1930, apresenta uma análise que também se encontra nas fotografias de Joinville do mesmo período: nas fotografias em geral, as famílias aparecem homogeneizadas, sendo que sem legendas, dedicatórias ou depoimentos fica difícil perceber as especificidades de cada uma.

Trabalhando com a categoria *retratos de famílias*, que também foi um dos instrumentos utilizados no trabalho que procuro produzir, a autora aponta uma cultura da imagem que é trazida consigo pelo imigrante, de mostrar o grupo familiar nos seus momentos mais marcantes, com suas melhores roupas, nas melhores poses e, se possível, apresentando seus bens, o que também é padrão nos retratos das famílias joinvilenses.

Além de Leite (1993), Kossoy (2001) também possibilita compreender o papel da fotografia como uma fonte que, aliada às demais produções, enriquece as possibilidades de entendimento, visto que esta era um objeto que poderia ser encontrada em grande parte do acervo de famílias de todas as classes sociais, que se esforçavam para ter uma parte de sua história congelada para a posteridade.

O modo de fazer uma caixa temática é esmiuçado nesse último capítulo, que vai finalizar unindo a teoria com a realização do produto final, inspirado no material disponibilizado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná – MAE-UFPR.

Vöros (2015, p. 10-11) foi estagiária do setor de Ação Educativa do MAE-UFPR e escreve em sua dissertação sobre as caixas didáticas do museu, que estas foram idealizadas nos anos 2000, objetivando que as escolas da região não perdessem o vínculo com o museu durante seu fechamento para restauro. Nessas caixas tinham réplicas das coleções de Arqueologia, Etnologia Indígena e Cultura Popular do museu. Além das réplicas há materiais de apoio e um catálogo com informações que podem ser emprestados ou usados nas visitas guiadas. Os objetos escolhidos foram selecionados por critérios como manuseio, diálogo com os temas das caixas, resistência, volume e peso (VÖROS, 2015, p. 19).

Em Joinville, o Museu Arqueológico do Sambaqui disponibiliza um kit didático produzido em 1990 e reformulado em 1992, composto por um esqueleto humano, materiais para recursos alimentares e técnicos dos coletores-pescadores e material explicativo, disponíveis em gavetas para serem emprestados por escolas ou usados no museu (ESTEVIÃO, 2012, p. 60-61).

Diferente da caixa do MAE-UFPR e do Museu Arqueológico de Joinville, a caixa temática aqui proposta apresenta fotografias, mas ambas as caixas buscam apresentar simbolismos, culturas e possibilidades de interagir e incluir objetos que muitas vezes estão distantes do cotidiano escolar.

Esse movimento de trazer os objetos como mediadores proposto pelas caixas temáticas, é importante pois

Ao considerar sua biografia e as possibilidades de transformação de status ao longo da vida do objeto, é possível também encará-lo como um objeto de múltiplas possibilidades de interpretação que não estão relacionadas ao significado do objeto em si, mas ao seu uso antes de ser peça de museu e agora, enquanto peça/objeto que transporta reflexões e significados relacionados a um tema [...] (VÖROS, 2015, p. 60).

Um ponto importante destacado pela autora é a necessidade de relacionar a caixa com o conteúdo para quem a está usando, para que ela não cause estranhamento e seja mediadora do que se propõe. Os objetos são singulares, assim como na fotografia os subtemas, mas há uma aproximação entre eles com o

objetivo da mediação – que é o mesmo : no meu caso, as mulheres em Joinville e suas representações no passado.

Outra autora que trabalha com um tema próximo é Pereira (2008) que analisa caixinhas de lembranças conservadas por familiares de descendentes de italianos com fotografias e objetos que são vestígios da história, pois “representa uma possibilidade ímpar para se observar a construção e preservação da memória da migração [...] (p. 191).

Diferente das fotografias de Joinville que foram enviadas ao Arquivo Histórico de Joinville, a autora salienta que muitos dos seus entrevistados se negaram a expor seus acervos, seja por pudor, medo da banalização de seus sentimentos, por não saberem onde estavam os objetos ou por falta de consentimento para expô-los (PEREIRA, 2008, p. 191-193).

Eu acredito que esse pudor ou receio não ocorreu à muitas famílias de Joinville, que enviaram ao Arquivo da cidade objetos, fotografias, diários, livros de receita para serem salvaguardados e estudados, o que facilitou muito a minha busca pelas imagens, pois no momento de análise de imagens tivemos a pandemia conhecida como Covid 19 se espalhando pelo Brasil em 2020 e tendo um aumento de casos de infectados e de mortes no início 2021, com Joinville como uma das cidades mais afetadas de Santa Catarina, principalmente devido a gestão desse momento de crise, as fotografias digitalizadas foram fundamentais para o andamento da pesquisa.

Algumas dificuldades para a pesquisa que posso pontuar devido ao momento são: as bibliotecas foram fechadas, meu acesso ao Paraná para pesquisas na UFPR foi temporariamente suspenso – visto que dependo do transporte interestadual, as orientações passaram a ser virtuais, assim como minha comunicação com o Arquivo de Joinville, me impossibilitando de acessar as fotografias originais e portanto, trabalhei somente com as que estavam digitalizadas e selecionadas previamente pelo catálogo disponibilizado pelo Arquivo (recebi cerca de 200 imagens) e com material de pesquisa que estava também presente nas plataformas de pesquisa acadêmica.

A última parte da dissertação apresenta as conclusões de todas as análises e do produto final, que infelizmente devido a pandemia não pôde ser testado em sala de aula presencialmente, mas que pode ser adaptado para seu uso digital, visto que

as fotografias escolhidas foram todas digitalizadas pelo Arquivo Histórico de Joinville.

2 A ALEMANHA E O BRASIL NO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO

Sentimo-nos assaltados por um sentimento indefinível, uma recordação da infância com a contemplação das diversas constelações de estrelas, tão antigas companheiras que vem nos acompanhando por tantos anos, até se despedirem no horizonte. O último companheiro da velha pátria nos acena em despedida, ele quer partir. O adeus é uma curiosa invenção. Aos poucos nos entregando ao companheiro celestial no outro extremo, o festivo e brilhante Cruzeiro do Sul, com seus acompanhantes, Castor e Pollux... Adeus, pátria querida! Eu te saúdo, ó nova pátria, com teu véu impenetrável.
Peter Franz Theodor Von Rodowicz – Oswiecimsky²

O decreto que ampara inicialmente a imigração para o Brasil no século XIX data de 25 de novembro de 1808 (BRASIL, 1808), do governo de D. João VI, que sob justificativa de aumentar a população e a lavoura, concede sesmarias sem embargos aos estrangeiros que residem no Brasil. Após esse decreto, as primeiras tentativas de formação de colônias alemãs no Nordeste fracassaram, levando a novos contingentes imigratórios a se estabelecerem na região Sul e Sudeste do Brasil, com melhores resultados.

No período imperial a colonização era organizada pelo governo central, atendendo aos interesses dos cafeicultores das províncias ou aproveitando os imigrantes como pequenos proprietários em áreas fronteiriças. Esses pequenos proprietários eram encarados como auxiliares que subsidiariam a grande propriedade, oferecendo mão de obra, produtos para diversificar a economia e produzir aquilo que a grande propriedade não fornecia. Seria “uma camada intermediária entre latifundiário e escravo” (PETRONE, 1982, p. 17).

Durante o século XIX, cerca de 57 milhões de europeus imigraram para servir de mão de obra nas Américas. Destes, uma parte veio para trabalhar para as elites nos campos do Brasil (MAGALHÃES, 2014, p. 21). Futuramente serviriam como mão de obra nas indústrias que se formaram para suprir as necessidades de serviços que surgiam nas cidades ou para trabalhar sob regime de colonato. No Sul, a maior parte

² Trecho da obra de Peter Franz Theodor Von Rodowicz – Oswiecimsky, *A Colônia D. Francisca no sul do Brasil*. O autor foi acionista da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo e viveu durante nove meses na colônia. Outros trechos de sua obra estão disponíveis em: BÖBEL, Maria Thereza, S. THIAGO, Raquel. **Joinville – os pioneiros**: documento e história: v. 1 – 1851 a 1866. Joinville: UNIVILLE, 2001, p. 86 – 92.

foi dedicada ao setor agrícola e a formação de núcleos de povoamento. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a defesa de pequenas propriedades por parte dos governantes brasileiros se deu devido a algumas questões:

1) demográfica, com o intuito de defender as áreas de fronteira e valorizar as terras do interior do Brasil; 2) econômica, promovendo aperfeiçoamentos, expansão e diversificação da produção agrícola do país; 3) sociocultural, contribuindo para melhorar os hábitos, costumes e valores entre a aristocracia fundiária e os escravos, uma camada capaz de oferecer mão de obra no mercado de trabalho e expandir os mercados consumidor e fornecedor de manufaturas agrícolas, contribuindo, assim, com o desenvolvimento e modernização do Brasil (FERREIRA, 2019, p. 45).

Antes do processo de independência do Brasil, já havia tentativas de inserção de imigrantes alemães no Nordeste e suíços no Rio de Janeiro, em 1818, com o objetivo de implantação de um modelo de pequenos agricultores no território nacional. No Sul e no Extremo Norte, imigrantes açorianos começaram a se instalar a partir do século XVIII. Os empreendimentos no Nordeste com alemães falharam e os com suíços não atraíram novas levas para o Brasil, portanto, essa primeira fase é interrompida em 1830 e retomada após a Revolução Farroupilha, em 1846 (SEYFERTH, 1996).

A fome e a miséria eram motivos para que muitos quisessem imigrar, mas também a busca por oportunidade de mercado de trabalho, a vontade de empreender e ampliar negócios e a busca por liberdade econômica também eram fatores decisivos. Além disso, a curiosidade de conhecer um novo continente ou questões políticas também faziam parte de algumas justificativas para a viagem (FOUQUET, 1974, p. 67-68). Outro fator a ser considerado era

a habilidade dos inúmeros agentes, dos profissionais promotores que trabalhavam para os países que precisavam de soldados e imigrantes ou a soldo de companhias de colonização, colonizadores particulares ou empresas de navegação que faziam bom negócio com o transporte de imigrantes, os quais agiam em combinação com outros intermediários no negócio das migrações, como hoteleiros, barqueiros dos rios e até mesmo carroceiros³ (FOUQUET, 1974, p. 69)

³ Fouquet (1974) em sua obra *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil* trata de algumas leis alemãs que tinham o intuito de limitar a atividade dos agentes e proteger os emigrantes de serem enganados. Entre elas a Lei sobre o Transporte de Emigrantes de 1853 (p. 70), a Lei sobre a Emigração de 1898, além da criação do posto central de informações para emigrantes de 1902 e a Superintendência de Migrações do Reich, criado em 1918 (p.73).

Sociedades, jornais, revistas e livros de relatos, ilustrações e poemas trazem informações, algumas reais e outras nem tanto, sendo algumas financiadas por empresários e pelas companhias de colonização para que circulassem pelos países de interesse de imigração informações que favorecessem a propaganda e impulsionassem a imigração em grande escala (Fouquet, 1974).

De 1850 em diante, com a promulgação da Lei de Terras⁴ as companhias colonizadoras ganham espaço de negócio junto da colonização oficial, como é o caso da região de Joinville – Santa Catarina, fundada pela Companhia Colonizadora de Hamburgo, cujo príncipe francês François Ferdinand Phillippe de Orléans era diretor, e que objetivava uma colonização totalmente alemã conforme aponta Seyferth (1990) e que, de 1850 a 1888, encaminhou para Joinville e região 17.408 colonos:

A partir de 1887, a Sociedade consorciou com banqueiros e industriais da Renânia e de Berlim, sob a gerência de Carl Fabri, entusiástico nacionalista, que representava a utopia de se criar em Santa Catarina uma república teuto-brasileira [...] (MAGALHÃES, 2014, p. 23).

A mão de obra escrava nesse contexto era assunto de debate e contradições no território, visto que a pressão inglesa para o seu fim era algo que precisava ser levado em consideração, pois a Grã – Bretanha tornou-se uma potência econômica devido a Revolução Industrial - que estava modificando drástica e definitivamente a economia mundial – a influenciar fortemente os países com laços econômicos, entre eles Portugal.

Mas dentro da discussão sobre o fim do trabalho escravo, além dos que se opunham, haviam grupos de comerciantes e políticos liberais que incitavam a libertação dos escravos, o que levou a ações efetivas do governo imperial a partir de 1850 para diminuir o número de escravos e aumentar a imigração de europeus, até a assinatura da Lei Áurea em 1888 (GUEDES, 2005). Além dessa preocupação com a substituição da mão de obra, havia um forte investimento na marinha mercante com o incentivo às imigrações, visto que não somente pessoas seriam

⁴ A Lei de Terras “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara” (BRASIL, 1850, grafia original). A promulgação desta lei está relacionada com a atuação das empresas particulares de imigração, como a Companhia Colonizadora de Hamburgo.

transportadas, mas também produtos para serem comercializados em novos centros consumidores no exterior (PETRONE, 1982).

Apesar de todas essas discussões, não havia preocupação com o rumo que levariam os trabalhadores escravos e os nacionais e a ideia de formar no Brasil um perfil de trabalhador livre não incluía esses grupos e os mestiços, considerados como desqualificados para o trabalho como pequenos proprietários. Tanto que não houve esforços para correntes migratórias de trabalhadores da África, e nesse contexto, a imigração chinesa também era considerada,

Descartando como “atraso” qualquer corrente migratória africana ou asiática. A desqualificação dos não brancos se faz por critérios de natureza moral e pela suposta incapacidade de produzir num sistema de livre iniciativa. Ou, quando não há uma desqualificação explícita, o modo como o “trabalho livre” é discutido omite a questão posta pelo fim da escravidão: é como se os descendentes de africanos estivessem simplesmente destinados ao desaparecimento no contexto de uma civilização não escravista. Por outro lado, as considerações sobre uma possível imigração asiática, mais especificamente da China, são significativas das premissas de cunho racial presentes no debate. [...]

A hierarquização dos europeus, por outro lado, não obedece a critérios de natureza racial (afinal, são todos “brancos”): as referências dizem respeito, sobretudo, a condição camponesa. [...] De modo geral, sendo todos brancos europeus, a forma de desqualificação opera com critérios que remetem a posição de classe, como pode ser visto também em relatórios de diretores de colônias. Invariavelmente, o termo usado para desqualificar é “escória” e os agenciadores são acusados de trazer da Europa aventureiros, *lumpen* e comunistas ao invés de camponeses morigerados (SEYFERTH, 1996, p. 46-47).

Desde 1818, quando teve início os projetos para imigração, o perfil de imigrante estava em debate. Os Institutos Histórico e Geográfico, os museus etnográficos e as Faculdades de Medicina e Direito eram disseminadores dessas ideias no Brasil (MIRANDA, 2009). A escolha do perfil alemão para as terras do Sul se justificava pela representação de perfil agricultor, ideal para trabalhar nas terras que o governo considerava vazias ou de fronteira com as terras de domínio espanhol, mas que na verdade eram espaços com a presença indígena (FRAZÃO, 2017, p. 1107). Nesse perfil negros e mestiços não estavam aptos para a colonização, mas serviam como desbravadores da mata para os novos colonizadores (SEYFERTH, 2002).

Entre os anos de 1830 até a promulgação da Lei de Terras de 1850, a Regência tentava, através de decretos, regulamentar a questão do solo, mas com o posicionamento inglês de abolir o tráfico negreiro houve um acirramento da questão no Brasil:

A Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária, não mais dando prioridade à questão das terras e, sim, à necessidade da substituição dos braços escravos, consequência imediata à suspensão do tráfico, em uma sociedade que não pensava no escravo como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho (GADELHA, 1989, p. 160).

Buscava-se incentivo através de se conseguir terras devolutas acessíveis, não se cogitando o trabalhador livre nativo como mão de obra assalariada e fixando um preço à terra dos posseiros, mas não aos roçados, o que dificultaria a aquisição de lotes para grande parte dos proprietários que não tinham como pagar, perdendo suas terras para os novos donos, os quais muitos agora trabalhavam.

A Lei de Terras foi promulgada em 18 de setembro de 1850, duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós (de 4 de setembro de 1850), ou seja, “o aspecto excludente da Lei de Terras, oficializado naquela fase inicial do processo de abolição da Escravatura, indicava a dominância oligárquica na condução da política imperial” (MENDES, 2009, p. 182).

A escolha de asiáticos era negada pois se assemelhavam aos povos indígenas, que teriam que ser aculturados principalmente devido a questão religiosa e cultural muito diferente da latina, despendendo muito dinheiro e tempo. O Decreto 528 de 28 de junho de 1890, que regulariza a entrada e localização de imigrantes no Brasil, trata essa população como indígenas da Ásia que, junto com os africanos, não estavam aptos para o plano de colonização pois não tinham o perfil branco (SEYFERTH, 2002):

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A polícia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.

Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º As famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os indivíduos maiores de 50 annos;

2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas;

3º Os operarios de artes mecanicas ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço doméstico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragrapho precedente.

Os individuos enfermos ou com defeitos phisicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas. (BRASIL, 1890, grafia original)

A mestiçagem começou a ser discutida junto com a intensificação da discussão sobre a Abolição da Escravatura. A ideia era trazer imigrantes brancos com o intuito de branquear os mestiços, latinizar a população, um dos motivos que no início da República tornou o imigrante alemão indesejado porque tinham a característica de criar núcleos étnicos fortemente ligados aos costumes da terra natal (SEYFERTH, 2002).

Dentro da escolha do imigrante, somente o europeu era considerado civilizado. Ainda assim, havia o grupo de interesse, que seria o camponês e o artesão, sendo os alemães exemplos de eficiência devido sua instalação em colônias bem sucedidas, diferente da experiência com franceses, holandeses e ingleses (SEYFERTH, 1996, p. 46). O imigrante asiático, apesar de ser cogitado em alguns empreendimentos, era repudiado por ser considerado uma ameaça ao padrão de embranquecimento que fazia parte do projeto nacional, eram apontados como “representantes de civilizações decadentes que podiam atrasar o processo histórico de formação racial do brasileiro” (SEYFERTH, 1996, P.57).

O imigrante japonês que chegou ao Brasil em 1908 para trabalhar nas lavouras de café de São Paulo sofreu oposição dos que os consideravam uma cultura inassimilável e uma mistura que comprometeria o plano eugenista brasileiro. Devido às campanhas na imprensa, às falas de médicos e a um segmento da elite, o governo de São Paulo suspendeu as subvenções aos imigrantes japoneses em 1922 (RAMOS, 1996, p. 72-73). Já os que defendiam esse tipo de imigração citavam a disciplina, a ordem e o respeito às leis presentes nas características do povo japonês, assim como sua capacidade de se assimilar caso não ficassem em grupos isolados (RAMOS, 1996, p. 76).

A situação dos povos indígenas, espalhados pelo território brasileiro, era um empecilho para os governantes que seria resolvido conforme a ocupação ocorresse,

com violência, assimilação ou expulsão. O território de Santa Catarina foi historicamente ocupado por diferentes etnias pré-cabralinas como, por exemplo, no litoral catarinense a presença de povos Guarani remonta 900 anos, com mais de 100 mil habitantes dessa região até a chegada dos europeus, mais especificamente dos portugueses que escravizaram e dizimaram estes povos, obrigando-os a buscarem outras áreas para viver (MOREIRA, 2017).

O oeste catarinense era ocupado pelos povos *Kaingáng*, que com a Lei de Terras de 1850 e o decreto-lei de 18 de junho de 1902, demarcou a Terra Indígena de Chapecó, tiveram seu território diminuído e seu modo de vida prejudicado. Além disso, como a Lei de Terras previa o seu uso comercial e os indígenas não faziam esse uso, suas terras foram transferidas ao patrimônio público. Os *Kaingáng* eram encarados como intrusos em suas próprias terras, usados como mão de obra ou catequizados (GOULART, 2009).

Apesar da assinatura da legalização da Terra Indígena Chapecó em 18 de junho de 1902, os fazendeiros junto com as Companhias Colonizadoras pressionavam para a retirada de mais terras para uso das madeireiras, que contratavam bugreiros⁵ até a década de 1940 no estado para perseguir os *Kaingáng* (GOULART, 2009).

Um depoimento de 1972 do bugreiro Ireno Pinheiro, de Santa Rosa de Lima (município de Santa Catarina), detalha como a morte dos indígenas acontecia nessa região:

pela boca da arma. O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois, passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas, cada par tem um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia mulheres e crianças” (COELHO DOS SANTOS, 1997, p. 28 *apud* SCHLINDWEIN, 2015)

Portanto, a violência com que os povos indígenas eram tratados dentro de seu próprio território é um problema histórico do nosso país, que encara as populações nativas como em entrave ao desenvolvimento enquanto massacra essas populações em nome de uma civilização superior que só existe na cabeça de quem acredita nela.

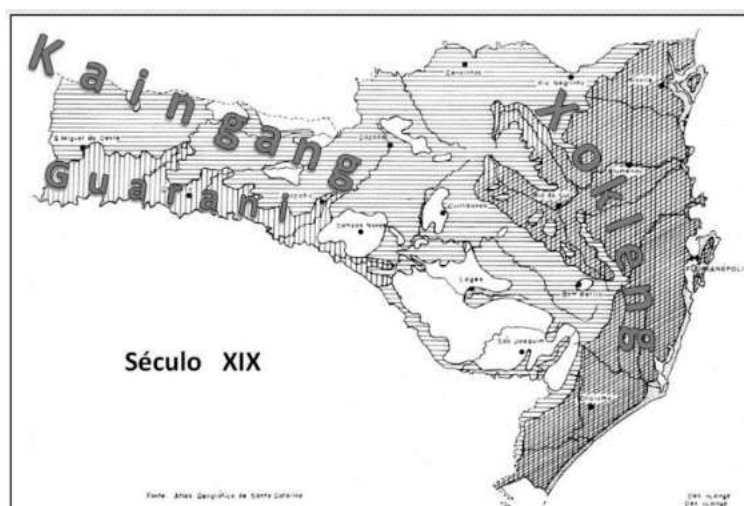
Aos governos das províncias do Sul, o perfil de colonização era de povoamento de áreas despovoadas por “colonos que fossem pequenos proprietários

⁵ Bugreiros eram homens contratados pelos agentes colonizadores, governadores e imigrantes para planejar e realizar ataques contra indígenas (WITTMANN, 2007)

livres, que utilizassem exclusivamente a mão-de-obra familiar e não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado” (SEYFERTH, 1990, p. 14).

Nessas áreas “despovoadas”, em Joinville tínhamos a presença dos índios Carijós. Ottokar Doerffel escreveu no Relatório anual da Sociedade dos Amigos de Geografia em Leipzig, no ano de 1864 que na província viviam cerca de 125 mil pessoas, sendo 18 mil escravos, 10 mil alemães e a população local era composta por mestiços de portugueses e índios, todos “amigáveis” (BÖBEL; THIAGO, 2001), conforme conseguimos observar no mapa abaixo.

FIGURA 1 - MAPA REPRESENTANDO OS POVOS INDÍGENAS DE SANTA CATARINA EM 1850



FONTE: D'ANGELIS (2017)

O modelo de colonização homogênea e isolada trouxe preocupações na época devido ao pangermanismo⁶ que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e o tipo de colonização que se formou foi de uma sociedade diferente da tradicional brasileira, com base policultora e estilo de vida e modo de produção próprios, geridos pela família do proprietário (SEYFERTH, 1990).

⁶ No final do século XIX, os conflitos para a formação de nações e emancipação política, cultural, religiosa tomam força, bradando por unidade nacional, buscando e ressignificando mitos fundadores e alimentando sentimentos fortes e contraditórios de união de um grupo e segregação de outros. O Pangermanismo e o Paneslavismo são dois exemplos históricos de grupos que buscavam uma união nacional, agrupando em único Estados seus respectivos povos. Esse sentimento nacionalista ultrapassava as barreiras geográficas e era sentido fortemente pelos imigrantes que, em outros países, intuíram unir os seus. A Liga Pangermânica, nesse aspecto, objetivava difundir as ideias alemãs no Brasil, mas encontrou grandes dificuldades devido antigermanismo expandido com a Primeira Guerra Mundial.(MAGALHÃES, 2014).

Quando o processo de colonização no Brasil alcançou a região atual de Joinville, durante o governo do imperador Dom Pedro II, a economia nacional era de base agrícola e para o mercado externo, sustentada pela mão de obra escrava, cujas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo abrangiam a monocultura latifundiária do café, enquanto o Nordeste possuía o cultivo de açúcar, a Amazônia de borracha, o Rio Grande do Sul de pecuária, entre outras áreas (GUEDES, 2005).

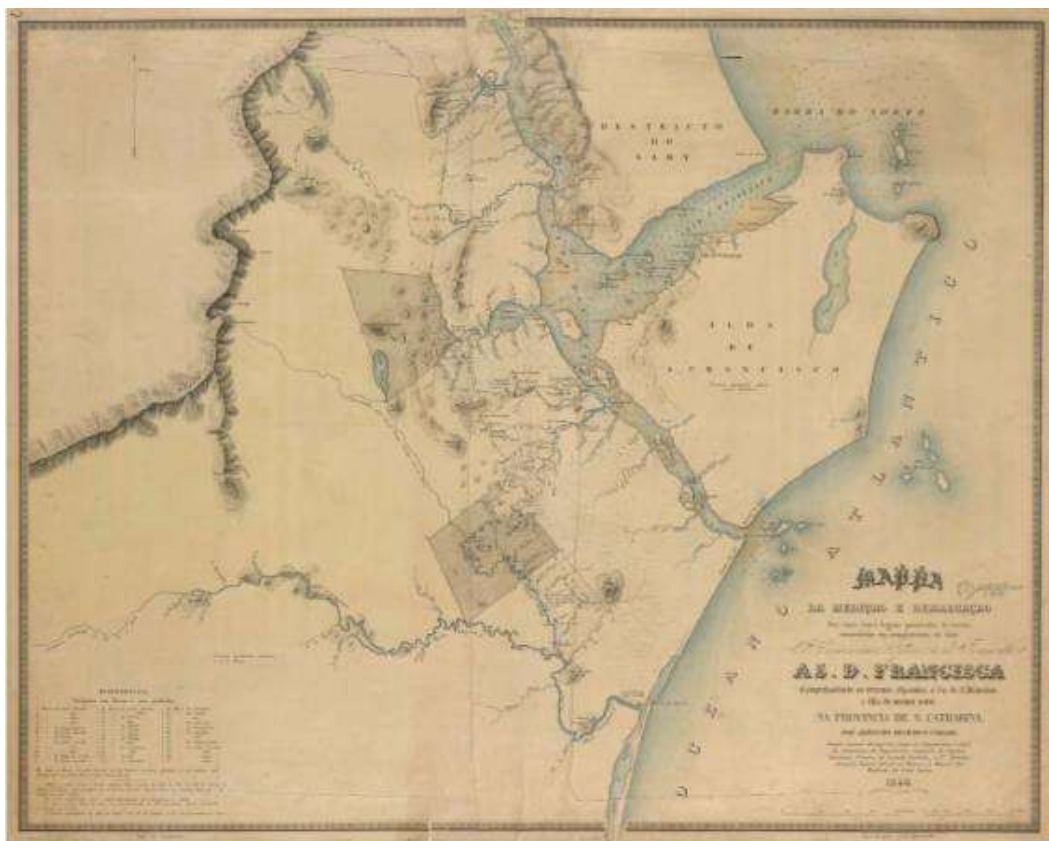
No caso de Santa Catarina, a colonização ocorreu em diferentes regiões, como: “Joinville, São Bento do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Schroeder, Campo Alegre e Garuva” (GUEDES, 2005, p. 15) que faziam parte do lote de terras dado como complemento do dote de casamento da princesa Francisca Carolina com o príncipe de Joinville, na França, François Ferdinand Phillippe, em 1843.

Diferente do que durante anos se tomou como verdade, o casal nunca morou em Joinville, visto que logo após o casamento partiram para a França, onde moraram até as *revoltas de 1848*⁷, quando se exilaram na Inglaterra. Portanto, as terras da Província de Santa Catarina serviram como uma maneira de socorrer financeiramente o Príncipe e a Princesa.

As terras concedidas foram medidas e demarcadas por Jerônimo Francisco Coelho, tenente coronel do Imperial Corpo de Engenheiros e chefe da Comissão de Engenheiros, em 1846. O lote de terras (Figura 2) possuía vinte léguas quadradas de terras, compreendendo aos terrenos adjacentes ao rio de São Francisco e ilha de mesmo nome na província de Santa Catarina.

⁷ Também conhecida como Primavera dos Povos, a Revolução de 1848 começou a se desenhar com os acontecimentos da Revolução Francesa de 1789. Hobsbawm (2014, p. 26) caracteriza esse momento com uma potencialidade global devido ao seu impacto fora da Europa, a exemplo da Insurreição de Pernambuco (Brasil) e da Colômbia. Excetuando-se a França, alemães e italianos e os demais movimentos nacionais lutavam contra o domínio dos Habsburgos, que estava se espalhando. Uma parte dos envolvidos via o Império como uma solução para não serem anexados cultural e geograficamente à Alemanha e à Itália, que ambicionavam um nacionalismo expansionista. Num primeiro momento todos os governos da zona revolucionária entraram em colapso e logo em seguida contra-atacaram e do verão para o inverno, apenas Itália e Hungria mantinham-se nas mãos dos revolucionários até 1849. Os revolucionários que puderam, partiram para exílio. Uma modificação significativa desse momento foi a abolição da escravidão no Império Habsburgo. Nesse período a França e a Europa sofriam os impactos da Revolução Francesa de 1789 e o exílio dos príncipes recém-casados na Inglaterra decorreu de uma crise na indústria e agricultura francesas entre 1846 e 1847, que ocasionou a Revolução de 1848 e a deposição do sogro da Princesa (BÖBEL; S.THIAGO, 2001).

FIGURA 2 - MAPA DA MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS CONCEDIDAS PARA A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA



FONTE: Arquivo Histórico de Joinville.

Para iniciar esse empreendimento, o príncipe enviou para Hamburgo o procurador Léonce Aubé, para negociar com um grupo de interessados em iniciar uma colonização agrícola no Brasil. Lá, este teve contato com o Senador Christian Mathias Schroeder, que fizera parte da extinta *Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil*, que aceitou a proposta do príncipe de Joinville de tomar uma parte das terras do dote de seu casamento para colonização. Porém, dos acionistas da extinta sociedade, nenhum se interessou em fundar a empresa de imigração, cabendo, portanto, este encargo ao próprio príncipe (BÖBEL; THIAGO, 2001).

O contrato de colonização foi firmado em 5 de março de 1849, uma sociedade de ações foi firmada em Hamburgo para cuidar dos contratos particulares (a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo). Em seguida, o engenheiro Hermann Günther e seu cozinheiro foram enviados para estudar a área e escolher o melhor local para iniciar a colonização junto com Léonce Aubé e mais duas famílias

contratadas para formar o primeiro núcleo colonial para o preparo do terreno para os imigrantes. Contaram com o suporte dos escravos do Coronel Antonio João Vieira que morava na sua fazenda na região próxima ao riacho Itaí – Guaçu, hoje região do bairro Itaum, em Joinville (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Junto com o engenheiro veio a berlinense Julie Engell, que aportou no Rio de Janeiro com Günther em 1849 e rumou para a Colônia Dona Francisca em 1850, em roupas masculinas, fantasiada de criado do engenheiro. Morou com ele sem casar-se (o que no período era um escândalo) e escreveu sobre o início da colonização, sobre a situação dos escravos no Brasil, sobre as mulheres, os indígenas e as mazelas da colonização. Além disso, ela criou uma escola para meninas de classe alta no interior de São Paulo. Em 1859, casados e com um filho resolveram partir para a Europa, após os problemas profissionais de Günther no Brasil (SCHLINDWEIN, 2015). Em 1862 ela relata sobre as dependências criadas na colônia:

Somente os patos e os porcos deste novo assentamento ainda têm coragem de procurar à noite um abrigo em uma construção dessas, que a qualquer momento pode ruir completamente. Neste meio tempo, foram construídas para as pessoas duas moradias mais firmes e amplas, um pouco mais acima, onde as inundações eram tão frequentes – e não sem humor aquele casebre, que, agora, foi completamente abandonado, recebeu o nome de “Palácio Thionville” (ENGELL-GÜNTHER, 2015, p.88-89).

Os primeiros imigrantes chegaram ao território atual da cidade de Joinville em 9 de março de 1851, em uma paisagem de mangue, com enchentes e somente um galpão para recebê-los. Mesmo não sendo a maioria se somados aos demais grupos étnicos vindos para o Brasil, os imigrantes de língua alemã destacam-se pela “concentração demográfica em determinados territórios, somada a uma alta taxa de fecundidade (média de 8 a 9 filhos para mulheres que se casam entre 15 e 19 anos e de 7 filhos para as que se casam entre 20 e 24 anos)” (MAGALHÃES, 2014, p. 21). A atual cidade de Joinville - Colônia Dona Francisca - é um desses casos.

O exemplo de que o perfil de agricultor era uma obrigatoriedade na colonização da Colônia Dona Francisca é encontrado no Decreto 537 de 1850 (SEYFERTH, 2002):

§ 1º As embarcações que transportarem da Europa os colonos e efeitos, abaixo designados, poderão seguir directamente para o porto de São Francisco na dita Província de Santa Catharina, onde poderão livremente desembarcar os mesmos colonos e efeitos, com tanto que estes constem da bagagem e dos utensis de uso domestico daquelles, dos instrumentos de

seus officios, das sementes e animaes destinados á lavoura e trabalhos da Colonia, dos mantimentos para sustentação desta, e dos objectos que a Sociedade fizer transportar para a fundação e trabalhos da mesma Colonia.

§ 2º Fica por tanto prohibida naquelle porto de São Francisco a importação de qualquer objecto que se destine ao Commercio, ou por conta dos colonos, ou da Sociedade, ou de qualquer outra pessoa ou Corporação; bem como o exercicio de qualquer acto mercantil, com excepção unicamente dos que tiverem por fim abastecer as embarcações surtas no dito porto, dos viveres, agua, lenha e mais objectos necessarios para a manutenção dos colonos e gente de bordo, durante a estada das mesmas embarcações nesse porto, e para a sustentação desta e dos passageiros durante a viagem de regresso, quer esta tenha lugar para o porto da sua procedencia, quer para outro qualquer.(BRASIL, 1850).

Os imigrantes encaravam viagens transoceânicas principalmente devido a possibilidade de se ter acesso à terra, e isso não era um sonho somente das populações de áreas rurais, mas também dos que viviam nos centros urbanos e foram afetados negativamente com a industrialização (PETRONE, 1982).

Os primeiros a desembarcarem encontraram somente uma picada aberta, dois ranchos, duas choupanas do engenheiro e dos colonos do Rio de Janeiro e a casa de Aubé, poucas plantações que não correspondiam com o dinheiro que fora gasto pela Sociedade. Após essas denúncias, o engenheiro foi dispensado e Schroeder assumiu a direção, intensificando os trabalhos (BÖBEL; S.THIAGO, 2001).

Obrigados a procurar terras agricultáveis, muitos tiveram que se afastar dos lotes selecionados pela sede da Companhia Hamburguesa para trabalhar e sobreviver. Dificilmente os lotes eram previamente demarcados, geralmente a picada aberta no meio da floresta servia como norteadora da demarcação dos lotes, abertos paralelamente e acompanhando áreas próximas aos rios e ribeirões:

Olhemos, agora, para essas duas casas à direita e à esquerda, um pouco acima, nos dois lados do riacho de águas de correnteza forte, sobre o qual foi construída uma ponte provisória. Elas são de tamanho muito maior do que aquela cabana deteriorada, porém, construída quase do mesmo modo, só um pouco mais resistente. A parte frontal apresenta três portas e a parte posterior, três janelas. As portas são providas, somente de trancas, sem trinco. As janelas são constituídas de simples aberturas sem encaixes ou vidros e podem ser fechadas à noite com painéis de madeira. (ENGELL-GÜNTHER, 1862, p. 122).

A valorização fundiária era o objetivo dessas imigrações e a Colônia Dona Francisca fazia parte desse empreendimento. O Estado ou um particular comprava a terra com baixo custo, dividia em lotes, vendia aos imigrantes que faziam o trabalho.

Alguns lotes eram reservados para serem vendidos posteriormente, quando o território já estivesse trabalhado pelos imigrantes (PETRONE, 1982). As picadas transformavam-se em estradas que moldavam os povoados e desenhavam as futuras cidades. Joinville é um exemplo desse tipo de povoamento:

O conjunto de casas de colonos, associado a uma igreja ou capela, oficina de artesões (ferreiros, carpinteiros, etc.), salão de festas (em geral da igreja), casas comerciais varejistas, forma a povoação. [...] A expansão colonial em terras de floresta desprezadas pelos latifúndios, e por isto mesmo aproveitadas para a colonização, da maneira como foi feita, permitiu a constituição de uma sociedade camponesa com características próprias. (SEYFERTH, 1990, p. 24).

Apesar de Joinville contar com uma forte cultura de inspiração alemã, não foram somente estes grupos que chegaram nessas terras. Um grupo europeu que se empolgou com as propagandas das terras brasileiras foram os suíços da região de Siblingen, que sofria com a carestia de 1847 e que partiram em um grupo de 50 pessoas em 1850 determinados a mudar de vida no Brasil.

Nesse grupo estavam inclusas famílias de até 10 pessoas e de jovens homens solteiros e sozinhos, de idades entre 19 e 30 anos. Partiram de sua aldeia em 30 de novembro de 1850 rumo a Hamburgo, onde embarcaram em janeiro de 1851, junto com 125 outros emigrantes a bordo da barca norueguesa Colón, sendo 22 suíços (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Conforme as informações que receberam, todos os recém-chegados seriam abrigados até construírem seus próprios lares, onde cada família receberia 10 jardas por adulto e 5 por crianças até 8 anos, cada jarda custando 3 táleres prussianos, sendo que um sinal deveria ser pago previamente e o restante seria dividido anualmente.

As despesas seriam ressarcidas à comunidade pela Sociedade Colonizadora. Na metade de um ano pelo menos 2 jardas deveriam estar desmatadas e cultivadas e no prazo de um ano a propriedade deveria estar cercada. Era obrigatório também o plantio de um determinado número de cafeeiros (pés de café) (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Tanto na travessia quanto no primeiro ano em terra, os colonos que partiram de Siblingen perderam alguns seus companheiros. No navio foram quatro mortes, duas crianças (duas meninas, uma de poucos meses chamada Margaretha e outra Maria de oito anos) e dois adultos (a mãe de Maria e o pai da bebê, Konrad Tanner).

Na Colônia Dona Francisca foram dois homens (Sebastian Weber e Alexander Schelling) que morreram (BÖBEL; THIAGO, 2001). Mesmo com essas mortes, as notícias que chegavam a Colônia de Schaffhausen (comuna da Suíça) eram animadoras e inspiraram a ida de novas levas utilizando dinheiro emprestado das comunidades.

No caso da Suíça, as 15 famílias que receberam auxílio da comunidade de Herblingen (antiga vila agrícola do cantão de Schaffhausen) entre os anos de 1852 e 1854, não tiveram condições de quitar sua dívida, seja pela morte de homens da família que deixaram estas em situação de miséria, seja devido a Guerra do Paraguai que levou voluntários e trouxe crise na exportação e prejuízo aos colonos, além de não possuírem instituições de crédito ao trabalhador rural, deixando-os virar-se por si (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Durante a Guerra do Paraguai o governo imperial instituiu os “Voluntários da Pátria”. Em Joinville os imigrantes entre 18 e 50 anos poderiam se inscrever. Em 29 de outubro de 1865, 23 voluntários partiram para Desterro (atual Florianópolis, capital de Santa Catarina). Lá, três se desligaram e um joinvilense que estava de passagem se inscreveu, totalizando 21 voluntários que partiram para a Guerra em 26 de novembro de 1865 (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Podemos perceber que alemães e suíços, apesar das dificuldades, se integravam ao território, buscando dentro das possibilidades cabíveis ao ambiente em que foram locados adaptar aquilo que tinham, o que recebiam e o que o meio os proporcionava para criar uma colônia habitável para sua família e ambiente propício para um crescimento populacional e econômico.

Aos que ainda estavam pensando em se arriscar numa viagem para terras desconhecidas, diversos problemas minaram as propagandas de terras além-mar, fazendo com que o número de novos imigrantes diminuísse de 1000 em 1871 para 700 em 1882 (GUEDES, 2005). Essa diminuição estava relacionada ao próprio governo alemão que, devido às críticas e denúncias, elaboraram restrições às viagens para o Brasil.

Entre essas denúncias estavam as faltas de providências para recepção dos imigrantes, os maus tratos sofridos nas fazendas, as mortes frequentes devido às epidemias de varíola, malária, febre amarela, lepra e também a cólera trazida pela falta de higiene nos navios, pela mudança de clima e falta de saneamento nas regiões que trazia sofrimento e morte devido a proliferação de insetos no verão, o

pouco conhecimento sobre a importância do banho por todas as camadas sociais, a questão do lixo doméstico e do cuidado com a higiene dos animais, a mortalidade infantil que preocupavam a saúde pública.

O primeiro médico morou dois anos dentro do hospital antes de ele ser aberto para funcionamento e várias pessoas foram enterradas em locais improvisados, até que o cemitério fosse inaugurado, em 1851, sendo que esses eram aspectos que estavam firmados no contrato com a Companhia Hamburguesa. E mesmo com o hospital municipal gratuito aos que não pudessem pagar, muitos acabavam tratando-se em casa e os tratamentos médicos eram mais paliativos do que propriamente de cura (GUEDES, 2005).

Também o Brasil não era o local de imigração preferido dos europeus, isso devido, entre outros fatores, ao modelo de concessão de terras que criava uma dívida que o colono demoraria anos para pagar, além da desorganização da administração na regulamentação de terras e por encararem os imigrantes como substitutos dos escravos (SEYFERTH, 1991). Esses fatores levaram outros países americanos a ter uma soma maior de imigrantes que o brasileiro. Mesmo assim, a

Dona Francisca, mais tarde chamada Joinville, teve, aliás, desde o início um desenvolvimento promissor. A Colônia, com uma forte e variada vocação manufatureira e industrial, desenvolveu já nos primeiros anos uma intensa e diversificada vida cultural. Contando em 1856 com um total de 1.482 habitantes, já em 1880 atingia 18.000 (BÖBEL, THIAGO, 2001, p. 53).

Todas as dificuldades do processo de colonização da região de Joinville também foram presenciadas por imigrantes de outras partes do país. Na colonização em São Caetano (município de São Paulo), os imigrantes que chegaram nessa região devido a necessidade de mão de obra para substituir a escrava foram instalados em terrenos acidentados próximos a estradas de ferro e rios. Os locais de moradia provisória eram antigos e malconservados, mas serviram para abrigo inicial até que suas moradias fixas estivessem prontas (MIMESSE, 2013).

Para uma comunidade com a forma de trabalho baseada na policultura⁸, a família é uma peça-chave para dar conta de todas as atividades diárias da colônia. O espaço colonial, que abrangia a casa, os ranchos e estábulos, os cercados para a criação, o chiqueiro, a horta e as roças são espaços indivisíveis em casos de

⁸ A atividade de policultura abrange a produção de diversos produtos agrícolas em uma área.

herança. Engenhos e atafonas⁹ eram fontes de produção de subsistência, mas também de comércio (SEYFERTH, 1990).

Um dos relatos de um prussiano chamado Von Frankenberg fala da impossibilidade de fracasso de um colono que queira trabalhar nos solos da Colônia Dona Francisca, sendo que este encontrou em hortas com verduras europeias, videiras, tâmaras, figueiras, ameixas, maçãs, cochonilhas, baunilha, índigo, louro, variedades de batatas brasileiras, bananas, ananás, laranja, café, milho, mandioca, algodão pernambucano, além da possibilidade de plantações de framboesa e oliva. O rícino (também conhecido como mamona, cujo óleo é utilizado para tratamento de saúde) cultivado era utilizado para a iluminação. Somente os riachos da região não eram propícios, em sua opinião, para instalação de moinhos, mas a água era de ótima qualidade (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Contrariando Von Frankenberg, um relato publicado anonimamente no Jornal Geral da Emigração de 4 de janeiro de 1853 fala do clima chuvoso do território, da falta de criações de animais e plantações, assim como das doenças, da alta taxa de mortalidade, dos caminhos intransitáveis, da falta de hospital, escola, igreja, da fome. Denunciava a superlotação do navio Florentin, que aportou com 109 passageiros a mais, além das regalias que os trabalhadores brasileiros receberiam da Direção da colônia (BÖBEL; THIAGO, 2001).

O crescimento do comércio nas áreas coloniais é um aspecto importante, visto que não somente trabalhadores rurais optaram pela imigração, mas trabalhadores especializados que posteriormente instalaram comércios e casas de negócios nas áreas de colonização, muitos deles que duram até hoje e são negócios que perpassaram gerações trabalhando com o beneficiamento dos produtos agrícolas ou com a produção artesanal que chamamos de fundo de quintal e que posteriormente evoluíram para produção industrial de muitas devido às necessidades do aumento demográfico (SEYFERTH, 1990).

Além de servirem para o incremento das atividades econômicas da colônia, as casas de comércio eram locais onde ocorriam as reuniões de assuntos da região, onde jornais e revistas eram vendidos e portanto difundiam notícias, costumes, modos de pensar e agir, serviam de correio e seus donos acabavam tornando-se conselheiros dos moradores, pois estes viajavam para várias regiões e atualizavam-

⁹ Atafonas são moinhos de moer grãos, que podem ser movidos por água ou animais.

se sobre os acontecimentos nos arredores, coisa que muitos moradores não tinham oportunidade de fazer (SEYFERTH, 1990).

O modelo de colonização com técnicas agrícolas europeias modernas não foi possível em um ambiente onde clima e solo são diferentes e porque muitos dos imigrantes vieram de regiões europeias onde essa modernização não havia sido aplicada. Portanto, técnicas brasileiras de agricultura e dos locais de vinda dos imigrantes foram mescladas e adaptadas, resultando numa organização social e econômica também diferenciada da que encontraríamos aqui ou na Europa (SEYFERTH, 1990).

Com relação ao estilo arquitetônico das casas coloniais, estas eram uma mistura da arquitetura europeia com a brasileira, para que a residência fosse funcional e adaptada ao estilo de vida do território, sempre contando com um jardim na sua entrada e uma horta ou quintal nos fundos, independentemente do tamanho que estas tenham, feitos e cuidados pelas mulheres da família, apontando para os que observavam a casa o capricho da moradia e da mulher. Alguns locais ainda contavam com capitéis religiosos, que são casinhas com santos e orações dentro (SEYFERTH, 1990). Nas Figuras 3, 4 e 5 estão construções que utilizaram a técnica do enxaimel, muito recorrentes em Joinville e em outras cidades de colonização germânica, um dos estilos predominantes na cidade.

FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DA FAMÍLIA KÖRSTEN EM FRENTE À SUA CASA ENXAIMEL



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 19--?).

FIGURA 4 - ALUNOS DA ESCOLA COLONIAL DE JOINVILLE, TAMBÉM CONSTRUÍDA NA TÉCNICA ENXAIMEL.



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 19--?).

FIGURA 5 - CASA ENXAIMEL EM CIMA DE UM MORRO.



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 19--?).

Nos primeiros anos de colonização, não somente as técnicas de cultivo foram adaptadas, mas também os contratos matrimoniais. Von Frankenberg, no mesmo relato citado anteriormente, escreve que esses contratos eram celebrados pelo professor escolar, que no momento não praticava suas atividades porque as crianças eram uma força de trabalho necessária à família, não sobrando tempo para essas se dedicarem as atividades escolares (BÖBEL; THIAGO, 2001).

Cabe destacar que o entendimento sobre infância e criança atual é uma construção sócio-histórica e que, portanto, não se encaixa para todos os contextos e todas as épocas. No caso do contexto do final do século XIX e início do século XX, os acontecimentos sociais desse período trouxeram desdobramentos na história das crianças, por exemplo, “a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle demográfico, a força dos novos meios de comunicação” (GOUVEA, 2008, p. 103) nas classes médias e nas classes populares e, conseqüentemente, as novas formas de exclusão social. Essa discussão será retomada mais adiante.

Até a expulsão dos jesuítas em 1759, o sistema educacional brasileiro era elaborado por eles. No caso dos imigrantes, o Brasil não apresentava uma preocupação com o sistema de ensino público, cabendo ao imigrante o encargo de

criar escolas particulares para as crianças das colônias, o que era uma preocupação de parte dos colonos que chegavam e alvo de reclamações a Companhia Colonizadora, tanto que no seu terceiro relatório, a companhia apontava que havia locais para a escola e para a igreja, mas faltam materiais e recursos, visto que os salários do pregador e do professor eram responsabilidades dos próprios colonos. O ensino era parte da Igreja Católica e Protestante, principalmente dos luteranos, que eram maioria no início da colonização. O pastor paroquial tomava a função de professor para si, e a preocupação dos imigrantes era a alfabetização para a leitura da bíblia (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005).

A primeira escola da Colônia Dona Francisca ficava em um barracão que foi construído pelo senador Schröder em 1851 e o professor era o pastor Sr. Carl Mörikofer. Era uma escola gratuita que funcionava 4 dias por semana, mas era pouco frequentada devido à distância e porque os alunos tinham responsabilidades nas atividades produtivas da família (a obrigatoriedade do ensino na província passa a valer em 1874). Já a primeira escola pública em local de imigração foi instalada pelo presidente da província, João José Coutinho em 1854: a Escola de Primeiras Letras da Colônia Dona Francisca. As escolas que eram mantidas pelo governo tinham o ensino de língua estrangeira. Em 1856, novas escolas foram construídas com o Estado se responsabilizando por pagar os professores. (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005 p. 21-22).

A Câmara Municipal de Joinville intermediou a instalação da primeira escola pública municipal em 1870 e nessa época já existiam 15 escolas, sendo 3 públicas e 12 particulares, que atendiam um total de 790 crianças e contavam com 21 professores, sendo 4 deles mulheres. Dessas, 6 escolas coloniais e 2 particulares eram subsidiadas com recursos da Colônia Dona Francisca (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 26).

Apenas nos primeiros anos do século XX a educação mereceu mais atenção das autoridades brasileiras constituídas. Nesse período a educação escolar transformou-se no principal alvo de investimentos políticos de vários grupos sociais, como estratégia moderna de organizar a sociedade e criar os grupos de mando e os que deveriam ser mandados. No ano de 1890 a população de Santa Catarina era estimada em 282.100 habitantes; destes, 80% eram analfabetos e somente 20% sabiam ler (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 37).

Diante de diferentes grupos étnicos que se reuniam em busca de uma nova oportunidade de vida, a luta para fortalecer sua etnicidade era uma maneira de

reconstruir o que deixaram para trás e, durante muitos anos, esse sentimento não gerou conflitos sérios entre imigrantes e governo (SEYFERTH, 1990). Existia uma certa solidariedade entre as famílias, tanto nas situações pessoais quanto na manutenção e ampliação dos espaços da colônia. A constituição das identidades culturais é presente nos processos migratórios no Brasil e, no caso da colonização alemã, trouxe a categoria de identificação *Deutschbrasilianer* – teuto-brasileiro, onde a “condição de imigrante e, depois de colono, é irreversível” (SEYFERTH, 2005, p. 9).

O impacto do pertencimento é expresso tanto na arquitetura, quanto na educação – escolas alemãs, sociedades de canto, tiro, dança, esportes, na organização espacial e de trabalho e também na formação da imprensa local onde jornais, revistas e almanaques traziam junto com as notícias, poemas, contos, histórias que remetiam à sua terra natal, explicitando o sentimento de saudosismo e a saudade dos que certamente nunca mais veriam. Nesse contexto, a etnicidade que se forma “celebra o cotidiano colonial de onde emergem os elementos simbólicos que a compõe – a identidade virtualmente ancorada na convivência ou compartilhamento de uma trajetória comum de imigração” (SEYFERTH, 2005, p. 11), ou seja, esse momento de vida em comum, essa parte da história une o imigrante que une elementos em comum - língua, religião, cultura – para demarcar uma identidade coletiva de ser teuto-brasileiro.

O contato de grupos étnicos diferentes por um período prolongado cria umas “similaridade ou comunidade de cultura” (BARTH, 1998, p. 196), mas também acentua as diferenças. Para se organizar as interações e o contato, criam-se regras sociais de prescrições e proscricções, daquilo que pode ou não interagir, “isolando assim partes das culturas, protegendo-as de confronto ou modificações” (BARTH, 1996, p. 197). Essas articulações para manter a identidade étnica compõem também restrições individuais que vão além das interações sociais, mas que imperam no particular, em todas as atividades do indivíduo (BARTH, 1996, p. 198).

O sentimento de união é formalizado por parte da elite teuto-brasileira em suas publicações e é a justificativa dos brasileiros para atacar e legitimar leis que excluía o imigrante da política, impossibilitando o acesso a cargos públicos estaduais e ao alistamento eleitoral dos que só falavam alemão, por exemplo. Mas essa dificuldade não interferia nos cargos públicos municipais, onde os teuto-brasileiros teriam forte destaque.

Nesse aspecto, os emigrados de 1848, também conhecidos como “filhos de 1848”, “homens dos dias de março” ou “mosqueteiros” diferenciavam-se da primeira leva de imigrantes devido as suas profissões especializadas ou por serem intelectuais, o que possibilitou tornarem-se homens públicos e influentes. Percebe-se, portanto, que não foi uma massa homogênea de imigrantes alemães, mas que entre eles havia distinções, preconceitos e diferenças que trouxeram escalas diferentes de discriminação dentro do seu grupo e fora dele (MAGALHÃES, 2014).

Ao que tudo indica, uma parte daqueles que vieram para a Colônia Dona Francisca pertencia ao último tipo de imigrante, já que vinham com suas famílias fugidos do novo regime político instaurado e do qual passavam a ser inimigos. Dentre estes, alguns pertenciam à elite em seus países e trouxeram grandes somas em dinheiro, suficientes para começarem um novo negócio no Brasil. Esses imigrantes formaram, posteriormente, a elite local e acabaram constituindo e construindo a maior parte dos eventos políticos, econômicos e sociais da cidade. Os mesmos nomes são encontrados em todos os lugares: na superintendência, na direção da colônia, nas comunidades religiosas, nas sociedades culturais, na Câmara de Vereadores, na maçonaria e em tantos outros “centros de poder” (GUEDES, 2005, p. 19).

Uma nota de falecimento publicada pelo jornal *Kolonie Zeitung*¹⁰, em 20 de maio de 1882, fala um pouco sobre a presença desses *veteranos de 1848*. Trata-se da morte do oficial prussiano Von Frankenberg, citado anteriormente, que foi demitido junto com seus companheiros em 1851, quando a Armada de Schleswig – Holstein foi dissolvida, não recebendo nenhuma pensão, somente uma indenização

¹⁰ Os jornais, além das escolas, eram uma forma de manutenção da língua materna e tinham como característica a manutenção de valores e costumes étnicos, defendendo interesses de locais. O *Kolonie Zeitung* era um desses casos. Foi fundado em 1860, pelo jornalista e advogado Ottokar Doerfell, que em Glauchau na Alemanha, era um ex-prefeito condenado a morte, depois a 12 anos de prisão e posteriormente absolvido em terceira instância, por envolvimento na revolta de 1848. Em Joinville, Ottokar Doerfell acumulou cargos como secretário e diretor da colônia, fundador da Maçonaria, entre outros. O jornal, durante os anos 1917 e 1919 (devido o impacto negativo da Primeira Guerra Mundial sobre os colonos alemães) adequou-se a proibição da língua alemã no Brasil passando a chamar-se *Actualidade*. Em 1919 voltou a funcionar em alemão e com seu antigo nome e só saiu de circulação definitivamente em 1939, devido ao decreto de nacionalização de Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial. Os jornais teuto-brasileiros defendiam regionalmente que os imigrantes pudessem identificar-se como etnicamente alemães e cidadãos brasileiros. Além do *Kolonie Zeitung*, Mathyas (2007, p. 46) lista os seguintes jornais que circularam no século XIX em Joinville: “*Gazeta de Joinville* (1877), *O Democrata* (1880), *O Globo* (1884), *A União* (1884), *Balão Correio* (1884), *O Constitucional* (1885), *Neue Kolonie Zeitung* (Novo Jornal da Colônia, redigido totalmente em alemão) (1885), que em 1887 teve seu nome modificado para *Reform* (Reforma), *Folha Livre* (1887), *O Sul* (1889), *Volkstaat* (Estado do Povo, também em língua alemã) (1891)”. Ainda conforme a autora, em 1895 temos o federalista *Joinvillenser Zeitung*, o *Sonntagsblatt* (Folha Domingueira) (1896), o *Commercio de Joinville*, com perfil “antialemão” (1900), a *Gazeta de Joinville* (1905), o *Jornal do Povo* e semanário da comunidade evangélica *Evangelisch – Lutherisches Gemeindeblatt*. Ver mais em: (SEYFERTH, 1990, p. 72-74); (MATHYAS, 2007).

que, conforme o jornal, era tão baixa que mal pagava suas vestimentas. Assim como outros colegas de armada, decidiu partir para a Colônia e aqui, com as recomendações da Diretoria da Companhia Colonizadora, tornou-se Diretor da Colônia Dona Francisca e depois diretor e inspetor dos trabalhos de construção da Estrada da Serra e das obras públicas¹¹.

Outra notícia, publicada pelo *Jornal Geral da Imigração* em 1852, fala da situação de muitos desses ex-oficiais que vinham para as colônias trabalhar no desmatamento e abertura de picadas. No caso dessa reportagem, trata-se de uma leva de “77 imigrantes alemães e suíços, constituídos por 11 famílias, entre as quais muitas pessoas cultas, e creio que quase todos esses passageiros pagaram suas passagens integralmente, antes da partida”¹², como a publicação faz questão de salientar, e que desembarcam em uma paisagem bela de ver e desconfortável de se viver. Percebe-se o preconceito estampado na fala do jornal contra os imigrantes que precisaram financiar sua viagem ou que não faziam parte de um grupo privilegiado.

A soma de todo o processo de imigração, desde a sua saída, as dificuldades no mar, na chegada e na instalação no Brasil resultaram no fortalecimento do sentimento étnico teuto-brasileiro (*deutschbrasilianer*, viver no Brasil, ser cidadão brasileiro, mas etnicamente ser alemão) (SEYFERTH, 1993) não foi uma escolha propositada dos imigrantes, mas lhes foi imposto pela desorganização e deficiência dos serviços que lhes foram oferecidos, quando seus espaços no território foram demarcados pelos governos das províncias e pelo governo imperial e posteriormente federal (SEYFERTH, 1993, p. 4).

¹¹ A nota de falecimento completa e traduzida do jornal *Kolonie Zeitung* está disponível na obra de BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 80-81.

¹² Trecho publicado em *Allgemeine Auswanderungs – Zeitung*, em 28 de fevereiro de 1852. A notícia completa traduzida está disponível em BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 85-86.

3 PAPEL E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, [...] questiona a prioridade relativa, dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência e qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença do objeto da história – o Homem universal.

Joan Scott

Nas listas de viagem dos navios que transportaram imigrantes europeus para Santa Catarina, encontramos várias informações: idade, profissão, estado civil, filhos, entre outros. Junto com suas bagagens, essas pessoas trouxeram memórias, cultura, língua e costumes que são hoje revisitados nos diários, livros de história e literatura, fotografias, jornais, cartões postais, entre outros. Esses documentos, direta ou indiretamente, são fragmentos de uma história que não nos alcança por inteiro, mas partem de um passado que nos ficou palpável através dos objetos e relatos que nos chegam aos dias atuais.

Nessas listas, trabalho é um dos pontos que mais se apresentam preenchidos. Trabalho era motivo de orgulho, pois era a partir dele que se construía com as próprias mãos o futuro da sua família. No caso do imigrante alemão, esse sentimento era muito mais forte, um sentimento de germanicidade que se criou devido à organização e separação dos imigrantes em grupos étnicos, resultado do próprio processo de colonização, onde os governos imperial e provinciais restringiram os imigrantes aos espaços demarcados da colônia (SEYFERTH, 1990).

Cabe destacar que no caso das mulheres o campo profissional se associa ao seu papel no âmbito da família. E quando falamos de família, devemos levar em consideração a sua importância para a manutenção de uma comunidade policultora, onde todos precisam colaborar para que as tarefas diárias sejam efetuadas com sucesso, visto que eram pequenas propriedades onde as famílias tinham todos os trabalhos para si.

Até os anos 1880 encontramos nas próprias listas dos navios os termos *esposa*, *viúva*, *filha* como definições do papel profissional dessas mulheres. Posteriormente, com o maior desenvolvimento industrial, é que percebemos o termo *operária* tomando espaço nessas listagens (BÖBEL, THIAGO, 2001). Portanto, essas mulheres no âmbito da família colonial, eram despercebidas, mesmo sendo um dos alicerces desse tipo de economia.

Os seres humanos são resultado das construções sociais e suas relações vão muito além da diferenciação biológica, eles são dois grupos envolvidos nas “relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 67). Estas relações “como todas as relações sociais, possuem uma base material; no caso do trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre sexos [...]” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Essa divisão de trabalhos estabelece uma relação de dominação¹³ onde ao homem cabe o trabalho de produção e à mulher o de reprodução, levando os homens a exercerem funções sociais de organização e de mando que as mulheres são afastadas, separando e hierarquizando os trabalhos. Nesse modelo, mulheres solteiras e viúvas não são levadas em consideração, assim como o trabalho da mulher no ambiente familiar não é encarado como produção, porque não é um trabalho remunerado. Diferentemente dos séculos passados, hoje consideramos o trabalho doméstico como uma forma de trabalho que tem o mesmo peso do trabalho fora do lar, portanto não considerado como dupla jornada, porque também é um trabalho produtivo e não uma atividade além do trabalho assalariado (KERGOAT, 2007).

Como podemos observar na fotografia da família Stock (Figura 6), a mulher ao centro da imagem, segurando o bebê e rodeada de crianças de diversas idades nos passa uma idealização feminina transmitida em todos os aspectos analisados na imagem: o olhar da mulher com um leve sorriso olhando para a criança que está sozinha em pé na cadeira, passando a ideia de que está cuidando e pronta a acudir caso ela caia, enquanto segura o bebê mostrando para a câmera e as crianças todas em volta posando. Aos fundos, uma mulher sentada na balança olha para a

¹³ Kergoat (2007, p. 67) utiliza o termo relação de poder, mas utilizo em minha análise a definição de Apfelbaum (2007, p.76) que utiliza relação de dominação, visto que o termo “relação de poder” subestima os efeitos irreduzíveis dessa relação ao dar a ideia de que essa relação de poder possa ser invertida em certos momentos.

câmera, mas parece alheia ao que acontece um pouco mais a sua frente. Essa mulher é mãe de todas elas ou é cuidadora ou tia? Isso a fotografia não pode nos informar, mas a maneira como a pose para a foto foi montada nos dá a ideia de uma mãe orgulhosa de todos os seus filhos.

FIGURA 6 - FAMÍLIA STOCK



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE,19--).

Essa exibição de uma verdade idealizada pelo fotografado, captada pelo fotógrafo, eternizada pela fotografia, que reproduz uma realidade muitas vezes fora dos padrões nos aponta que discursos e representações ocultam a dinâmica social (LEITE, 1993). Sozinhas, essas fotografias produzem sentimentos variados ligados à curiosidade, a nostalgia e até mesmo saudosismo. Sem atentar aos detalhes, não se consegue distinguir categorias sociais. Sem o contexto em que foram produzidas elas podem trazer percepções equivocadas. No caso da fotografia da família Stock, ficamos com as conjecturas.

O século XIX transformou a sociedade brasileira com a consolidação do capitalismo através da formação de uma mentalidade burguesa que atinge diretamente as atividades femininas. Na família burguesa a vida da mulher é marcada pela intimidade e a maternidade. As casas burguesas eram marcadas pelas salas de visita e salões e eram nesses espaços (cafés, bailes, teatros eventos)

que a intimidade familiar e a mulher eram submetidas a opinião da sociedade (D'INCAO, 2017).

Entre os modos de dominação está a ideia de uma distinção irreduzível entre os grupos, a ideia de normas vistas como naturais e dogmas, a exclusão do espaço social, a invisibilidade do outro, sua desapropriação (HIRATA, 2009, p. 77). A relação de dominação não é simétrica, não há liberdade de escolha nesse contexto:

O postulado da superioridade natural de todos os homens sobre todas as mulheres, se subentende a instituição da família e a distinção público-privado na comunidade política moderna, não constituiu somente uma categoria de indivíduos inferiores; ela reformou a antiga diferenciação hierárquica dos sexos em torno da 'diferença' antropológica. Fato da natureza, inacessível à ação humana (Locke, Rousseau), a dominação de sexo não é somente legitimada: ela se torna invisível como dominação (VARIKAS, 2009, p. 117).

A sociedade de Joinville apresentava uma diferenciação entre a mulher rural e a urbana e os discursos divulgados nas mídias locais possivelmente eram uma maneira de diferenciar o modelo de mulher joinvilense urbana, das famílias que estavam ascendendo socialmente e que entre essas diferenciações estava o papel da mulher do lar, mãe, esposa que se distanciava da agricultura e da criação de animais, que seriam práticas mais presentes entre as mulheres menos abastadas. Esse modelo seria uma tentativa de definir o que seriam as famílias civilizadas (SILVA, 2004).

O ócio em que essas mulheres burguesas viviam possibilitou a formação de um público leitor, principalmente de novelas românticas, que idealizavam ser feminino e o casamento. Entre as famílias burguesas o casamento era usado para manutenção ou ascensão social e as mulheres eram responsáveis por contribuir para essa ascensão sendo boas anfitriãs e boas mães, tornando-se espelhos da família, mesmo a autoridade estando nas mãos masculinas (D'INCAO, 2017).

Considerada a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D'INCAO, 2017, p, 230).

Os jornais, fontes promotoras dos costumes da época, eram comandados pelas elites do momento (homens do judiciário, da administração, chefes de polícia,

políticos). No Sul não foram os jornais que criaram os modelos femininos e masculinos, pois estes já faziam parte do mundo ocidental e eram “encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais” (PEDRO, 2017, p. 281). Nesses jornais, as mães ocupavam papel de destaque, responsáveis pelo progresso e pela civilização, pois eram elas que criavam e educavam.

FIGURA 7 - FAMÍLIA ULRICH. Em destaque as crianças posando com suas bicicletas



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, entre 1870 e 1890).

O Censo realizado pelo Governo Imperial de 1872, traz o seguinte dado sobre a Província de Santa Catarina (BRASIL, 1874):

Segundo a profissão na vida religiosa, entre as estrangeiras e as brasileiras, temos apenas 1 mulher. No ramo da saúde, contabiliza-se 20 parteiras brasileiras e 1 estrangeira para 12 parteiros brasileiros e 1 estrangeiro. Como professoras temos 40 brasileiras e 4 estrangeiras. Em empregos públicos não havia nenhuma mulher cadastrada. Como artistas temos 40 brasileiras e 2 estrangeiras. 1 pescadora brasileira viúva. 74 brasileiras na lista de capitalistas e proprietários para 12 estrangeiras, destas soma-se 34 solteiras ocupando esses cargos, talvez tocando os

negócios da família ou com negócios próprios. 83 mulheres brasileiras na lista de fabricantes e para 6 estrangeiras, sendo que das brasileiras 41 eram solteiras. Trabalhando como comerciantes, guarda-livros e caixeiros temos 57 brasileiras solteiras, 72 casadas e 27 viúvas para 11 estrangeiras solteiras, 10 casadas e 9 viúvas. O número de costureiras é impressionante: são 4.577 brasileiras, 397 estrangeiras e 265 escravizadas.

Na indústria temos um número maior de trabalhadoras mulheres nas fábricas de tecidos (1.137 brasileiras, 6 estrangeiras e 128 escravizadas). Apenas 2 mulheres trabalhavam nas fábricas de metal, 3 nas de madeira, 1 em edificações, 1 em couros e peles, 16 na tinturaria (sendo 2 escravizadas), 7 na de vestuário, 1 na de chapéus e 2 na de calçados (1 delas escravizada).

No ramo agrícola, temos uma quantidade também muito grande de mulheres trabalhadoras: 18.208 mulheres brasileiras e estrangeiras livres e 1369 escravizadas. Como criadores temos 336 brasileiras, 22 estrangeiras e 60 escravizadas. Não há informações no senso sobre o status dessas mulheres do ramo agrícola, portanto não sabemos se eram proprietárias ou trabalhavam para a família ou para terceiros.

Como criados e jornaleiros o número total de mulheres é de 889, sendo 60 escravizadas. No serviço doméstico temos 9.022 brasileiras solteiras, 6.911 casadas e 1.819 viúvas. Das estrangeiras temos 367 solteiras, 701 casadas e 99 viúvas. As mulheres escravas somam 2.825 trabalhadoras nesse ramo.

Já as sem profissão, são contabilizadas 29.253 brasileiras e estrangeiras e 2.265 escravas.

A análise que os papéis de gênero possuíam na sociedade europeia do século XIX acentua a divisão de trabalho caracterizado pelo sexo, onde cada um tem sua função, seus espaços e que o ambiente doméstico era predominantemente o espaço de trabalho feminino (PERROT, 1988). Porém, com todas as informações presentes no Recenseamento de 1872 fica claro afirmarmos que, apesar de muitas vezes negadas, as mulheres estavam presentes nos ambientes de trabalho mais diversos além do lar.

Portanto, se pudéssemos passear pelos anos de 1872 veríamos mulheres trabalhadoras domésticas que se desprendiam entre os afazeres do seu lar para trabalhar em casas de famílias mais abastadas, ou mulheres entrando nas fábricas da colônia, dividindo sua força de trabalho com homens, nas zonas rurais cuidando

das plantações e dos animais enquanto chamavam seus filhos para perto, com medo de que algum animal estranho pudesse aparecer. Poderíamos ver também mulheres escravizadas, viúvas tocando os negócios da família, mulheres nos balcões das lojas. Elas estavam lá, em todos os lugares e momentos, eternizadas pelo recenseamento que não deixou que elas desaparecessem de vez.

3.1 MULHERES E O TRABALHO NA PROPRIEDADE RURAL

As mulheres e os homens de Joinville tiveram o trabalho como norte de suas vidas, mas os trabalhos femininos e masculinos eram valorizados de maneiras diferentes, muitos tachados como trabalhos de mulher, não reconhecidos como trabalhos de quem construiu a cidade.

Na colônia é produzido quase tudo o que a família camponesa consome [...]. Dentro do contexto dessa “auto-suficiência”, a família do colono é o grupo de produção da colônia na qual cada um dos membros possui atribuições específicas e gerais; mas, desde os sete ou oito anos até a velhice, todos trabalham. Derrubada, queimada, preparo da terra com o arado, isso é atribuição dos homens. Plantio, colheita e capina são tarefas que envolvem todos, excluindo-se os muito idosos e as crianças. Às mulheres cabe o trabalho na horta, o cuidado com os animais domésticos, com a casa, e o preparo dos alimentos. As crianças auxiliam os adultos nas tarefas secundárias como: obter forragem para os animais domésticos, capinar a horta ou a roça, tirar leite (SEYFERTH, 1990, p. 31).

FIGURA 8 - A XILOGRAVURA APRESENTA UMA RESIDÊNCIA EM MEIO A UMA ÁREA DESMATADA.



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 18--)..

A figura 8 é uma representação de habitação da Colônia Dona Francisca. Ela demonstra a simplicidade da vida nos primeiros anos de colonização, a presença marcante das áreas florestais que ainda não haviam sido totalmente exploradas e desmatadas, mas sobretudo, apresenta a figura feminina. Essa mulher aparece sozinha com seus filhos pequenos, um deles no colo e o outro brincando com uma espécie de miniatura de carroça no chão. Essa representação pode nos remeter às mulheres que ficavam sozinhas com todos os encargos do trabalho doméstico e rural enquanto seu marido partia em busca de emprego nas colônias vizinhas, ajudando a abrir estradas e construir casas. A solidão da mulher foi captada pelo autor da xilogravura.

O número de mulheres em Joinville entre 1859 e 1879 equivalia a 48% da população total (SILVA, 2004), ou seja, praticamente a mesma quantidade de homens na localidade. As mulheres sozinhas, muitas com crianças que dependiam de sua atenção como a representada acima, ficavam com essas tarefas para si, com uma visível sobrecarga e, inclusive, ajudando ou sustentando o lar com o dinheiro que recebiam por trabalhos fora dele:

Vender doces [...], vender verduras, entre outras atividades, são papéis informais exercidos por vários homens e mulheres. Em Joinville, principalmente no século XIX, possivelmente esses papéis eram "destinados" mais às mulheres, por não estarem inseridas no mercado de trabalho formal (SILVA, 2004, p. 72).

No caso das mulheres com filhos, a preocupação era redobrada devido à alta taxa de mortalidade infantil desencadeada pelas más condições de higiene, pela dificuldade de tratamento e pela falta de equipamentos para partos complicados, onde mãe e filho poderiam morrer. Essa realidade, por exemplo, foi sentida na família de Maria Emilie Stamm, filha de imigrantes da segunda leva que chegou a Colônia Dona Francisca. Dos 10 filhos, 4 morreram crianças.

Maria comenta em suas lembranças que a mãe ia para a roça com as crianças e trabalhava duro, enquanto seu pai trabalhava na construção de estradas. Além disso, precisavam improvisar e produzir instrumentos de trabalho doméstico como fornos e pilão, para produzir alimentos para a família (SILVA, 2005). Algumas famílias aproveitavam suas produções como economia de subsistência, complementando a renda familiar com a venda do excedente.

Uma carta de Minna Hering, de Blumenau, salienta as funções que as mulheres eram incumbidas: “uma dona de casa aqui é obrigada a fazer uma série de trabalhos a mais do que na nossa querida Saxônia. Aqui eu sou, por exemplo, padeiro, cervejeiro, açougueiro, cozinheiro, etc” (MORGA, 2001, p. 163).

A gravidez não impossibilitava as mulheres de continuarem trabalhando, viajando longas distâncias para comprar e vender mantimentos com crianças pequenas junto e mesmo após o parto continuavam seus afazeres para que não se acumulassem (SILVA, 2004).

As Figuras 9 e 10, que são fotografias de famílias de colonos, nos lembram a xilogravura do início do subcapítulo, com a diferença de que nessas imagens temos a presença masculina segurando seu material de trabalho. Numa delas a mulher segura um bebê, que ainda precisa de seus cuidados mais atentos, e na outra a mulher está apoiada em uma ferramenta, com seus filhos já maiores, fazendo poses parecidas com a dos adultos. Observamos também nessas duas imagens a presença da floresta muito próxima às residências, áreas onde os colonos trabalhavam na terra para implantar seu novo lar.

FIGURA 9 - FAMÍLIA DE COLONOS COM FERRAMENTA DE TRABALHO E ANIMAIS EM FRENTE A UMA CASA DE BAMBU



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 19--?).

FIGURA 10 - FAMÍLIA DE COLONOS, COM SUAS FERRAMENTAS EM FRENTE DA CASA DE MADEIRA E BAMBU COM TELHADO DE PALHA



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 18--?).

Os produtos das hortas e das criações dessas famílias muitas vezes eram fonte de seu sustento. As fotografias trazem mulheres com filhos e maridos participando ativamente da lida diária na roça, cuidando das plantações, dos animais e dos filhos pequenos que ficavam no terreno e precisavam de atenção devido à mata e aos animais peçonhentos que poderiam surgir. Além disso, havia o trabalho complementar da mulher nos espaços domésticos, as costuras, os produtos artesanais para alimentação e para uso garantiam a economia de muitas famílias (GIRON, 2008), o preparo da comida para servir marido e filhos, o preparo do banho do marido, o cuidado da higiene das crianças, tudo isso eram encargos que a mulher precisava dar conta. Além da produção para consumo familiar e para venda, realizada tanto por homens quanto por mulheres das mais variadas idades, o trabalho com costura também era fundamental, mas esta função era exclusividade das mulheres.

Figura 11 - GRUPO DE CINCO MULHERES EM UM CURSO DE CORTE E COSTURA NA ESTRADA DA ILHA



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, década de 1910).

FIGURA 12 - LILLY TIEDE CONCENTRADA EM UMA ATIVIDADE MANUAL



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 1910-1930)

O trabalho com a costura, os bordados, os ajustes não eram somente trabalho doméstico, eram um trabalho que poderiam angariar mais um lucro para as famílias. Portanto, não eram atividades de lazer, eram trabalhos domésticos que poderiam se estender para produções lucrativas em alguns casos, mas que eram realizados nos momentos de lazer da família, enquanto as crianças brincavam e o marido descansava, a mulher estava fazendo costura. Os enxovais também eram produzidos por essas mulheres nas horas vagas.

Lilly Tiede (figura 12), cujo nome era Karoline Mathilde, aparece bordando sentada à mesa. Nascida em 1857, era casada com Alfred Tiede, que em 1889 abriu a cervejaria Tiede. Lilly participava do clube de crochê *Heiterer Wochenschluss* (Alegre Fim de Semana), fundado em 16 de junho de 1899, com um Estatuto assinado por mulheres da elite joinvilense. As reuniões ocorriam aos sábados à noite na casa de uma das associadas. Todas tinham uma fita que deveria ser usada nas reuniões, caso contrário, pagaria uma multa cujo valor iria para gastos com diversões. O 13º ponto do Estatuto do Clube dizia: “Todas as sócias devem trazer bom humor e deixar todos os aborrecimentos em casa”¹⁴ (SILVA, 2004, p.111).

Além disso, apresenta um poema escrito por Lilly Tiede em 1929 inspirado no Clube, O Clube das Velhas Senhoras:

Elas ainda não haviam sido lambidas pela cultura, / ainda usavam os cabelos em coque, / mal conheciam a linha esbelta, / [...] Usavam ainda as saias compridas e largas, para cobrir as maravilhas de baixo / [...] e em sociedade não se falava nunca de pernas, panturrilhas ou joelhos. / A gente se comportava com decência e elegância / No entanto, duas senhoras não puderam deixar / de se ocupar com a modernização, / mandaram cortar as tranças e os cabelos das velhas cabeças¹⁵.

Nesse poema percebemos alguns costumes do período que atingiam as mulheres urbanas e de famílias abastadas em Joinville, demonstrando mudanças de comportamento da sociedade, alguns não muito bem aceitos pelas senhoras do clube. Também destaca alguns locais de passeio frequentados por essas mulheres, no trecho em que Tiede fala sobre os possíveis usos do dinheiro recolhido como

¹⁴ Silva (2004), em sua pesquisa apresenta o estatuto do Clube de Crochê completo, com a assinatura de todas as participantes do ano de 1899. Entre elas, temos sobrenomes famosos em Joinville como Lepper, Colin, Boehm, Lange, Niemeyer.

¹⁵ TIEDE, Lilly. **O clube das velhas senhoras**. Poesia. 1929. Tradução de Maria Thereza Böbel In Silva, 2004, p. 113-114.

taxa pelo clube. Entre esses locais destaca o Bananal ou o Krelling, onde iriam para almoçar ou São Francisco para se divertir.

Quando seu marido faleceu de câncer em 1904, Lilly assumiu os negócios do marido até 1915, quando passa para seu sobrinho a cervejaria (DIAS, 2013). Em Desterro, atual cidade de Florianópolis e capital de Santa Catarina, com o crescimento do comércio a presença feminina no atendimento das pequenas casas comerciais era constante, assim como nas atividades da agricultura, nos engenhos de farinha, na lida com o peixe. A reclusão e o cuidado exclusivo do lar e da família eram, portanto, atividades de distinção de classe (PEDRO, 2017). Diferente dos centros urbanos onde os escravos e negros livres exerciam as funções urbanas, no Sul essas funções eram realizadas pelos homens e mulheres que não faziam parte da seleta elite (PEDRO, 2017).

FIGURA 13 - GRUPO DE TRÊS MULHERES EM FRENTE A UMA CASA DE MADEIRA COM TELHADO DE PALHA



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 19--?).

Enquanto as mulheres que trabalhavam nas pequenas propriedades produziam sem receber por isso uma diferenciação dentro do seio familiar, ao papel de proprietário do marido acrescentava-se o chefe da família e juiz, criando regras e punido os seus. Era o primeiro a ser servido, assim como receber os melhores alimentos, no banho era o primeiro (GIRON, 2008, p. 35).

Com relação aos filhos, a mulher deveria, assim como a terra, dar frutos tanto quanto possível e, no momento que deveria ser seu descanso, elas cumpriam atividades complementares, ou seja, o seu trabalho de bordar, costurar, dobrar palha eram considerados lazer. Nas festas, participavam cozinhando e servindo aos convidados (GIRON, 2008).

Ao homem cabiam três papéis: de proprietário da terra, de chefe da família e de dono da casa. A mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral. Aos filhos cabia a obediência e o trabalho, compatíveis com seu papel subalterno de membros da família (GIRON, 2008, p. 34).

Mas não era porque tinha um papel subalterno que as mulheres não tinham voz. A mulher da área rural era um membro importante para a sobrevivência da família, portanto, sua opinião era levada em consideração. Além disso, no início da colonização, a escassez de mulheres e sua importância fundamental nos trabalhos garantia uma certa valorização, visto que elas realizavam trabalhos tidos como masculinos e femininos (PEDRO, 2017).

É inegável a importância das mulheres no trabalho das propriedades privadas, mas elas eram negligenciadas na hora de transformar essas propriedades em herança da família. Processos do século XX evidenciam que as filhas eram lesadas pelos pais nas questões de terra para beneficiar os irmãos. Por não ter como pagar um lote, poucas mulheres receberam terras e na herança muitas eram excluídas. A exclusão da filha casada era justificada pois esta receberia do marido, ou seja, ela tornava-se proprietária se enviuvasse e a exclusão da filha solteira explicava-se pela sua dependência aos irmãos, pois esta ficaria sob seus cuidados, portanto não necessitava de algo seu.

3.2 PROFESSORAS

Uma das profissões ainda hoje com forte apelo aos sentimentos de cuidado e proteção é a docência, principalmente das áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Como visto anteriormente, o papel da primeira educação era um dos encargos femininos, sendo as mães as responsáveis pela formação do cidadão que viveria em sociedade, portanto, o que este cidadão se tornasse quando crescesse recairia sobre sua mãe, pois esta que deveria lhe encaminhar pelos caminhos da

retidão e da lei. Mas o ensino das letras era um problema que seria resolvido pelos profissionais docentes.

Na colônia Dona Francisca, assim como era o caso de outras colônias brasileiras, a educação nos seus primórdios ficou à cargo dos próprios colonos. Antes da instalação da primeira escola municipal, em 1870, um professor foi trazido pela Companhia Colonizadora de Hamburgo devido as cobranças dos colonos.

As primeiras escolas no Brasil seguiam o modelo português, pois foram instaladas com a família real no poder. Nos séculos XVII e XVIII, 90% da população era iletrada e o interesse pela leitura era para fins religiosos. Apesar de a Constituição de 1824 garantir educação formal para todos, mulheres só tiveram o privilégio do ensino no século XIX (SCHLINDWEIN, 2015). De acordo com o Recenseamento da população brasileira de 1872:

Considerando a população em idade escolar, 118.992 crianças e adolescentes do sexo masculino frequentavam estabelecimentos de curso primário e 12.171 estabelecimentos secundários. A participação feminina era acentuadamente menor: 53.555 meninas estavam matriculadas no curso primário e apenas 2.167 nos cursos secundários (PENA, 1981, p. 85).

A população escravizada nesse contexto tinha alfabetização muito baixa, e entre homens e mulheres escravizados também havia uma diferença: para uma população de 786.575 homens, 909 eram alfabetizados, enquanto que para as mulheres, das 689.992, 429 eram alfabetizadas (PENA, 1985).

A organização escolar dos imigrantes e seus descendentes ocorreu através de escolas comunitárias, além de particulares mantidas pelas congregações religiosas. Nas áreas urbanas encontramos também as escolas particulares laicas (KREUTZ, 2000). Mesmo com baixo fluxo migracional, tivemos a maior quantidade de escolas étnicas da América, com destaque para as escolas alemãs que mesmo não sendo a maioria no fluxo, tinham os maiores números de escolas organizadas (foram contabilizadas 1579 escolas em 1937) (KREUTZ, 2000).

O modelo de escolas era separado por sexo, e os professores também: para educar meninos deveriam ser professores homens e para as meninas professoras mulheres. Nas colônias nem sempre isso era possível, devido à escassez de profissionais e espaços para a escola. Na imagem abaixo (Figura 15) está um grupo de alunos e professores posando em frente à Escola do Núcleo de Anaburgo (Vila Nova), na zona rural de Joinville. Na esquerda, em primeiro plano, o professor Augusto Frederico Klüver, nascido em 1854 na Alemanha, imigrado em 1878 e

falecido em 1934 em Joinville. Foi professor em várias escolas na área rural, durante 50 anos, de 1878 até 1928.

FIGURA 14 - ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA DO NÚCLEO DE ANABURGO (VILA NOVA)



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 1890-1910).

Além dessa restrição quanto ao sexo, esses professores deveriam ser um modelo da vida saudável, com moralidade inquestionável para ambos, embora as funções profissionais não fossem as mesmas.

O prestígio do professor se dava mais nas funções que esse exercia fora da sala de aula, como dirigir o coro da igreja, organizar atividades festivas; muitas vezes, por ter respeitabilidade no seu meio, era chamado para arbitrar como juiz ou até mesmo servir como médico em situações inusitadas. [...] Dadas as características exigidas, grande parte dos professores era do sexo masculino. [...] Havia também as classes exclusivamente masculinas e femininas, o que revela diferenças de educação escolar proposta para meninos e meninas (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 29-30).

Para ambos os sexos aprender a ler e escrever, contar, saber as quatro operações, conhecer a doutrina cristã, eram os primeiros ensinamentos, porém aos poucos algumas distinções surgiam em algumas escolas: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Quando deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” -aliás o único nível a que as meninas teriam acesso, afirmaram que seriam nomeadas as mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignos de tal ensino compreendendo também o de cozer e bordar”. Aqui vale notar que a, embora lei determinará se salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro- que só seria usufruído pelos professores. (LOURO, 2017, p. 444).

Entre as atividades que eram ensinadas pelas professoras da classe alta, o bordado, os cuidados domésticos e com os criados, habilidades na cozinha e modos de se portar faziam parte do currículo além das aulas particulares de música em francês. Devido à escassez de escolas ou à distância das fazendas, muitas crianças da classe alta eram educadas dentro das próprias residências pelos pais e por preceptoras contratadas (SCHLINDWEIN, 2015). Na Figura 15 é possível observar a Sala de aula da Escola Paroquial do Colégio Santos Anjos com meninas fazendo trabalhos manuais, ao fundo há uma freira. Entre as alunas estão: Kathe Mayerle, Irmgard Lepper e Idiaty Tavares.

FIGURA 15 - ALUNAS DO COLÉGIOS SANTOS ANJOS FAZENDO TRABALHOS MANUAIS



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 1920-1930)

Tendo em vista que nas escolas as meninas aprendiam também as atividades domésticas e que o trabalho como empregada doméstica era um dos únicos como possibilidade para a mulher, não é de se estranhar que elas internalizassem o discurso vigente sobre suas funções sociais e não vissem com bons olhos ou tivessem medo de trabalhar no setor industrial.

Na figura 16 as meninas aparecem separadas dos meninos. Enquanto elas aparecem brincando de roda, os meninos estão fazendo pose séria, demonstrando a infantilidade de um grupo diante de outro. Podemos inferir que essa era a imagem que queria se passar do grupo de alunos, essa diferenciação de atitudes, já que claramente é uma imagem pensada, posada e não tirada ao acaso.

FIGURA 16 - ESCOLA DE ÁREA RURAL COM SEPARAÇÃO POR GÊNERO



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE,18--).

A instrução escolar era diferenciada não somente por sexo, mas também pela classe social e pela localidade. A diferença do que ensinar para meninos e meninas na realidade da lavoura era diferente do ensino da realidade industrial. Na lavoura além da instrução básica o ensino do trabalho também acontecia, enquanto nas classes mais abastadas o ensino tinha possibilidade de se estender pela perspectiva de herdar os negócios da família (WOLF, 2001).

Pensando na formação das escolas primárias, com a sua formação percebeu-se aderência maior do público feminino ou magistério, provavelmente porque os homens tiveram acesso a áreas profissionais vedadas às mulheres. Com a saída

dos homens da profissão devido a ampliação de novas opções de trabalho que surgiam com as empresas que se formavam ou até mesmo para assumir os negócios da família em caso de falecimento do pai, o magistério passa a ser visto como uma extensão da maternidade e características que até hoje ouvimos sobre o ser professor são implicados no ofício, como afetividade, doação, paciência, características essas cobradas da mulher desde a sua primeira educação (LOURO, 2017).

É interessante ressaltar que Educação e Religião eram campos que se mesclavam nas regiões de imigrantes, uma prática trazida de suas tradições que viam o ambiente escolar como um espaço para se formar o verdadeiro cristão (KREUTZ, 2000). No caso do imigrante alemão, temos a distinção entre luteranos e católicos, mas para ambos a escola era encarada como um espaço de difusão dos “bons costumes” e da palavra religiosa.

Para Lutero, a abertura de escolas era papel do Estado, já a Igreja Católica lançou mão de vários meios para difusão dos seus preceitos, desde a imprensa, a organizações, associações, hospitais e a formação de professores era uma das peças-chave do processo:

A partir de 1900 já se formara o consenso de que cada núcleo colonial deveria acolher o professor com casa, roça e benfeitorias. Mas também dispunha do direito de dispensá-lo, caso não correspondesse às expectativas. Além da vinculação com a comunidade, o professor tinha também uma orientação e dependência da autoridade eclesiástica. Ele era considerado uma extensão do padre e, na ausência deste, presidia o culto, acompanhava os doentes com preces, era catequista e animador do canto litúrgico. Enfatizava-se muito que a função do professor era uma vocação, um sacerdócio (KREUTZ, 2000, p. 165-166).

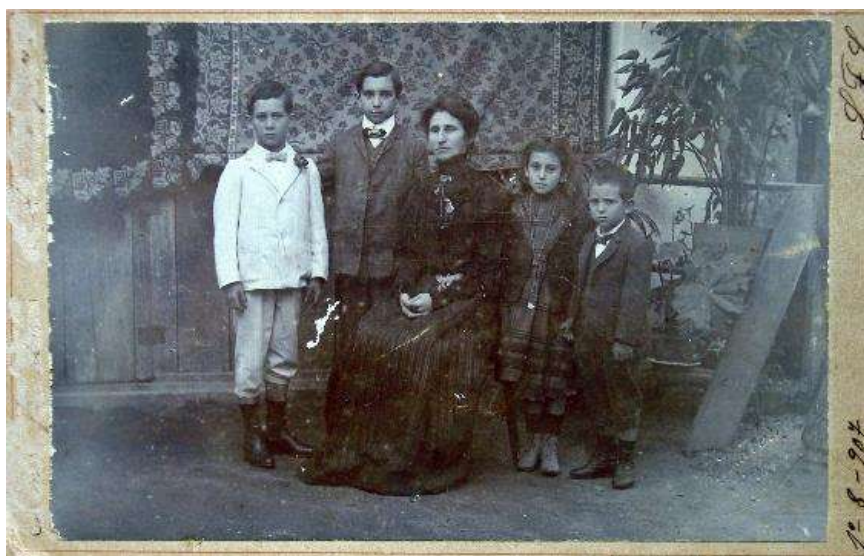
Para as mulheres o trabalho era cercado por restrições e aproximações ao trabalho doméstico e a maternidade e só era aceito até o casamento ou se as mulheres permanecessem solteiras ou enviudassem. Devido a essa ideia de algo provisório, a remuneração era baixa, porque não cabia as mulheres o sustento do lar, era um complemento tanto que era um trabalho de meio período para que elas tivessem tempo para as obrigações do trabalho do lar.

Uma lei de Santa Catarina de 1917, por exemplo, aponta que “[...] as candidatas ao magistério público que se matricularem na Escola Normal, da data desta lei em diante, diplomadas e nomeadas Professoras., perderão o cargo se contratarem casamento” (LOURO, 2017, p. 468), portanto, o cargo de professora era

perdido após o casamento, por não ser digno aparecer casada e futuramente mãe diante de seus alunos (LOURO, 2017). A própria direção em inspeção escolar, exceto nas escolas religiosas, era trabalho masculino, seguindo a hierarquia do ambiente doméstico onde os problemas, as decisões e o controle eram responsabilidades masculinas (LOURO, 2017).

Percebe-se que mesmo a área educacional sendo vista como uma função aberta ao sexo feminino, na maioria das fotografias a figura masculina aparece como figura de mando, professor, inspetor, diretor. Mas isso não quer dizer que as mulheres não tivessem espaço nas escolas de Joinville no século XIX e XX. A escola, além de uma oportunidade de trabalho mais aberta ao público feminino, ainda era uma chance de sair do ambiente doméstico, mesmo que fosse por meio período. Nas figuras 17 a 20, exemplos de professoras de Joinville.

FIGURA 17 - PROFESSORA LÚCIA LOPES



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 1907).

FIGURA 18 - PROFESSORAS ROSA LAUER E ELISABETH VON DREIFUSS



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, década de 1920).

FIGURA 19 - PROFESSORA MATHILDE RIECKES



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, entre 1900 e 1910).

FIGURA 20 - PROFESSORA ANA MARIA HARGER



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, década de 1930).

Na figura 19, temos a professora Mathilde Rieckes, brasileira nascida em 21 de dezembro de 1871 e professora desde 1895, com 24 anos. Em 1910 foi professora na Escola Alemã/Colégio Progresso, no Paraná (SOUZA, 2002).

Das três professoras que trabalharam em Joinville, a com maior documentação encontrada é a professora Anna Maria Harger, nascida em 1892 em Florianópolis, filha de pai pastor e professor e de mãe professora, teve sua educação financiada pelo chefe de seu pai, um empresário que o contratou ainda solteiro e o trouxe da Alemanha para cuidar dos estudos de seu filho. Com esse financiamento, Anna se formou professora em 1913 e contadora no Rio de Janeiro. Veio para Joinville em 1926 com o objetivo de criar uma escola com internato fora da capital de Santa Catarina.

Aqui criou a escola de datilografia Remington Oficial e o Instituto Bom Jesus, que funciona até hoje como uma das escolas particulares mais tradicionais da cidade incorporada desde 1968 pela Comunidade Evangélica de Joinville. Além disso, a fazenda que Anna adquiriu em Pirabeiraba, hoje abriga o Hospital e Ancionato Bethesda (DIAS, 2020). Em 1938, ela entregou nas mãos do então

presidente Getúlio Vargas uma carta solicitando a reabertura do curso primário do Instituto Bom Jesus.

Aqui cabe novamente um destaque a Julie Engell, citada anteriormente por seu papel nos primórdios da Colônia, mas que no Brasil teve uma importante contribuição no campo educacional. Ela foi uma mulher que viveu o período conturbado de 1848 e participou ativamente, através da luta pela emancipação feminina, pelo sufrágio universal e demais lutas do período. No Brasil formou uma escola para meninas que matriculou, em 1850, duas filhas de fazendeiros africanos que moravam em Portugal e seu ensino não teve diferença das demais meninas matriculadas, sem sentirem-se excluídas (SCHLINDWEIN, 2015).

Em seu romance *Noite de Natal no Brasil*, Engell escreve o segundo capítulo sobre a experiência dos primeiros colonos, faz uma crítica à falta de escolas alemãs nas colônias:

Então, os alemães, em todos os outros lugares, são obrigados a mandar seus filhos para escolas estaduais brasileiras?”, perguntou Herbert e Arthur respondeu. “É claro! Uma vez que o aprendizado da língua do país é tão necessário e eu não posso ver nada de mal neste fato.” “Ó. Eu vejo!”, interveio Martha, calorosamente; “porque, ouvi dizer que os filhos desses alemães misturados entre os brasileiros, raramente aprendem mais do que um português precário e ruim, enquanto eles perdem a sua bela língua natal. O que ocorre, naturalmente, uma vez que os pais não falam um alemão correto e não estão em condições de ensinar os seus filhos na escrita e na leitura. A escola brasileira só fornece o ensino elementar mais deficiente na língua do país (ENGELL, 1862, p. 168).

Essa crítica demonstra a precariedade já citada das instalações das escolas brasileiras nas colônias, também a precariedade do ensino ministrado, que não levava em consideração os alunos que não acompanhavam a língua da terra em que estavam morando, e apela a um forte sentimento de germanidade, onde as crianças, aprendendo o português precariamente, perdem sua “bela língua natal”.

Outra professora que utilizou o *Jornal Kolonie-Zeitung* para divulgar seu trabalho foi Maria Clara de Miranda Oliveira. Em 28 de maio de 1889 a professora anunciava a abertura de um colégio para meninas, ensinando principalmente trabalhos manuais (SILVA, 2004).

Antônia Alpaídes Cardoso dos Santos, que hoje conta com uma escola com seu nome e uma medalha de mérito que o Poder Legislativo de Joinville oferece aos que prestam serviços de destaque em defesa da raça negra (CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE, 2020), foi a primeira professora negra de Joinville

(SILVA, 2005). Nascida em 1904, atuou em diversas escolas da cidade e após aposentar-se continuou lecionando em aulas particulares. Na figura 21, a Professora Antônia Alpaídes com seus alunos do 4º ano primário do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em 1928. Na figura 22, um diploma assinado por ela no período em que foi diretora do Grupo Escolar Germano Timm.

FIGURA 21 - PROFESSORA ANTONA ALPAÍDES



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE, 1928).

Figura 22 - DIPLOMA ASSINADO POR ANTÔNIA ALPAÍDES



FONTE: Arquivo da Escola de Ensino Básico Professor Germano Timm.

LEGENDA: Apesar do diploma estar em um período posterior ao recorte cronológico da pesquisa, consideramos importante para registrar o trabalho da professora enquanto diretora na escola.

Além dessas professoras tivemos na Escola Alemã a professora de trabalhos manuais Senhora H. Brand, que lecionou de 1898 a 1902, as professoras de português “E. Brand, Ida Rieckes, Mathilde Rieckes, M. Ammon e H. Stamm. E em 1913 foi contratada na Alemanha a Senhorita Charlotte Nelmann” que dava aula de trabalhos manuais e ginástica (SILVA, 2004).

Podemos concluir, portanto, que a formação das escolas comunitárias e da própria Educação no Brasil está fortemente relacionado com a luta feminina por espaço no mercado de trabalho e que é uma luta por direitos e por visibilidade, mesmo diante de um quadro profissional onde inicialmente a preferência era o profissional masculino. Mesmo assim, com insistência e qualificação e também com a entrada das mulheres no campo da política, esse espaço foi conquistado, mesmo que ainda com muitos pontos a serem discutidos.

3.3 MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE

Em Joinville, assim como em todas as partes do Brasil, o trabalho de partejar era fundamental, principalmente em áreas distantes, como as que podemos observar nas fotos de famílias onde a floresta praticamente toma as casas, mas a história desse trabalho remete há séculos (na Bíblia temos as parteiras hebreias conhecidas como *meyaledeth*, e na Grécia Antiga temos as maieutas, em ambas as culturas relacionadas à divindades femininas ligadas à sexualidade e parturização), e tinha papel fundamental nas sociedades antigas como um caminho de elevação que desaparece com a Idade Média, quando o poder de dominação sobre os corpos e a forte misoginia vai transformação esse ofício em heresia e levar muitas mulheres para as fogueiras da Inquisição (COSTA, 2002).

No Brasil, as mulheres portuguesas e mulatas pobres eram a maioria no trabalho de trazer à luz as crianças de todas as camadas sociais até que esta prática foi anexada nas escolas da Bahia e do Rio de Janeiro no ano da vinda da Família Real, 1808 (BRENES, 1991). Os avanços da medicina tomam para si as práticas anteriormente passadas por gerações de mulheres e os homens passam a produzir uma imagem de mulher, tentando instruí-las sobre seus próprios corpos.

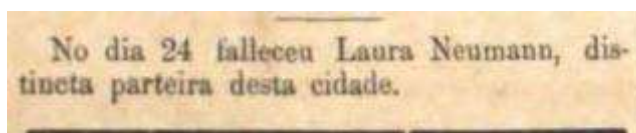
O título de parteira foi concedido pela reforma de 3 de outubro de 1832, onde a partir de então esse trabalho só poderia ser realizado caso se apresentasse os papéis de formação. É nesse ano que as mulheres puderam adentrar as universidades para formar-se em Obstetrícia:

Na do Rio de Janeiro, diplomou-se em 1834 a mais célebres das parteiras, francesa de nascimento, Maria Josefina Matilde Durocher (1808-93), que era conhecida como Madame Durocher. Foi a primeira mulher a ser recebida, como membro titular na Academia Imperial de Medicina, em 1871. Madame Durocher vestia-se como homem porque, explicava, exercia uma profissão masculina (BRENES, 1991, p. 139).

Interessante que uma profissão majoritariamente feminina, com séculos de prática e citada em diversos manuscritos históricos, com o advento da Medicina Obstétrica passa a ser vista por Madame Durocher como um trabalho masculino, ela mesmo se desdobrando para adequar-se ao ambiente de trabalho vestindo-se de homem. Dessa forma percebemos como a sociedade patriarcal se alimenta do conhecimento feminino, se apropria e tenta destituir a mulher desses conhecimentos.

Na Colônia Dona Francisca do século XIX, Frederike Buch (1814-1887), Julie Strombach (formada no Instituto de Parteiras de Dresden), Laura Neuman (falecida em 24 de março de 1887) eram alguns dos nomes que se recorriam quando o assunto era parto ou problemas relacionados ao corpo feminino (SILVA, 2004). Donas de saberes atestados por exames de parteiras, essas mulheres também conhecidas como aparadeiras e comadres, socorriam a qualquer hora do dia e da noite, utilizando seus saberes e suas práticas de anos de serviço¹⁶) até que os médicos substituíssem seu papel.

Figura 23 - NOTA DE FALECIMENTO DA PARTEIRA LAURA NEUMANN



FONTE: Acervo Do Arquivo Histórico de Joinville. (JOINVILLE, Folha Livre, Ano 1, n. 10, 1887).

O papel das parteiras era importante em todos os âmbitos sociais, mas principalmente para aquelas que não tinham acesso ao médico, seja pela distância ou pela condição financeira que não permitia, portanto, as parteiras tinham no seio social um reconhecimento de seu papel e certa autoridade adquirida pela sua importância, até porque mesmo com o advento da medicina obstétrica, ainda havia muita resistência em serem atendidas por médicos (FÁVERI, 2001).

Em Desterro, como em outras partes do Brasil, o trabalho de parto envolvia os cuidados com a mãe e o filho recém-nascido, o que fazia com que as parteiras não somente assistissem no momento de parto, mas também no pós-parto, ficando na casa avaliando o desenvolvimento das primeiras horas do puerpério e sendo pagas em espécie (FÁVERI, 2001).

Entre a mulheres que faziam o trabalho de assistência do parto, estava Hilda Anna Krisch, a primeira enfermeira de Santa Catarina formada pela Escola de Enfermagem. Hilda estudou na Deutsch Schule e na Escola Conselheiro Mafra,

¹⁶ Frederike Buch realizou mais de 615 partos, conforme notícia veiculada no KOLONIE – ZEITUNG em 12 de março de 1886 (SILVA, 2004, p. 92).

trabalhou na Casa de Saúde Dona Helen e em 1927 partiu para São Paulo para cursar Bacterioscopia. Lá ingressou na EAN, sendo aprovada em 1936. Recebeu uma bolsa de estudos para os Estados Unidos, onde cursou diversos cursos na área da saúde (BORENSTEIN, 2004).

No seu retorno, foi presidente da Associação Brasileira de Enfermagem de 1938 a 1943. Ajudou a organizar o primeiro Hospital de Clínicas do país onde também atuou profissionalmente como chefe de subdivisão de enfermagem (BORENSTEIN, 2004).

Após o término desse trabalho, o Ministério da Educação e Saúde resolveu lotá-la na Delegacia Federal da Saúde em Porto Alegre, para atuar nos três Estados do Sul. Entretanto, podendo escolher, optou em fixar-se no seu Estado natal, Santa Catarina, onde passou a realizar muitas atividades, desde o planejamento de inúmeros hospitais que estavam sendo pensados, a organização destes, a compra de material e equipamentos, até o treinamento de pessoal de enfermagem que na época, era constituído basicamente por práticos de enfermagem (BORENSTEIN, 2004, p. 369).

Com a diplomação das parteiras, começaram a ocorrer disputas entre as que agora eram diplomadas e as conhecidas como parteiras práticas, ou seja, as que trabalhavam com saberes adquiridos pelo número de mulheres que atendiam. O destaque às mulheres diplomadas era de muito respeito, pois estavam adentrando em um campo onde não era comum sua presença, no serviço público, reconhecidas pelo Estado. Mas esse destaque não acontecia dentro das Maternidades, onde eram auxiliares e impedidas de utilizar os instrumentos de auxílio no parto e de realizar cesáreas e pontos nas parturientes (FÁVERI, 2001).

Mesmo com a diplomação e o risco de receberem punições, o trabalho das parteiras práticas não foi extinto, seja pela falta de diplomadas em todas as regiões, pela falta de acesso ao curso devido aos seus trabalhos e obrigações enquanto mulher em uma sociedade patriarcal e que via com preconceito mulheres estudando e no campo profissional público, por resistência da própria mulher ou por qualquer outro motivo que impedia que todas as mulheres tivessem acesso ao diploma (FÁVERI, 2001).

Além do trabalho de parteira, enfermeira, ajudante de médicos, a questão da saúde também envolvia benzimentos, rezas, simpatias que as mulheres aprendiam através da transmissão entre elas. Essas práticas auxiliavam nos problemas com menstruação, com o parto e o pós-parto e até com problemas do casamento. Esse

cuidado com a saúde, não só sua, mas dos demais familiares, era uma das tarefas femininas: “Era a ela que cabia ficar à cabeceira dos doentes e, na falta de um médico, utilizar seus conhecimentos de chás, ervas, massagens e benzimentos para curar os enfermos” (WOLFF, 2001, p. 169). Essas práticas ainda são presentes em muitas famílias e no ideário tradicional brasileiro.

Vemos portanto, que entrar no mundo dos cuidados com o corpo foi um caminho árduo para muitas mulheres, que precisavam partir de suas cidades, coisa que na época não era vista como correta para uma mulher sozinha, para conseguir estudar e se formar e assim trabalhar nos hospitais, como auxiliares dos médicos. Muitas não tinham essa oportunidade ou preferiam exercer a profissão de parteira sem o diploma, o que nas colônias afastadas não eram um empecilho, pois em casos de emergência, esperar pelo médico não era uma opção. Transitando no meio urbano e rural, dentro e fora dos lares, as mulheres iam tomando seu espaço na saúde, seja legal ou clandestinamente, e formando uma clientela que se adquiria pela confiança ou pela carência de serviços de saúde oficiais onde elas residiam.

3.4 MULHERES PROPRIETÁRIAS

Durante os primeiros anos de colonização dava-se preferência ao perfil de trabalhador agricultor e artesão, que teriam mais possibilidades de se adaptar à realidade local. Mesmo os dados das listas de imigrantes nos informando que apenas cerca de 3,4% de imigrantes eram comerciantes, podemos inferir que muitos dos que vieram para a região colocaram a agricultura como profissão devido as maiores chances de serem aceitos para a empreitada de limpeza do território e construção da colônia, o que não quer dizer que chegando ao local eles não exercessem os trabalhos de agricultura, somente que oficialmente, nas terras de origem, suas profissões eram outras (BREPOHL, 2019).

Embora os registros sobre os trabalhos femininos apontem com mais frequência as atividades domésticas das mulheres, podemos inferir que, em Joinville, além de esposas, mães e donas-de-casa, elas foram também costureiras, cozinheiras, parteiras e proprietárias de estabelecimentos comerciais [...]. Muitas vezes eram viúvas que assumiam os negócios da família após o falecimento do marido [...] (SILVA, 2005, p. 56-57).

Mesmo com a mentalidade patriarcal imperando, exemplos de negócios comandados por mulheres em Joinville aparecem em propagandas de jornais da

região, como a casa comercial da viúva Marg. Schneider e o Hotel Ypiranga, de Elisa D. Maya. Também há notas oferecendo serviços de cozinheira, criada, parteira e professora, como é o caso de Maria Clara de Miranda Oliveira, que publicou no jornal em língua alemã *Kolonie Zeitung* de 28 de maio de 1889 um anúncio descrevendo seus serviços, onde “ensina flores de escama, de papel, panno, penas, canutilho, vidrilho etc., bem como o português, a bordar em ouro e prata, e outras disciplinas [...]” (KOLONIE ZEITUNG *apud* SILVA, 2005, p. 60).

Os anúncios acima de jornais de Joinville dão conta de alguns estabelecimentos comerciais dirigidos por mulheres, o Hotel Ypiranga de Elisa d. Maya (Figura 24), por exemplo, fazia questão de destacar nos seus anúncios os 12 anos de experiência da proprietária e sua nacionalidade brasileira, portanto, de uma conhecedora dos gostos locais. Já a florista Theresa A. C. Rochadel (Figura 25) além de produzir encomendas também dava aulas sobre suas técnicas.



FIGURA 24 - ANÚNCIO DO HOTEL YPIRANGA DE PROPRIEDADE DE ELISA D. MAYA

FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (JOINVILLE).

FIGURA 25 - ANÚNCIO DA
ROCHADEL

FLORISTA

THERESA A. C. ROCHADEL

encarrega-se de toda e qualquer encomenda
concernente a sua arte, como sejam:

Flôres d'escama de peixe
Idem de pedra " "
Idem de penna " "
Idem " sipilho
Idem " pedra hume
Idem " caramujo
Idem " panno
Idem " papel
Idem " conchas
Idem " palha de trigo

Ensina a 8000 por mes.

S. FRANCISCO. RUA DA PRAIA.

FLORISTA THERESA A. C.

FONTE: Hemeroteca Catarinense. (JOINVILLE, 23 de janeiro de 1887).

Existem também os anúncios que nos dizem sobre as viúvas que tomam as rédeas dos negócios após o falecimento de seus esposos, uma delas, Bárbara Jordan (Figura 26), anunciando que continuaria com os negócios do finado, sendo auxiliada por seu filho, que provavelmente quando adquirisse uma idade apropriada, tomaria para si o negócio de maneira integral, enquanto a viúva Schlemm (Figura 27) no próprio nome da empresa adiciona sua condição civil e o adendo "filho" no nome da empresa, demonstrando que agora ela e seu filho estão comando após a perda do esposo.

FIGURA 26 - ANÚNCIO

Annuncios.

Ao publico.

Pelo presente levo ao conhecimento publico, que continuarei invariavelmente com o negocio do meu finado marido, que gyra n'esta cidade ha mais do que 20 annos, — sob assistencia do meu filho Henrique Jordan, sob a mesma razao de

„Frederico Jordan,“

tendo levado a meu cargo todas as dividas activas e passivas

Joinville, 1. de Agosto 1884.

Barbara Jordan,
viuva.

DE BÁRBARA JORDAN

FONTE: Hemeroteca Catarinense. (JOINVILLE, Folha Livre, Ano 1, n. 20, 1887).

FIGURA 27 - ANÚNCIO DA FIRMA VIÚVA SCHLEMM & FILHO

perheu grande quantidade de sal.

As firmas Viuva Schlemm & Filho, Crispim d'Oliveira Mira, Antonio José Ribeiro e Vicente J. Fernandes soffreram perdas, alias menos consideraveis, de sal, farinha de trigo e mandioca etc.

FONTE: Hemeroteca Catarinense. (JOINVILLE, Folha Livre, Ano 1, n. 20, 1887).

FIGURA 28 - ANÚNCIO AOS DEVEDORES DA VIÚVA M. SCHNEIDER

VIUVA M. SCHNEIDER

negociante estabelecida nesta cidade pede a seus devedores que venham saldar suas contas até o dia 15 de Março proximo.

Joinville, 15 de Fevereiro de 1887.

FONTE: Hemeroteca Catarinense. (JOINVILLE, Folha Livre, Ano 1, n. 5, 1887)

A mulher proprietária passa por um processo de mudança onde agora é ela que se distancia da casa da família e dos filhos e tem que lidar com a burocracia que acarreta o seu comércio, deixando para as filhas (caso as possuam) o papel do lar que antes era dela. Portanto, as relações de poder não se modificam como um todo e as características que antes eram abusivas contra a mãe passam a ser usadas pela mãe para com a filha, como uma forma de manter uma ordem na sociedade patriarcal (GIRON, 2008).

Sobre a alfabetização, entre as mulheres proprietárias de 1884 a 1924 constatou-se que todas as alemãs sabiam ler, enquanto cerca de 89% das provenientes do império austro-húngaro e 28% das italianas sabia (GIRON, 2008).

É importante que saibamos também sobre a história da mulher, sobre suas socializações, sobre seu papel econômico, seu grau de instrução, para colocá-las como sujeitos que fazem parte do processo histórico, porque mesmo que pareça uma informação modesta, ela nos “sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial” (SCOTT, 1992, p. 79).

Além das proprietárias, temos o exemplo de Gerda Hagemann, que trabalhava com as irmãs adolescentes vendendo os produtos que seu avô confeiteiro produzia. Além disso, os trabalhos domésticos e o estudo faziam parte do seu cotidiano, visto que sua família tinha condições de bancar o ensino de costura e de música (SILVA, 2004). Além delas, sua avó trabalhava produzindo linguiça e sua mãe costurava para fora (SILVA, 2004).

No caso de herança, o conjunto que compunha a colônia (casa, ranchos, depósitos, roças, hortas e outras construções que a compõem) era indivisível, ou seja, somente um filho iria receber todos os bens da família que poderia ser uma família de três gerações, compondo-se dos pais, dos seus filhos e seus cônjuges e seus filhos (SEYFERTH, 1990). Geralmente os celibatários eram as mulheres e viviam junto na colônia, sob um regime onde o pai é a figura central e detentora de poder inquestionável (SEYFERTH, 1990). Foi o caso de Bertha S., joinvilense que trabalhava com serviços domésticos em São Paulo Após o falecimento da mãe ela

retornou para resolver o problema da herança¹⁷, pois seu pai vendeu quase todo o terreno do qual ela tinha direito, sendo ignorada pelo pai (SILVA, 2004).

Percebemos que ser proprietária de um negócio envolvia muito mais do que ter dinheiro para gerenciar os bens, mas uma rede de empecilhos que a sociedade da época encarava com normalidade, como o problema de herança ou a credibilidade que um negócio gerenciado por uma mulher passava, ainda mais se fosse solteira.

3.5 OPERÁRIAS E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Encontrar dados sobre as trabalhadoras fabris em Joinville no final do século XIX e início do XX não é tarefa fácil. As fotografias desse período analisadas não trazem essas trabalhadoras em suas imagens, é necessário procurar relatos e memórias que falem sobre essas mulheres.

Estamos falando de dois momentos políticos distintos: iniciamos a pesquisa observando o fim do período imperial de Dom Pedro II e em 1889 temos a Proclamação da República, portanto é um período conturbado da História¹⁸ (não que os outros não fossem) mas que trouxe uma ruptura em alguns aspectos e um cabo de guerra entre grupos políticos conservadores e republicanos e essa briga é perceptível nas leis que surgem que tentam agradar a ambos os lados e tentavam manter a população em estado de neutralidade:

Dirigidas especificamente ao trabalhador urbano e, muitas delas, exclusivamente ao trabalhador fabril. Estas leis consideravam as diferentes composições desse proletariado da fábrica. Em outras palavras, a lei determinava medidas exclusivas para as mulheres e menores operários, criando uma legislação específica para esses grupos (VENANCIO, 2001, p. 178).

¹⁷ A questão da herança segue os costumes do sistema em que se vive, no caso dos italianos, a mulher recebe o dote, portanto não recebe a herança, mas esse dote não vai para ela, sim para seu esposo. O filho que sai de casa não tem direito à herança da terra (SEYFERTH, 1990).

¹⁸ O Estado republicano brasileiro estava se construindo doutrinariamente sob o liberalismo clássico no qual deveria ocorrer uma ampliação da participação política e das liberdades individuais por parte do Estado, limitando suas funções diante dos estados da federação. A ideia de uma política liberal, que até hoje é o fetiche de grande parte da sociedade brasileira, demonstrava que uma liberdade dentro de um país não alcançava democrática, entre todos os cidadãos, aliás, que escolhia quem eram os cidadãos a partir de seu valor monetário, não poderia funcionar para todos. O sufrágio universal masculino de 1891 é um exemplo: todos os homens poderiam votar, desde que alfabetizados. Isso em uma sociedade com alto índice de analfabetismo, excluindo também as mulheres (VENANCIO 2001).

Foi a partir da fundação de fábricas têxteis no século XIX que a categoria operária começou a surgir nas várias regiões do Brasil. Foi justamente nesse período que as restrições sobre a mão de obra escrava começavam a se fortalecer no país e com ela a falta de trabalhadores, que as mulheres conseguiriam ganhar espaço no mercado de trabalho (PENA,1981). Mas esse espaço não foi algo permanente: logo que o número de trabalhadores começou a aumentar nas cidades, as mulheres foram forçadas a se recolocar nas suas antigas funções domésticas (PENA, 1981).

Com o surgimento das empresas surgem os conflitos e as necessidades de adequação das leis para o novo momento econômico que está se instalando. As lutas operárias irão lançar uma necessidade de regulamentação desse novo modo de trabalho no Brasil, principalmente o trabalho feminino (VENANCIO, 2001).

Procurando soluções para o problema do trabalho feminino nas fábricas, em 1917 o projeto nº 125 determinava a proibição do trabalho noturno feminino e a licença maternidade, com a seguinte justificativa de Maurício de Lacerda na Câmara:

Que seja abolido o trabalho noturno da mulher, em primeiro lugar porque o organismo feminino não resiste a semelhante fadiga, em segundo lugar o trabalho noturno desfalcado do policiamento que faz a luz solar aos costumes nas oficinas concorre para a depravação, para o atentado ao pudor, para as ofensas a moral naquelas oficinas. Ao mesmo tempo que a operária deserta de seu lar nas horas em que o cuidado pelo repouso, pelo descanso e pelo sono dos filhos é um dos problemas maternos mais encarecido pelos historiadores (LACERDA *apud* VENANCIO, 2001, p. 184).

Percebe-se pela fala de Maurício de Lacerda que a preocupação com uma regulamentação do trabalho da mulher não era o bem-estar e a garantia de direitos destas, mas a tentativa de manutenção de pelo menos uma parte das condutas sociais existentes antes da entrada das mulheres no mundo de trabalho fabril, ou seja, garantir por lei que elas estejam atreladas às suas obrigações domésticas e maternas antes de mais nada.

Para se estar discutindo as questões trabalhistas das mulheres, mesmo se oficialmente não tivéssemos detalhes sobre quem eram essas trabalhadoras, é porque elas existiam e na década de 1910 já causavam algum burburinho na sociedade que precisava ser contornado. Em Joinville, as memórias sobre as trabalhadoras de fábricas remetem apenas às brasileiras, como destaca Adolfo Schneider. Na fábrica de charutos de seu pai as trinta trabalhadoras eram de origem

lusa. Além delas, sua mãe Johanna Christane Hedwiges Schneider trabalhava cozinhando para as funcionárias (SILVA, 2004).

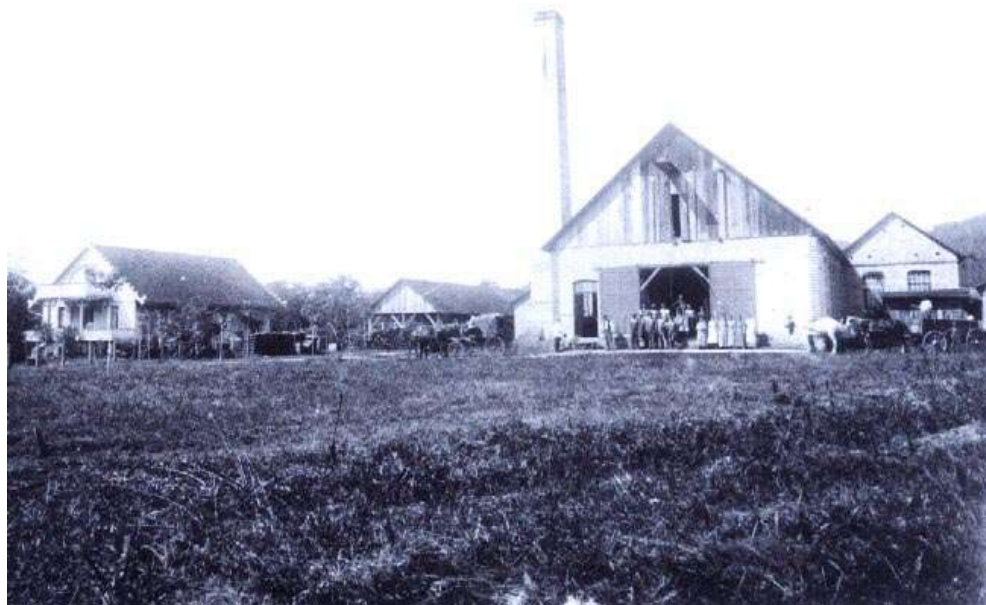
Outra trabalhadora de que temos notícia é Thereze Alwine, conhecida como Frau Boehm, trabalhou como tipógrafa e chefe de expedição por mais de cinquenta anos no Jornal *Kolonie Zeitung* de propriedade de seu marido, Carl W. Boehm (SILVA, 2004).

Além do projeto 125 de 1917, outros dois foram lançados para discussão na Câmara: o nº135 e 136 de 23 de julho de 1917, o primeiro prevendo a idade mínima de trabalho de 14 anos (com necessidade de autorização dos pais para meninos de até 16 anos e para meninas até 18 anos) e o segundo projeto propondo creches onde houvessem mais de 10 mulheres trabalhando. Todos os três projetos foram acoplados no nº284 de 1917, que previu a criação de um Código do Trabalho (VENANCIO, 2001).

Como dito anteriormente, o trabalho da mulher não é encarado como um trabalho para o uso coletivo ou que mereça ter visibilidade e credibilidade como o trabalho masculino, isso devido a uma visão patriarcal de que o trabalho da mulher é um auxiliar ao trabalho masculino, portanto, “a família patriarcal permaneceu na indústria moderna e [...] o patriarcalismo consiste em um fenômeno importante na compreensão da posição peculiar das mulheres como trabalhadoras assalariadas” (PENA, 1981, p. 36).

Tanto era forte esse sentimento patriarcal que desde 24 de janeiro de 1890, o Decreto 181 dispunha sobre as formalidades do casamento, ressaltando no seu capítulo VII, sobre os efeitos do casamento, de que este tinha resultado que o marido administraria os bens comuns, teria como obrigação defender sua mulher e filhos assim como poderia autorizar a profissão da mulher. Portanto as legislações trabalhistas que vieram no ano de 1917 tiveram que romper com esse sentimento de posse masculina sobre os corpos femininos e trouxeram o agravante de tornar o trabalho feminino um empecilho para a fábrica, que teria que agora obedecer a legislação, o que limitava as vagas femininas. Ainda hoje a licença maternidade é vista por muitos empresários como um estorvo, evitando-se contratar mulheres para algumas vagas. É uma luta, portanto, ainda atual a garantia de direitos e a desconstrução da visão do trabalho como dividido para gêneros.

FIGURA 29 - MULHERES POSANDO EM FRENTE A FÁBRICA DE PREGOS E ARAMES



FONTE: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. (JOINVILLE, 1920-1940).

O mercado de trabalho não abrangia somente as mulheres pobres, mas as abastadas que trabalhavam em funções administrativas em empresas, comércios e indústrias (BOSCHILIA, 1996, p. 103), mas diferente das mulheres com boas condições, o início do trabalho fora do lar para muitas de origem pobre iniciava antes mesmo dos 14 anos, prestando serviços em casa de conhecidos em troca de alimento (BOSCHILIA, 1996, P. 104).

A inserção dos filhos no mundo do trabalho sempre uma preocupação dos imigrantes. Os rapazes tinham de aprender um ofício que garantisse a sua sobrevivência e a de sua futura família, enquanto às moças era “permitido” trabalhar até a chegada do casamento. Sem dúvida, as relações de gênero sempre colaboraram para a construção diferenciada das trajetórias de vida de mulheres e homens. [...] Embora as famílias de imigrantes seguissem esse mesmo modelo de educação, que sedimentava o papel da mulher na família e no privado, o tratamento dado aos filhos trabalhadores, de ambos os sexos, era muito semelhante. A regra era que todos os filhos, independente do gênero, entregassem o salário integralmente aos pais, que o administravam da maneira que melhor lhes conviesse. (BOSCHILIA, 1996, p. 106)

A escolha da filha que ficaria em casa ajudando a mãe e da que iria trabalhar fora cabia à mãe, mas recebia o aval do pai. Quando a moça casava ou quando a mãe adoecia ou precisava de ajuda com a chegada de um novo bebê, o pai decidia

qual filha sairia do emprego para auxiliar no trabalho doméstico (BOSCHILIA, 1996, p. 108).

Para as mulheres que não trabalhavam nas fábricas, principalmente as que possuíam poucas possibilidades de vida e nível social mais baixo, o trabalho doméstico era um serviço que poderia render algum dinheiro. Lavadeiras, costureiras, cozinheiras eram profissões ligadas aos cuidados domésticos e encaradas como serviços femininos, e quem não tivesse ou não quisesse fazer essas funções, poderia contratar quem as realizasse. Mas esse trabalho não era visto com bons olhos pelos que desconfiavam das mulheres que saíam de perto da família em busca de condições melhores de vida (PENA, 1981).

Argumentos como o perigo fora dos lares que poderia acometer essas moças era recorrente, o medo de manchar a honra familiar pesava e o controle sobre as mulheres ocorria utilizando a ideia de que eram frágeis e suscetíveis às ameaças do instinto do homem. Devido a isso, muitas famílias preferiam que suas filhas fossem empregadas em fábricas onde descendentes de imigrantes trabalhassem, para preservar a lógica do lar (BOSCHILIA, 1996, p. 143 – 144).

Para as descendentes de imigrantes trabalhar era uma fase da vida antes do casamento e através dele poderiam ter uma vida melhor em família e também mais facilidade de adquirir meios e enxoval para o casamento, porque enquanto na área rural os preparos do festejo contavam com a ajuda dos vizinhos, na cidade necessitava-se de economias para a festa (BOSCHILIA, 1996, p. 135).

O trabalho doméstico era uma opção principalmente para mulheres e menores de idade de famílias pobres, onde desde cedo as meninas se ocupavam das funções do lar e do cuidado dos irmãos, visto que o trabalho doméstico era considerado uma atividade feminina que não exigia muito e desprestigiado por todos da família. As mulheres moravam e trabalhavam no mesmo ambiente, portanto, não existia uma separação entre trabalho e vida privada muito delineados (MATOS, 1996, p. 141).

O Jornal Kolonie Zeitung, por exemplo, em 22 de julho de 1865 escreveu uma advertência sobre os perigos que essa ida às cidades grandes pode causar nas moças alemãs:

Desconhecendo as condições de vida e desprotegidas entre pessoas estranhas, são muitas vezes não apenas enganadas e traídas, mas muitas vezes levadas a situações em que perdem totalmente o sentimento de pudor e honra, sendo levadas à ruína tanto moral como física. Um relato de fonte segura, que nos chegou recentemente de Santa Catarina [antiga

Desterro], diz: “Aqui, a maioria das criadas denigre a imagem dos alemães; elas se dispõem a servir escravos recém-libertos ou outros brasileiros, muitos dos quais são muito abaixo delas, e não apenas por isso, mas também pela rápida queda moral provam que perderam totalmente todo o sentimento de honra. De cada dez moças, nove se perdem” (KOLONIE-ZEITUNG *apud* SILVA, 2001).

O trabalho doméstico era uma possibilidade também para as mulheres escravizadas no pós-abolição continuarem a trabalhar nas casas burguesas, obviamente que em condições muito piores que as mulheres brancas, imigrantes ou não, que exerciam a mesma função:

Depois de 1888, mulheres negras continuaram a trabalhar como arrumadeiras, cozinheiras, ajudando a tomar conta de doentes, lavadeiras, vendedoras ambulantes e, algumas vezes, prostitutas. As oportunidades de empregos para elas eram as mais modestas e menos remuneradas. Numa sociedade de linhas de classe bastante rígidas, mulheres negras permaneceram no baixo estrato social. Ser negra, ao mesmo tempo que mulher, consistia em uma dupla desvantagem (HAHNER *apud* PENA, 1981, p. 113).

Esse trabalho nos lares aumentou com o fogão a gás, que trouxe a possibilidade de cozinhar uma variedade maior de alimentos. Além disso, não somente o cozinhar era um dos trabalhos domésticos, mas também o preparo do alimento desde a sua limpeza, moer, refinar, torrar e abater animais (MATOS, 1996, p. 138).

Quando Joinville recebeu seus primeiros imigrantes em 1851, já havia moradores nessas terras, inclusive fazendeiros com escravos, como demonstram os registros de batismo e obituários que tornaram-se obrigatórios após a Lei do Ventre Livre. Nesses registros, entre os anos de 1872 e 1886, contabilizaram-se 53 escravas que trabalhavam em Joinville nos serviços domésticos ou como lavradoras (PENA, 1981).

A população escrava e luso brasileira não era contabilizada nos Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca no século XIX e início do XX, mas no Censo do Governo Imperial de 1872 essa população aparece, porém, não de forma completa, porque este dava o total de 75 escravos para toda a Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, e nos inventários de batismo contava-se 60 escravas cadastradas que tiveram filhos e foram inventariados pelos proprietários, o que demonstra que esse número total de 75 escravos pode ser abaixo do número real (GUEDES, 2007).

De 1872 a 1875, no Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ministro e secretário de estado dos negócios do Império (p. 116-140, 1884) somou um total de 63 escravos matriculados no município de Joinville, sendo 39 homens e 24 mulheres. Na província de Santa Catarina a soma de escravos existentes era de 18.964 escravos, sendo que destes 6.617 eram mulheres (Figura 30).

FIGURA 30 - QUADRO ESTATÍSTICO DAS ALTERAÇÕES NA MATRÍCULA DOS ESCRAVOS DURANTE O PERÍODO DE 1 DE ABRIL DE 1872 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1875

MUNICÍPIOS	Matriculados e entrados para o município			Mortos			Manumitidos			Mudados para fóra do município			Existentes			OBSERVAÇÕES
	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	
Desterro	1.608	572	3.180	53	53	106	38	69	107	90	84	174	1.427	1.366	2.793	
São Francisco	835	820	1.655	39	21	60	26	26	52	54	55	109	716	718	1.434	
Joinville	39	24	63	3		3	5	2	7	31	22	53	
Laguna	1.884	1.689	3.573	60	44	104	19	17	36	45	56	101	1.760	1.572	3.332	
Tubarão	5	4	9	5	4	9	
S. José	1.230	1.028	2.258	47	32	79	31	47	78	32	35	67	1.120	914	20.034	
S. Miguel	565	496	1.061	16	10	26	17	19	36	48	58	106	484	409	893	
S. Sebastião	603	501	1.104	19	24	43	6	7	13	16	19	35	562	541	1.018	
Itajahy	466	388	854	20	11	31	2	4	6	18	27	45	426	346	772	
Lages	688	716	1.404	10	9	19	6	6	12	5	6	11	667	695	1.362	
Curitibanos	159	122	275	4	1	5	...	1	1	149	120	269	
Total	8.076	7.360	15.436	271	205	476	145	196	341	313	342	655	7.347	6.617	13.964	

FONTE: Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ministro e secretário de estado dos negócios do Império. RJ: 1876, p. 116.

Destas mulheres, o número de filhos livres matriculados no mesmo Censo em Joinville é 17 (12 meninos e 5 meninas), mandados para fora do município foram 1 menino e 2 meninas e existentes somam 11 meninos e 1 menina. Na província, o censo totalizou 2.088 matriculados e 1.661 existentes (Figura 31).

FIGURA 31 - QUADRO ESTATÍSTICO DAS ALTERAÇÕES NA MATRÍCULA DOS FILHOS LIVRES DE MULHER ESCRAVA, DESDE 1 DE ABRIL DE 1872 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1875

MUNICÍPIOS	Matriculados e averbados			Mortos			Mudados para fóra do município			Existentes			OBSERVAÇÕES
	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	Masculinos	Femininos	Somma	
Desterro	235	223	458	76	70	146	2	5	7	157	148	305	
São Francisco	115	111	226	17	18	35	1	3	4	97	90	187	
Joinville	12	5	17	1	4	5	11	1	12	
Laguna	185	162	247	30	21	51	1	2	3	154	139	293	
Tubarão	24	28	52	3	4	7	21	24	45	
S. José	130	159	280	11	24	35	1	1	111	134	253	
S. Miguel	96	79	175	16	20	36	2	2	4	78	57	185	
S. Sebastião	79	88	167	16	23	39	63	65	128	
Itajahy	46	56	102	7	12	19	1	1	2	38	43	81	
Lages	104	104	208	8	12	20	93	92	188	
Curitibanos	27	15	42	3	2	5	24	13	37	
Total	1.053	1.030	2.083	188	210	398	7	14	21	858	806	1.664	

FONTE: Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ministro e secretário de estado dos negócios do Império. RJ: 1876, p. 140.

A perspectiva do trabalho feminino escravo na Colônia Dona Francisca, mesmo não sendo o foco da pesquisa atual, é uma possibilidade que pode ser trabalhada. Essas estatísticas demonstram que a presença do trabalho escravo feminino na Província de Santa Catarina e no município de Joinville era uma realidade que fazia parte da paisagem cotidiana do imigrante que veio para a Colônia Dona Francisca.

Mas essas mulheres não foram encontradas nas fotografias analisadas durante a pesquisa, demonstrando a dupla invisibilidade da mulher negra na história da cidade: ela é invisível por não estar presente na história oficial como uma das construtoras da cidade e não era bem vinda nos registros fotográficos. Talvez alguma fotografia não analisada possa apontar a sua presença, mas mesmo assim, em contraste com as presenças majoritárias das fotografias, o intuito era que fossem apagadas.

4 HISTÓRIA DAS MULHERES, IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO

Ao tratar da imigração, os livros didáticos tentam dar conta de parte da história desses imigrantes, para que os alunos possam ter uma dimensão política, social e econômica do Brasil com a chegada dos novos moradores. Homens merecem destaque, sendo considerados desbravadores, revolucionários em exílio, a busca por heróis da nossa terra é perceptível na exaltação do trabalhador que deu sangue e suor na construção da nação. As mulheres, em geral, sequer são mencionadas.

No livro didático *Vontade de Saber História* (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2009), utilizado pela turma do oitavo ano da Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaídes Cardoso dos Santos, no ano de 2020, o capítulo que trata do Segundo Reinado apresenta algumas considerações sobre a imigração de europeus para o Brasil. É interessante notar que as imagens que compõem o capítulo apresentam mulheres, apesar de elas não terem sido mencionadas na legenda nesse momento (Figura 32). Em outros capítulos a figura feminina recebe destaque como curiosidades históricas de participantes da Guerra do Paraguai e revoltas do período regencial (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2009).

FIGURA 32 - IMAGEM DE IMIGRANTES RETIRADA DO LIVRO DIDÁTICO



Fonte: (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2018).

FIGURA 33 - PÁGINA DO LIVRO DIDÁTICO A RESPEITO DOS IMIGRANTES

Quem eram os imigrantes?

Imigrantes de várias nacionalidades desembarcaram no Brasil no final do século XIX e início do século XX. A maioria deles era de origem europeia, como italianos, espanhóis, portugueses, franceses e alemães. Além dos europeus, vieram muitos japoneses, sírios e libaneses. Ao chegarem ao país, os imigrantes geralmente iam trabalhar nas plantações de café e então percebiam que as condições de trabalho não eram tão boas como diziam os agentes da Sociedade Promotora da Imigração. Assim, muitos deles abandonaram as fazendas e seguiram para as grandes cidades brasileiras para trabalhar como artesãos, ferreiros, carpinteiros, sapateiros. Outros ainda se empregavam nas indústrias, constituindo a base do operariado paulista.



Festa de colonos alemães em Nova Hamburgo, pintura de Pedro Wiegartner, 1892.



O sujeito na história Antonio Pellegrini

Originário do Vêneto, região do Norte da Itália, Antonio Pellegrini imigrou para o Brasil no ano de 1887, acompanhado da mulher, de um filho e de cinco irmãos. Conseguiu um contrato de trabalho na fazenda São Bernardo, localizada no município de Capivari, no interior da província de São Paulo. O proprietário dessa fazenda, doutor Juca Stanislaw do Amaral, possuía muitas terras e, nessa época, estava contratando um grande número de imigrantes italianos para trabalhar em seus cafezais.

Antonio trabalhou na lavoura de café durante alguns meses, mas, como sabia ler e escrever, foi convidado pelo doutor Juca a auxiliá-lo na contratação de novos imigrantes para trabalhar em suas fazendas. Antonio, então, passou a acompanhar o patrão nas viagens que ele fazia até o porto de Santos, onde desembarcavam muitos imigrantes. Depois de algumas viagens, Antonio conquistou a confiança do doutor Juca, e passou a fazer essas viagens sozinho.

Recebendo uma boa remuneração por seu trabalho, Antonio investiu o dinheiro ganho e comprou uma pequena fazenda, passando a cultivar seus próprios cafezais. Depois, montou um açougue e um cinema na cidade e, por fim, tornou-se agente dos Correios de Capivari, onde criou sete filhos e viveu até o fim de sua vida.



Antonio Pellegrini na década de 1920.

217

Fonte: (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2018).

Nas imagens retiradas do livro didático percebemos que a fala sobre os imigrantes é feita de um modo geral, como pessoas que vieram de diversas partes da Europa para tentar a sorte em terras brasileiras, servindo como mão de obra assalariada nas fazendas e posteriormente nas indústrias e desbravando territórios inexplorados. Nesse caso em específico do livro didático acima, temos um quadro intitulado *O sujeito na história*, que fala sobre a vida do imigrante Antonio Pellegrini,

que, diferente de muitos imigrantes, conseguiu dinheiro suficiente para comprar uma fazenda e cultivar seus próprios cafezais.

Pesquisar a história do imigrante é importante, mas trabalhar dentro da história dos imigrantes o papel feminino é fundamental para refletirmos sobre certos apagamentos que direta ou indiretamente reforçamos nas produções de nossas aulas, nas nossas falas, nos materiais que escolhemos para trabalhar.

Os currículos escolares e o próprio trabalho em sala de aula têm procurado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades. A velha História de fatos e nomes já foi substituída pela História Social e Cultural; os estudos das mentalidades e representações estão sendo incorporados; pessoas comuns já são reconhecidas como sujeitos históricos; o cotidiano está presente nas aulas e o etnocentrismo vem sendo abandonado em favor de uma visão mais pluralista. Reflexões sobre a “criação” do fato histórico ensinado nas aulas de História, as metodologias e as linguagens usadas na divulgação do saber histórico, as abordagens, conceituais e práticas, a seleção de conteúdos e a sempre atual questão “para que serve” têm sido feitas com competência por educadores e historiadores preocupados com o ensino-aprendizagem, em obras ao alcance de todos os interessados em aprimorar seu trabalho com os alunos. [...] (PINSKY, 2009, p. 7)

Não é difícil percebermos as dificuldades, ainda atuais, de repensarmos uma história que acolha diversidade, gênero, inclusão e que proponha problemáticas contemporâneas para debates em sala de aula, complementando e repensando o conhecimento ao abranger novas perspectivas sobre uma história que parece muitas vezes imutável e intocável.

A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394 de 1996 pontua a importância da compreensão de cidadania para adoção de postura solidária e intolerante às injustiças, assim como o respeito à diversidade sociocultural e criatividade e análise crítica diante da aprendizagem:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 2014, p. 15).

Entende-se, portanto, que para um ensino pleno, o objetivo da formação básica vai muito além da leitura e escrita, mas alcança e estimula a interpretação do mundo, daquilo que cerca o aluno e que interage direta ou indiretamente em sua formação como cidadão e desenvolve sua capacidade crítica, seus valores morais e sua participação social.

No Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense é um documento norteador das práticas e ensinamentos da região de Santa Catarina, com diretrizes inspiradas nos documentos nacionais e que direcionam o ensino e aprendizagem no território catarinense. No campo específico do oitavo ano em ensino de História, o documento contempla a unidade temática Brasil e Mundo no século XIX e XX, no qual o projeto faz o recorte tempo – espacial (SANTA CATARINA, 2019).

Nesse documento as questões relacionadas ao ensino de História estão contempladas na área de Ciências Humanas, juntamente com Geografia e prevê sete competências para o Ensino Fundamental que compreendem o conhecimento das diferenças em uma sociedade plural, um posicionamento crítico diante da contemporaneidade, a promoção dos direitos humanos, a intervenção humana no meio onde vive e a construção argumentativa responsável e protagonista.

As competências específicas da área de História são complementações das competências gerais da área e abrangem questões como a compreensão dos mecanismos históricos e das relações de poder dentro do tempo histórico, analisando também as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, problematizando-as durante as unidades temáticas do currículo de cada ano escolar. Nesse documento, portanto, a discussão sobre papéis de gênero é um dos meios para promover o ensino que privilegie todos os agentes formadores da história.

Também os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental – PCN – a proposta de eixo temático História das relações sociais, da cultura e do trabalho, que se desdobra em relações de trabalho e relações sociais e a natureza, traz a questão do trabalho da mulher tanto no ambiente doméstico quanto no da indústria, na agricultura e no meio urbano, na busca de proximidades e distanciamentos entre os temas e a realidade dos alunos. Para que isso aconteça, esse eixo temático e os subtemas “solicitam, por sua vez, atividades e situações didáticas que favoreçam a aprendizagem de procedimentos de pesquisa,

observação, identificação, confrontação, distinção e reflexão [...]” (BRASIL, 1998, p. 55).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a área de Ciências Humanas como um momento de valorização da crítica à ação humana e suas relações de poder e produção de saber, estimulando os alunos a desenvolverem uma compreensão dos direitos humanos, preocupando-se com a desigualdade social e fortalecendo a participação social (BNCC, 2018, p. 353-354).

Os conhecimentos da área devem levar os alunos “a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo” (BNCC, 2018, p. 354) e, no final do Ensino Fundamental, os alunos devem desenvolver essas capacidades aliados a leitura de diferentes linguagens, incluindo a fotográfica, instigando o diálogo e a ampliação de perspectivas (tempo, espaço, diversidade) (BNCC, 2018, p. 355 - 356).

A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental. (BNCC, 2018, p. 398)

Identificar, comparar, contextualizar, interpretar, analisar materiais estimulando o pensamento autônomo do aluno são bases importantes do ensino de História (BNCC, 2018, p. 400). A proposta de avaliação presente nos documentos educacionais propõe que o professor encontre um meio de avaliar a capacidade do aluno de identificar semelhanças e diferenças, desenvolver um olhar crítico, analisar documentos históricos, entre outras capacidades que o tornem pessoas com autonomia. Diante disso, a análise de uma *caixa temática com fotografias* torna-se uma proposta viável dentro dessa perspectiva de avaliação, pois é um material didático de caráter multidisciplinar que possibilita a pesquisa, o contato direto com material e com o visual, incluindo assim algumas necessidades da Educação Especial, o que é fundamental em qualquer atividade escolar.

[...] A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado. Não são raros os casos em que elas passam a ser tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um

determinado costume ou uma certa paisagem. Ora, os historiadores e os professores de História não devem, jamais, se deixar prender por essas armadilhas metodológicas. [...] A imagem, bela, simulacro da realidade, não é realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, [...] induções, códigos, cores e formas nelas cultivadas. Cabe a nós decodificar os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos, identificar seus filtros e, enfim, tomá-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos, de vazios e de intencionalidades. Mas a História é isto! É construção que não cessa, é a perpétua gestação, como já se disse, sempre ocorrendo do presente para o passado. É o que garante a nossa desconfiança salutar em relação ao que se apresenta como definitivo e completo, pois sabemos que isso não existe na História, posto que inexistente na vida dos homens, que são seus construtores. [...] (PAIVA, 2016, p. 17-19).

No Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, na unidade temática dos conteúdos do oitavo ano que abrange o Brasil e o mundo no século XIX, conteúdo sobre a Imigração europeia no Brasil e em Santa Catarina durante o Segundo Reinado (SANTA CATARINA, 2019). Na BNCC (2018, p. 426), este conteúdo está previsto na discussão sobre a Lei de Terras e configurações do Brasil e do mundo no século XIX, propondo como habilidades para o oitavo ano a análise das transformações territoriais, as políticas oficiais do governo e identificar a tensão dos discursos civilizatórios (BNCC, 2018, p. 427).

No nono ano, na unidade temática da Primeira República e suas características, no conteúdo de ocupação, urbanização e industrialização no Brasil e em Santa Catarina, temos a possibilidade de utilizar a caixa temática sobre a mulher imigrante e o trabalho como um material de dinâmica e avaliação, mas nada impede que este material possa ser utilizado em outros anos, com outras temáticas e também em trabalhos multidisciplinares (SANTA CATARINA, 2019). Na BNCC (2018, p. 428) temos a unidade temática O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX, que prevê como habilidade descrever, caracterizar e contextualizar esse período com as conquistas de direitos, os preconceitos e a diversidade neles presente (BNCC, 2018, p. 431).

Acredito que retomar algumas pesquisas sobre gênero em Joinville – Santa Catarina, e preparar com elas material didático que apoie aos professores e professoras interessados em aprofundar a história regional de Joinville sob este viés é interessante, visto que na Proposta Curricular de Santa Catarina salienta a importância das Ciências Humanas em contribuir na análise crítica do meio e das

experiências humanas e das suas trajetórias e diferenças identitárias (SANTA CATARINA, 2014).

Ao tratar da diversidade, o documento considera a educação para as relações de gênero um dos temas a serem trabalhados, pois esse tema “no âmbito da Educação Básica, reconhece esta categoria identitária como importante na vida das pessoas” independente da faixa etária, pois são questões mutáveis no tempo histórico, pensados e vividos de maneiras diferentes (SANTA CATARINA, 2014, p. 58).

Como apresentar essas mudanças ao público escolar, que geralmente entra em contato com o tema imigração para trabalhar os aspectos gerais da sociedade que contribuíram para a formação da Nação brasileira, destacando grandes personalidades e grandes feitos masculinos, tornando os papéis femininos como segundo plano ou simplesmente ignorando-os? Outra questão que surge refere-se às diferenças entre as mulheres na sociedade: as normas de conduta feminina cobradas eram para todas as mulheres ou tinham um público alvo?

A Base Nacional Comum Curricular salienta que nos anos finais do ensino fundamental os alunos devem fortalecer sua autonomia e seu pensamento crítico, exercitando a curiosidade, utilizando diferentes linguagens e tecnologias, compreendendo, com isso, a historicidade e formulando questionamentos embasados em informações responsáveis (BRASIL, 2020).

4.1 HISTÓRIA E FOTOGRAFIA

Neste capítulo procuraremos destacar as relações entre História e fotografia, que nos últimos anos tem feito parte das aulas e produções de materiais didáticos em História como um forte aliado na produção de conhecimento.

[...] Uma importante reflexão que os professores podem levantar em sala de aula em torno do trabalho é sua multiplicidade histórica: primeiro, trabalho não é emprego. Não é porque alguém — como uma dona de casa, por exemplo — não tem um emprego que ela não trabalha. Segundo, o trabalho é mutável, na forma como as pessoas o veem ao longo do tempo. Assim, não apenas entendemos o objetivo do trabalho de forma diferente de um japonês, como também definimos trabalho de forma diferente de um grego do tempo de Péricles. O risco de anacronismo na análise histórica de trabalho é grande. Precisamos estar atentos a essas questões em sala de aula e acabar de vez, por exemplo, com a visão de que os índios eram preguiçosos, não gostavam de trabalhar e, logo, não serviam para a escravidão. Além disso, importante contribuição para a cidadania brasileira

é a valorização do trabalho doméstico, do trabalho feminino e o reconhecimento de que a maioria das mulheres realiza uma jornada dupla de trabalho. Enquanto o trabalho doméstico não for considerado trabalho no Brasil, a maioria das mulheres brasileiras, principalmente as de baixa renda, continuará a trabalhar duplamente sem reconhecimento profissional ou social. [...] (SILVA, 2006, p. 404).

Partindo disso, a fotografia é uma forte aliada dos professores, ao mostrar imagens onde a jornada de trabalho doméstico se apresenta e levantando questionamentos sobre essa forma de ver o trabalho como somente um meio de produzir e acumular.

Leite (1993) e Kossoy (2001) são autores que possibilitam compreender o papel da fotografia como uma fonte que, aliada às demais produções, enriquece as possibilidades de entendimento, visto que esta era um patrimônio cultural que poderia ser encontrada em grande parte do acervo de famílias de todas as classes sociais, que se esforçavam para ter uma parte de sua história congelada para a posteridade.

Dentro dessa perspectiva, a fotografia seguiu os moldes da pintura clássica, com indumentárias, cenários e poses estereotipadas (Leite, 1993; Kossoy, 2001). As imagens em si já atraíam o observador e, segundo a autora, a imagem acompanhada ou acompanhando a escrita estabelece um vínculo de atração mais duradouro.

Técnica inventada durante a Revolução Industrial e cujo desenvolvimento e aperfeiçoamento transforma as áreas de pesquisa e arte, a partir de 1860 a fotografia viu seu crescimento e aperfeiçoamento de técnicas formar grandes mercados (KOSSOY, 2014, p. 30). Paisagens rurais e urbanas, pessoas, fatos políticos, expedições, conflitos, momentos começaram a ser eternizados e posteriormente transmitidos de forma impressa, surgindo como novo documento para a história (KOSSOY, 2014, p. 30-31), que demanda um novo tipo de crítica (MAUAD, 2004, p. 141), independente de qual foi sua finalidade quando foi produzida.

Assim como as demais fontes, a fotografia também apresenta diferentes respostas a partir da maneira como ela é analisada. Nesse ponto, Leite traz um apontamento importante ao tratar o olhar sobre a imagem. Conforme sua análise, a câmera é uma extensão do olhar, que também é seletivo, mas que, diferente da imagem, traz consigo um contexto espacial e temporal que enriquece sua imagem

mental, enquanto a imagem que está registrada nem sempre pode ser aquilo que se quer informar. A memória funciona através dela.

Há alguns séculos os pesquisadores sociais tornaram as fotografias fontes de estudo devido as suas possibilidades de utilização (LIMA, 2015, p.47-48). Porém, as fotografias não vêm com manual de uso, muitas delas estão sós, sem nem mesmo uma data ou nome:

Imagens não falam por si, os fotógrafos dificilmente estão juntos ou vivos para nos contar seus desejos e intenções quando apertaram o botão para registrar esta ou aquela imagem, no caso de imagens antigas. Enfim, o uso da fotografia abre possibilidade de interpretações múltiplas. (LIMA, 2015, p. 58)

Além disso, há a possibilidade de manipulação das imagens, que não é algo somente possível nas fotografias atuais. Lima (2015), por exemplo, em seu trabalho sobre o fotógrafo Guilherme Glück, comenta que essa manipulação fazia parte do cotidiano de trabalho do fotógrafo, como solicitações dos próprios clientes que pediam retoques nos cabelos, nos olhos ou para incluir e excluir pessoas da imagem (LIMA, 2015, p. 63-64).

Uma das ferramentas de análise foram as fotografias de famílias, que são importantes fontes de análise quando corretamente direcionadas, indo além da imagem como ilustração, como curiosidade, e partindo para a imagem como um instrumento de pesquisa. Nas fotografias em geral, as famílias aparecem homogeneizadas, sendo que sem legendas, dedicatórias ou depoimentos fica difícil perceber as especificidades de cada uma, como foi o caso de muitas das fotografias entregues ao Arquivo Histórico de Joinville.

O processo de leitura da imagem fixa exige prolongadas observações e aprofundamento dos contextos em que foram produzidas ou são conservadas e chama atenção para aspectos que tornam as fotografias privilegiadas entre as demais fontes:

A imagem fixa revela um momento único presente, ou que foi presente. Aquela pausa, de uma vida que se escoia, permite que as pessoas descubram quem são ou como são vistas, através dos traços de sombra e luz. [...] Os retratos de família, ao formar uma sequência temporal, permitem acompanhar, em alguns casos, as metamorfoses que o tempo vai fazendo nos rostos e nos corpos daqueles que um dia descobriram como eram ou como eram vistos, ao contemplar os retratos. (LEITE, 1993, p. 134)

Essas proposições indicam que a fotografia também implica em ocultação. Elas escondem as opressões familiares. Essa opressão oculta é revelada no cotidiano que se perdeu no tempo, mas que se apresenta nos silêncios e nos outros documentos, nas representações e descrições de outras fontes, nos indícios fornecidos pelas imagens.

[...] no caso das ciências humanas, a documentação fotográfica precisa passar por uma crítica externa e interna para evitar mal-entendidos de toda ordem. A crítica acompanha a produção, a distribuição, o consumo e a preservação, através dos quais é possível reunir condições para o conhecimento do que foi fotografado (LEITE, 1993, p. 137).

No campo historiográfico, nesse sentido, a fotografia foi problematizada/utilizada de maneiras diversas, de acordo com a especialização do pesquisador, a temática escolhida, as fontes analisadas. A autora cita o documentalista, o historiador da fotografia, mas me atento ao historiador e sociólogo, que conversa com a pesquisa. Estes selecionarão o que se refere ao seu objeto de estudo, organizarão em sequências de tempo e tema, "proporcionando um passado e um futuro ao instante presente em que se concentra a fotografia" (LEITE, 1993, p. 149). O contato do historiador com a fotografia é diferente do contemporâneo que teve contato com a mesma foto: o historiador terá a problemática de pesquisa, que fará imagem falar através das perguntas que essa problemática levanta (MAUAD, 2005, p. 143-144).

A fotografia é uma forma de se conhecer o passado, mas é somente um recorte, muitas vezes montado em estúdios, de um passado ao qual se quer mascarar, o que já demonstra uma das possibilidades de pesquisa com iconografia. Ela é o resultado de um "certo aspecto da *realidade primeira*, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo" selecionar e registrar (KOSSOY, 2001, p. 107). Ou seja, entre *realidade primeira* e a imagem final, houve um processo de interferências que possibilitaram o registro final. Portanto, por mais informações que esta possa nos passar, ela não substitui a realidade passada, apenas congelam o momento nessa *segunda realidade*, pois "A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. [...] Desaparecida esta segunda realidade – seja por ato voluntário ou involuntário -, aquelas personagens morrem pela segunda vez" (KOSSOY, 2001, p. 155-56)

Sendo a fotografia o registro de algo mostrado explícita ou implicitamente, ela possui uma dualidade inseparável. Leite alerta que existe o objeto-fotografia e o conteúdo da fotografia que devem ser levados em conta e que saber "a diferença entre o estudo do conteúdo cultural da imagem e os padrões de comportamento e as crenças mobilizados para tirar, ver e compreender as imagens fotográficas" são importantes, pois existe uma variedade de formas de utilização da fotografia (LEITE, 1993, p. 147).

Num mundo tão sedento por imagens, essa variedade de fotografias pode trazer às salas de aula um enriquecimento de análise que antes não era tão valorizado, desde que usada lembrando que são fontes que precisam, assim como as outras, serem lidas dentro do seu contexto de produção e interpretadas como um momento eternizado, mas manipulado para que fosse eternizado, principalmente nas fotografias posadas e de estúdio, como é o caso das fotografias que estamos trabalhando na caixa temática.

4.2 PRODUTO FINAL

Partindo de toda a pesquisa historiográfica e de análise de imagens, a pesquisa teve como propósito embasar a produção de uma caixa temática sobre a imigração feminina a partir da análise de imagens onde aspectos dessa presença sejam evidenciados, principalmente nas relações que envolvem o trabalho. Essa caixa temática objetiva trazer a temática do feminismo e da História das Mulheres para o campo educacional, focando no Oitavo ano do Ensino Fundamental, onde a temática da imigração é amplamente trabalhada.

O modo de fazer uma caixa temática foi inspirado no material disponibilizado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná, conforme citado anteriormente. A caixa é composta por 10 imagens devidamente referenciadas e algumas questões direcionadoras de análise para os alunos, além do guia para o professor sugerindo formas de avaliação, de trabalho com os materiais. As fotografias que estão impressas na caixa estão no formato de cartão postal.

FIGURA 34 - PROTÓTIPO DOS CARTÕES DA CAIXA TEMÁTICA



Informações: Fotografia do casamento de Emma Wetzel com Hans Skowroneck.

Na imagem temos as famílias Família Wetzel e Família Skowroneck.

Local: Joinville

Ano: 1910

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período. Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.

A fotografia apresenta três elementos principais: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia, que se origina do desejo de quem fotografa de congelar no tempo algo do seu interesse (KOSSOY, 2001). Portanto, para a análise fotográfica os estudantes realizam uma descrição da fotografia, ou seja, uma atividade de análise do visível fotográfico, de tudo aquilo que foi eternizado na fotografia, desde o cenário até os personagens que a compõem.

Qual o assunto da fotografia é outro ponto de análise importante que os alunos podem inferir através dessas fotografias selecionadas. O professor irá localizá-las no tempo (século XIX e início do XX) e assim teremos alguns dos componentes principais da análise de imagem. Infelizmente, no caso de muitas fotografias selecionadas, o fotógrafo não está descrito na legenda, seja por não ser profissional ou porque essa informação se perdeu, portanto, a análise dos três elementos principais não irá constar essa informação, mas para o trabalho em sala de aula e para o objetivo da oficina, essa omissão não traz grande prejuízo.

Tanto no meu caso quanto no dos estudantes que tem acesso às fotografias, estamos analisando uma reprodução, mesmo que de ótima qualidade, da foto principal que está no Arquivo Histórico de Joinville. Essa fonte secundária é um material de conservação da fonte primária e disseminador dessa fonte (KOSSOY, 2001). Por isso, é muito importante o trabalho do trabalho do Arquivo de digitalizar e catalogar a maioria das imagens do acervo, pois em um momento como o que estamos vivendo, sem essa digitalização o acesso seria dificultado.

Salientando que a fotografia é um registro visual do passado, é uma fonte histórica produzida com algum intuito, cabe ao aluno tentar definir qual a finalidade da fotografia que ele tem em mãos, através das informações que ele coletou com a sua análise, com as informações que o professor passou e qual seu valor enquanto documento histórico (KOSSOY, 2001). Portanto, resumidamente, o estudante que receber a caixa temática terá as seguintes questões de discussão:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a

importância de dar a elas visibilidade no período. Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.

Para unir todos os elementos de discussão sobre o uso da fotografia em sala de aula, a dinâmica da caixa temática se dará dessa forma:

Primeiramente é solicitado que o/a professor/a que faça uma aula sobre o tema, trabalhe com o livro didático se possível, de mostrando a pouca presença ou a ausência total das mulheres no tema de trabalho. Posteriormente, divida a sala em pequenos grupos, conforme ele/a achar necessário, entregue para cada grupo uma caixa temática com fotografias e solicite que retirem uma folha para anotações. Os alunos observarão dez fotografias, com legenda explicando sucintamente o que essas fotografias representam e o ano em que foram tiradas. Esse aluno terá acesso à quatro questões que estão escritas atrás do cartão postal (Figura 32), sendo a primeira delas que os alunos descrevam essa imagem. Para isso ele irá utilizar a folha, para anotar todos os elementos que forem encontrados na fotografia.

A segunda questão é o assunto da fotografia, do que ela trata. Esse assunto já está presente na legenda de algumas imagens, como a festa de casamento da fotografia do protótipo (Figura 32), mas em algumas o assunto não está especificado, e cabe ao grupo tentar encontrar esse assunto.

Em terceiro lugar, o grupo vai refletir sobre o significado dessa fotografia, pra quê ela foi tirada? Qual o intuito de registrar esse momento para a posteridade? E por último irá discutir a importância dessa fotografia como um documento que serve para a História e produção, com seus apontamentos em grupo e com suas anotações de aula, um pequeno texto inserindo as mulheres na discussão sobre a imigração

Todos os grupos receberão o mesmo conjunto de fotografias e é importante essa socialização para que as impressões iguais e divergentes sejam discutidas, para ampliar o debate, sempre intermediado pelo professor que terá acesso a um resumo da pesquisa bibliográfica.

A proposta final da análise das imagens, onde os alunos produzirão um pequeno texto, tem por objetivo tratar as imagens “como vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, no funcionamento e na transformação de uma sociedade” (MENEZES, 2002, p. 150).

A escolha de um conjunto de fotografias para ser analisadas demanda da ideia de que uma fotografia, assim como um texto ou documento, para serem

utilizados como fontes históricas de um período, precisam de um conjunto que permita analisar semelhanças e diferenças do que se propôs como tema ou contexto de pesquisa. A fotografia é um recorte espacial que presentifica o passado (MAUAD, 2005) que, encarada como um texto, se organiza pelas escolhas técnicas e estéticas de sua produção e pelo conjunto que a compõe, não podendo essa leitura de técnica, estética e conjunto estar desassociada (MAUAD, 2005, p. 143).

O primeiro passo é entender que, numa dada sociedade, coexistem e se articulam múltiplos códigos e níveis de codificação, que fornecem significado ao universo cultural dessa mesma sociedade. Os códigos são elaborados na prática social e não podem nunca ser vistos como entidades ahistóricas. O segundo passo é conceber a fotografia como resultado de um processo de construção de sentido. Assim formada, ela nos revela, por meio do estudo da produção da imagem, uma pista para se chegar ao que não está aparente ao primeiro olhar, mas que concede sentido social à foto (Mauad, 2005, p. 144).

É a partir da leitura da imagem, direcionada pelas perguntas no cartão postal, que os alunos poderão ter acesso aos códigos sociais presentes na imagem e aos sentidos que essa imagem queria construir ao ser captada pelo fotógrafo, percebendo o tema, a finalidade da construção da imagem através do cenário e das personagens que a compõem, da forma como estão posicionados e o que está em primeiro plano e segundo plano na fotografia.

5. CONCLUSÃO

A história das mulheres que saíram de suas terras natais em busca de novas possibilidades e suas descendentes não é uma história do passado. Ainda hoje famílias fazem esses percursos por melhores condições de sobrevivência em um mundo que ainda não descansou de seus conflitos. No Brasil de quando eu iniciei essa dissertação, tínhamos, por exemplo, a vinda de imigrantes do Haiti para o Brasil. Hoje, em 2021, no meio de uma pandemia grave no mundo inteiro, mas no nosso país com um agravante político, temos a vinda dos nossos vizinhos venezuelanos. Suas presenças estão cada dia mais comum em nossas salas de aula e, assim como no passado, hoje eles lutam para se adaptar ao território, à língua e aos costumes. O choque de realidade é constante.

As mulheres que vieram para Joinville nos séculos XIX e XX, assim como as imigrantes de hoje, trouxeram consigo um pedaço de sua história que os pesquisadores hoje utilizam para remendar os retalhos das suas histórias. Esse trabalho de pesquisa teve como um dos objetivos contribuir para a história regional e possibilitar que uma pequena parte dela adentre as salas de aulas através de seu produto final, que foi a produção da caixa temática com algumas imagens de Joinville selecionadas para discussão de alguns pontos que trago como conclusões dos estudos para sua produção.

O primeiro ponto a destacar, que acredito que seja somente um reforço ao que já se pesquisou e produziu sobre imigração, é que este é um processo que requer adaptação ao local em que irá viver, aos costumes novos e a dor de deixar para trás pessoas e lugares onde viveu, muitas vezes e, grande parte de sua vida. É um processo de adaptação das práticas e costumes tanto dos que vieram quanto dos que aqui nasceram e receberam esses novos imigrantes. Isso é perceptível nos casamentos que se sucederam, nas escolas que se criaram ou se adaptaram ao público disponível, ao trabalho que recebeu novas técnicas, à arquitetura que recebeu novos moldes... Percebe-se também o sentimento de pertencimento a uma identidade cultural e que vão se destacar nessas adaptações e vai ser louvado e expandido nos jornais, escolas étnicas, clube de tiro e crochê, nos poemas, histórias e na preocupação de manter-se informado sobre a sua terra natal. Todo esse processo, portanto, fortalece o sentimento étnico teuto-brasileiro.

Em Joinville, assim como em outras sociedades no século XIX e início do XX, havia uma diferenciação da mulher urbana para a rural e isso era perceptível pelo discurso midiático, mas também nas fotografias familiares, seja pela quantidade (a fotografia não era acessível a todos pelo valor), seja pelo cenário e caracterização das mulheres nas fotografias.

Nos jornais que corriam nos meios urbanos, o papel de mãe era destacado como qualidade da mulher, mas ao conferir os censos do governo imperial de 1872, percebemos que as mulheres trabalhadoras compunham um quadro significativo da mão de obra catarinense, nos mais diversos campos de trabalho além do lar.

Encontramos as mulheres em todos os lugares no processo de colonização, sejam elas indígenas, visto que tínhamos na Província de Santa Catarina os Xokleng, os Kaingang e os Guarani; sejam as escravizadas que aparecem nos censos de 1872, mas não aparecem nas fotografias; seja as brasileiras que já estavam no território de Santa Catarina e as imigrantes que vieram além mar. Nesse caso, os escritos de Julie Günter reavivam essas personagens tão apagadas por tantos ao mostrar o cotidiano da colônia desde a sua chegada.

Além de Günter, as listas de chegada dos imigrantes apontam filhas, mães, esposas, viúvas, operárias cujo trabalho até 1880 passava em branco nas listagens, como inexistentes ou pouco dignos de nota, mas fundamentais para a manutenção das famílias que se formaram ou que já vieram formadas para trabalhar na colônia. Nas famílias policultoras as mulheres eram elementos fundamentais, sendo sua mão de obra utilizada desde a infância até seu envelhecimento.

Se andássemos pela Província de Santa Catarina no ano do Censo de 1872, conheceríamos as professoras, as parteiras, as artistas, as pescadoras, as donas de casa, de comércio e negócios herdados pelos falecidos pais e esposos. Poderíamos costurar uma roupa com uma das centenas de costureiras, um dos trabalhos onde mais conta a presença feminina.

Nas indústrias de tecidos, de madeira, couro e metal, nas tinturarias, no setor de vestuário veríamos as mulheres ocupando um espaço na linha de produção, algumas delas escravizadas. Também teríamos as criadas e as sem profissão declarada, mas que trabalhavam nos seus lares cuidando da limpeza, das hortas, dos filhos, trabalhos até hoje ignorados e considerados exclusivos de mulher.

O terceiro ponto a destacar é que as fotografias são também formas de contribuir historicamente para encontrarmos algumas dessas mulheres. A imagem

aponta sua presença, às vezes nos cantos, sem destaque como nas fotografias das professoras nas escolas, às vezes ao lado do marido segurando uma criança no colo, com as amigas e conhecidas nos grupos de encontro ou nas festas, posando nas fotos de casamento como a figura central, onde o homem ali só figura diante da beleza do vestido.

A fotografia para essa pesquisa resultou produção de um material didático que fosse acessível para o público estudantil e que possibilitasse a manipulação de fotografias - que antes eram acessíveis somente no arquivo histórico de Joinville, e que a partir dessa manipulação fosse feita uma análise, partindo dos direcionamentos do professor e das cartas postais com perguntas direcionadoras do olhar do aluno para o tema da imigração e do trabalho e cotidiano feminino na Colônia Dona Francisca, trazendo a discussão de que trabalho não é necessariamente algo remunerado, mas também a produção doméstica, do cuidado com a horta, a educação dos filhos, o trato dos animais, a costura das roupas de casa... Trabalhos estes que podem nos trazer às discussões contemporâneas sobre a divisão de trabalhos entre sexo, tema tão comentado e explorado atualmente.

Nas fotografias podemos perceber esses trabalhos indiretamente quando a mãe posa com a criança no colo, dando a entender que essa era sua responsabilidade, quando aparece do lado dos animais ou na horta, no jardim, ou segurando um objeto de uso doméstico, crocheto. Portanto, o olhar direcionado do aluno à fotografia pode elucidar aquilo que a imagem, o fotógrafo e o fotografado queriam deixar eternizados para as futuras gerações. Mal sabiam eles que essas fotografias futuramente fariam parte de pesquisas e seriam objeto de estudos para diversos temas, entrando nas salas de aulas, nos livros e na história nacional e regional como material importante para complementar a pesquisa historiográfica.

Em sala de aula a fotografia é aliada do professor e. Implementar do livro didático em um panorama onde o incentivo governamental para investimento em educação é nulo e onde ainda apresentamos um modelo educacional tradicional. A fotografia pode ser uma incentivadora do interesse dos alunos pela história nacional, visto que corremos diariamente com as tecnologias que muitas vezes são visuais e inacessíveis em muitas escolas para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. (org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. Mapa da Medição e Demarcação das Terras Concedidas para a Formação da Colônia Dona Francisca. S.d.

_____. Fotografia da família Körsten em frente à sua casa enxaimel. Joinville [19--?]

_____. Alunos da escola colonial de Joinville, também construída na técnica enxaimel. Joinville [19--?]

_____. Casa enxaimel em cima de um morro. Joinville [19--?]

_____. Família Stock. Joinville [19--?]

_____. Família Ulrich. Joinville [entre 1870 e 1890]

_____. A xilogravura apresenta uma residência em meio a uma área desmatada. Joinville [18--]

_____. Família de colonos com ferramenta de trabalho e animais em frente a uma casa de bambu. Joinville [19--?]

_____. Família de colonos, com suas ferramentas em frente da casa de madeira e bambu com telhado de palha. Joinville [18--?]

_____. Grupo de cinco mulheres em um curso de corte e costura na estrada da ilha. Joinville [dec. 1910]

_____. Lilly Tiede concentrada em uma atividade manual. Joinville [entre 1910-1930]

_____. Grupo de três mulheres em frente a uma casa de madeira com telhado de palha. Joinville [19--?]

_____. Família Stock. Joinville [19--?]

_____. Alunos e professores da escola do núcleo de Anaburgo (VILA NOVA). Joinville [entre 1890-1910]

_____. Alunas do Colégios Santos Anjos fazendo trabalhos manuais. Joinville [entre 1920-1930]

_____. Escola de área rural com separação por gênero. Joinville [18--]

_____. Professora Lúcia Lopes. Joinville , 1907.

_____. Professoras Rosa Lauer e Elisabeth Von Dreifuss. Joinville [1920-]

_____. Professora Mathilde Rieckes. Joinville [entre 1900 e 1910]

_____. Professora Ana Maria Harger. Joinville [1930-]

_____. Professora Antona Alpaídes. Joinville, 1928.

_____. Nota de falecimento da parteira Laura Neumann. JOINVILLE, Folha Livre, Ano 1, n. 10, 1887

_____. Anúncio do Hotel Ypiranga de Propriedade De Elisa D. Maya. Joinville, s.d.

_____. Mulheres posando em frente a fábrica de pregos e arames. Joinville [entre 120 e 1940]

BARROS, Vera Beatriz de Jardim Sayão. **Os álbuns de Violeta:** Trajetórias familiares e gostos sociais nos álbuns de fotografias (Rio de Janeiro, 1855-1897). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 203, 2017.

BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF – FERNART, Jocelyne. Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos suas fronteiras de Fredrick Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 187- 227.

BÖBEL, Maria Thereza; S. THIAGO, Raquel. **Joinville – os pioneiros:** documento e história: v. 1 – 1851 a 1866. Joinville: UNIVILLE, 2001.

BOSCHILIA, Roseli T. **Condições de vida e trabalho:** a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Paraná, p.177, 1996.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind et al. Hilda Anna Krisch: pioneira na enfermagem catarinense – formação e contribuição. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 57(3), p. 367, 2004.

BRASIL. **Decreto de 25 de novembro de 1808.** Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-25-11-1808.htm>. Acesso em: 12 jan. de 2020.

_____. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil. Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1890 - vol. 006, p. 1424, col. 1.

_____. **Decreto nº 537, de 15 de maio de 1850.** Approva o contracto celebrado com a Sociedade Colonizadora, estabelecida na cidade de Hamburgo, para a

fundação de huma colonia agricola em terras pertencentes ao Dote da Princeza a Senhora Dona Francisca, na Provincia de Santa Catharina. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 23 Vol. 1 pt. I.

_____. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890.** Promulga a lei sobre o casamento civil. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 168 Vol. 1 fasc. 1º (Publicação Original). Capítulo VII, Parágrafo 3º.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Brasil – 1850, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 15 Vol. 1 pt. I.

_____. **LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017. p. 9-10. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 set. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 12 mar. de 2021.

_____. **Recenseamento do Brazil em 1872.** V. 1. Rio de Janeiro: 1874.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRENES, Anayansi Correa. História da Parturização no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, 7 (2): abr./jun. 1991.

BREPOHL, Marion Dias. Imigração germânica, etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca), Província de Santa Catarina. 1851-1889. **Artigos livres:** História, São Paulo, v. 38, 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE. **Vem aí a medalha Antônia Alpaídes.** s.d. Disponível em: <<http://www.cvj.sc.gov.br/component/content/article/47-noticias/1569-vem-ai-a-medalha-antonia-alpaides->>. Acesso em: jun. de 2020.

COSTA, Iara Andrade; GABARDO, Claudia Valéria LOPES; FREITAS, Dúnia, Anjos de (org.). **Tempos de Educar:** os caminhos da História do ensino na rede municipal de Joinville/SC – 1851/2000. Joinville/SC: UNIVILLE, 2005.

COSTA, Lucia Helena Rodrigues da. **Memórias de parteiras:** entrelaçando gênero e História de uma prática feminina do cuidar. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao illm. e exm. sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, Tipografia de Hyppolito José Pinto, 1877.

D'ANGELIS, W. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 28, p. 34, 1 dez. 2017.

D'INCAO, Maria ÂNGELA. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del(org.); Pinsky, Carla Bassanezi (coord). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

DIAS, Maria Cristina. Anna Maria Harger, uma mulher forte e austera que marcou a história da educação de Joinville. **Notícias do Dia**. Joinville, 18 de março de 2016. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/noticias/anna-maria-harger-uma-mulher-forte-e-austera-que-marcou-a-historia-da-educacao-de-joinville/>>. Acesso em: 16 jun. de 2020.

DIAS, Maria Cristina. Conheça a história da famosa Cia. Sulina Antártica. **Notícias do Dia**. Joinville, 14 de abril de 2013. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/diversao/conheca-a-historia-da-famosa-cia-sulina-antartica/>>. Acesso em: 10 fev. de 2021.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. **Vontade de Saber**: história: oitavo ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

ENGEL, Julie Günter. **Noites de Natal no Brasil**: Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros para a juventude alemã. Berlim: Verlag von Julius Springer, 1862, p. 168.

ESCOLA DE ENSINO BÁSICO PROFESSOR GERMANO TIMM. Diploma Assinado por Antônia Alpaídes. Joinville, s.d.

ESTEVÃO, Luiz Fernando. **As possibilidades de identificação do público com a Pré-História regional a partir da exposição de longa duração do Museu Arqueológico de Joinville/ Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville. Joinville, p.113. 2012.

FÁVERI, Marlene de. Personagens à beira de um porto: mulheres de Itajaí in MORGA, Antônio (org.). **História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Argos e Letras Contemporâneas, 2001.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920**. Tese (Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 325. 2019.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FRAZÃO, Samira Moratti. **Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado**: lugar de memória e impasses. *Antíteses*, v. 10, n. 20, p. 1103-1128, jun/dez. 2017.

GADELHA, Maria d'Aquino Fonseca. **A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão**: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GIRON, Loraine. **Dominação e Subordinação**: mulher e trabalho na pequena propriedade. Porto Alegre: Suliani, 2008.

GOULART, Sabrina da Silva. **Terras indígenas no Oeste Catarinense**. *Revista Santa Catarina em História – UFSC*, v. 1, n. 2, 2009.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. São Paulo: Vozes, 2008.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2. ed. rev. e atual. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

GUEDES, Sandra P.L. de Camargo. **A escravidão em uma colônia de “alemães”**. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

HEMEROTECA CATARINENSE. Anúncio da Florista Theresa A. C. Rochadel. *Jornal Folha Livre*, Joinville, Ano 1, n. 1, 23 jan. 1887. Disponível em:< <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/folhalivre/FOL1887001.pdf>> Acessado em: nov. de 2020

_____. Anúncio da Florista Theresa A. C. Rochadel. *Jornal Folha Livre*, Joinville, Ano 1, n. 5, 20 fev. 1887. Disponível em:< <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/folhalivre/FOL1887005.pdf>> Acessado em: nov. de 2020

_____. Anúncio da Florista Theresa A. C. Rochadel. *Jornal Folha Livre*, Joinville, Ano 1, n. 5, 20 fev. 1887. Disponível em:< <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/folhalivre/FOL1887005.pdf>> Acessado em: nov. de 2020

_____. Anúncio da Florista Theresa A. C. Rochadel. *Jornal Folha Livre*, Joinville, Ano 1, n.20, 1887.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do capital**:1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

INSTITUTO BRASIELIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Imperial de 1872 A 1875**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, v.11. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: nov. de 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexos. In: HIRATA, Helena et al (org). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014..

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**. n. 15, ano 2000.

_____, Lúcio. **Identidade étnica e processo escolar**. Cadernos de Pesquisa, nº 107, julho, 1999.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EdUSP, 1993.

LIMA, Ederson Prestes Santos. **História, memória e Educação no olhar *photográfico* de Guilherme Glück (Lapa/PR, 1920 – 1953)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 310. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del(org.; Pinsky, Carla Bassanezi (coord). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Curitiba: SAMP, 2014.

MATHYAS, Alessandra M. A imprensa na historiografia de Joinville (SC). In: **Revista UNIVILLE**, Joinville, v.12, edição especial p. 43-52. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90317>>. Acesso em: maio de 2020.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo**. Projeto História, São Paulo, (13), jun. 1996.

MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 13.n.1. p. 133 – 174. Jan. – Jun. 2005.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império**. Caderno CRH, Salvador, v. 22, p. 173-184, jan/abr. 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico**. Tempo, n. 14, 2002, p. 131 – 151. Universidade Federal Fluminense.

MIMESSE, Elaine. As aventuras e desventuras das crianças em São Caetano no início do século XX. In: Mimesse, Elaine (org.). **Bambini Brasiliani: A infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí: Paco, 2013.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Uma estranha noção de Ciência: repercussões do pensamento eugênico no Brasil. **Revista Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, p. 297, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24165/19607>>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

MOREIRA, Marcos (coord.). **Luta pela terra Guarani no litoral norte de Santa Catarina**. Florianópolis/Paraná: 2017.

MORGA, Antônio (org.). **História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Argos e Letras Contemporâneas, 2001.

OLIVEIRA, Carla Martins de. **O protagonismo das mulheres na História: proposta metodológica para o ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 101, 2019.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEDRO, Maria Joana. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del(org.); Pinsky, Carla Bassanezi (coord. De texto). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINGERG, Keila. **Vontade de Saber – História**. 8º ano. São Paulo: Editora FTD, 2009.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: Imigração italiana e memórias de mulheres**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: p. 279. 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade: 1824 - 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINSKY, Carla Bassanezi. Introdução. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. In: MAIO, M.C., SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCBB, 1996.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. 2019. Disponível em: < <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3>>. Acesso em: dez. de 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação: 2014.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. **Os natais da livre pensadora alemã Julie Engell - Günther**: relações de gênero e interétnicas no Brasil do século 19. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 89.

SCOTT, Joan. História das Mulheres in BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 78.

_____, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

_____, Joan. Prefácio a Gender and politics of History. Caderno Pagu (3), 1994, p. 11-27.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 53, março/maio 2002.

_____, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCBB, 1996.

_____, Giralda. **Formação de identidades culturais em contextos migratórios**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 2005.

_____, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania**: a imigração alemã e o Estado brasileiro. 1993. Disponível em: < http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_08.pdf>. Acesso em: fev. de 2020.

_____, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania**: a imigração alemã e o Estado brasileiro. RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26, n. 77, p. 47- 61. 1994.

_____, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Janine Gomes da. Lugares do recôndito, espaços de sociabilidades: histórias de mulheres imigrantes de Joinville... In: MORGA, Antônio (org.). **História das**

mulheres de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Argos e Letras Contemporâneas, 2001.

_____, Janine Gomes da. **Tensões, trabalhos e sociabilidades:** histórias de mulheres em Joinville no século XIX. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2004.

_____, Janine Gomes da. Vivências das mulheres em Joinville no século XIX. In: GUEDES, 2005. **Histórias de (I)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. 2. ed. rev. e atual. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Suelen Soares. Projeto Digital destaca trabalho das professoras negras de Joinville. **Notícias de Santa Catarina – ND+.** Joinville, 25 de maio de 2015. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/projeto-outras-antonietas-reunira-professoras-negras-da-rede-estadual-em-joinville/>> Acesso em: maio de 2020.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. **A Estrada Poente:** Escola Alemã – Colégio Progresso. Curitiba: Máquina de Escrever, 2012, 144p.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. In: HIRATA, Helena et al. (org). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é...na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões & Debates,** Curitiba, n. 34, p. 180 – 181, Editora da UFPR. 2001.

VÖROS, Aline da Silva Araújo. **Trajetórias e interações:** os objetos da Caixa Didática “Padrões de Beleza” do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. (MAE-UFPR). Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba: p. 163. 2015.

WITTMANN, Luisa Tomboni. **O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

APÉNDICE

APÊNDICE 1 – CARTÕES POSTAIS PARA OS ALUNOS



Informações: Fotografia do casamento de Emma Wetzel com Hans Skowroneck.

Na imagem temos as famílias Família Wetzel e Família Skowroneck.

Local: Joinville

Ano: 1910

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Fotografia da Família Körsten.

Na imagem temos a família Körsten posando na frente da sua residência, com estilo arquitetônico enxaimel.

Local: Joinville

Ano: 19 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Alunos da Escola Colonial de Joinville.

Na imagem vemos os alunos praticando ginástica em frente à escola, sob a supervisão do diretor e do professor, que observam da varanda da escola.

Local: Joinville

Ano: 19 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Família Stock.

Na imagem vemos uma mulher sentada com um bebê no colo, rodeada por oito crianças posando para a foto. Ao fundo, vemos uma mulher sentada em um balanço observando a cena.

Local: Joinville

Ano: 19 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Família de colonos.

Na imagem vemos uma família de colonos, no qual temos uma mulher segurando um bebê de colo ao lado de uma criança, um homem segurando uma ferramenta de trabalho, duas crianças de mãos dadas ao lado do homem, um bezerro e um cachorro. Ao fundo temos uma casa de madeira e algumas árvores.

Local: Joinville

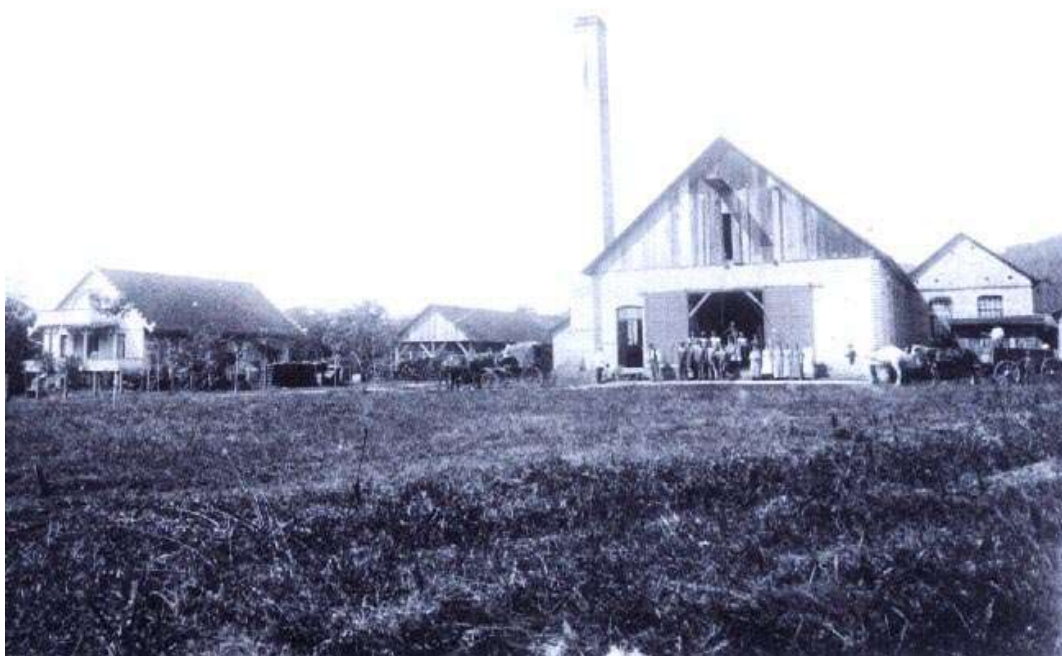
Ano: 19 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Panorama da fábrica de pregos e arames

Na imagem vemos o panorama da antiga Fábrica de Pregos e Arame. Vê-se chaminé da fábrica e trabalhadores na porta do galpão. Na direita há uma pequena carroça com cavalo. Ao lado direito da porta, percebe-se a presença de mulheres posando para a foto

Local: Joinville

Ano: 1920-1940

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Mulheres no curso de corte e costura

Na imagem vemos um grupo de cinco mulheres em um curso de corte e costura na Estrada da Ilha, sentadas em uma mesa com máquinas de costura. Quando olhamos dentro da porta, há um homem ao fundo, dentro da casa sentado e a sua frente está um livro aberto. Pela posição do livro podemos supor que seja de partituras e que ele esteja senado de frente para um piano.

Local: Joinville

Ano: Década de 1910

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Mulheres posando para foto

Na imagem vemos um grupo de três mulheres em frente a uma casa de madeira com telhado de palha, no entorno há um boi.

Local: Joinville

Ano: 19 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Escola Rural de Joinville

Na imagem vemos do lado direito um grupo de meninas brincando de roda e do lado esquerdo o professor Augusto Kluver posando com os meninos olhando para a câmera.

Local: Joinville

Ano: 18 - -

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.



Informações: Sala de aula da Escola Paroquial, futuro Colégio Santos Anjos

Na imagem vemos a sala de aula da Escola Paroquial com meninas fazendo trabalhos manuais, ao fundo há uma freira. Colégio Santos Anjos.

Local: Joinville

Ano: Entre 1920 e 1930

Acervo e informações: Arquivo Histórico de Joinville

Observe na imagem e identifique:

1. Tema principal da fotografia;
2. Descreva os elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto documento histórico;
5. Escolha duas imagens ou mais e a partir delas produza um pequeno texto sobre o papel das mulheres na história da colonização de Joinville e a importância de dar a elas visibilidade no período.

Utilize suas anotações da aula e o livro didático como fontes de pesquisa complementares.

APÊNDICE 2 – CARTÕES POSTAIS PARA OS PROFESSORES



Professora Antônia Alpaídes e seus alunos do 4º ano primário do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em 1928. Fotografia Arquivo Histórico de Joinville.

Olá professor (a)

Este material contém 10 cartões postais com fotografias de Joinville que contemplam o trabalho feminino durante os anos 1850-1920.

No verso de cada cartão postal, temos uma legenda com informações importantes sobre as fotografias e cinco questões que os alunos devem analisar ao observar essa imagem. Todos os kits contêm as mesmas imagens.

Sugerimos que sejam montados pequenos grupos e que cada um deles anote as informações e compartilhem com a turma suas observações, para termos um debate sobre o papel da imigrante na história da nossa cidade.

Sugerimos também que as discussões sejam intermediadas por você e, para isso, temos algumas informações que gostaríamos de compartilhar para facilitar a aula.



O século XIX transformou a sociedade brasileira com a consolidação do capitalismo através da formação de uma mentalidade burguesa que atinge diretamente as atividades femininas. Na família burguesa a vida da mulher é marcada pela intimidade e a maternidade. As casas burguesas eram marcadas pelas salas de visita e salões e eram nesses espaços (cafés, bailes, teatros eventos) que a intimidade familiar e a mulher eram submetidas a opinião da sociedade (D'INCAO, 2017).

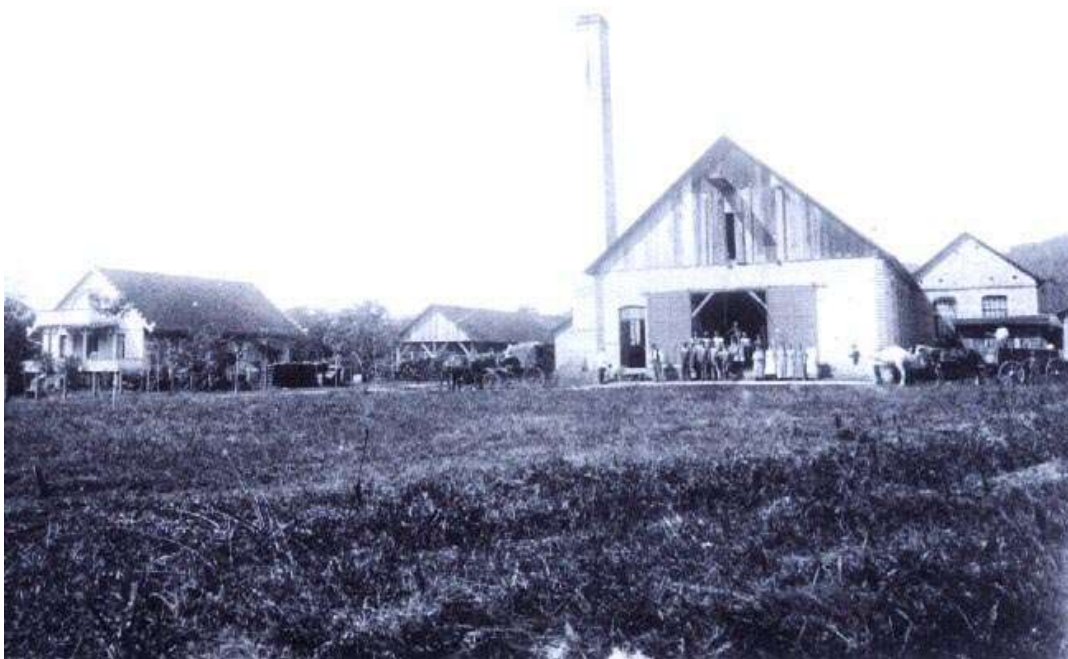
Entre as famílias burguesas o casamento era usado para manutenção ou ascensão social e as mulheres eram responsáveis por contribuir para essa ascensão sendo boas anfitriãs e boas mães, tornando-se espelhos da família, mesmo a autoridade estando nas mãos masculinas (D'INCAO, 2017).

Considerada a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D'INCAO, 2017, p, 230).



Os produtos das hortas e das criações dessas famílias muitas vezes eram fonte de seu sustento. As fotografias trazem mulheres com filhos e maridos participando ativamente da lida diária na roça, cuidando das plantações, dos animais e dos filhos pequenos que ficavam no terreno e precisavam de atenção devido à mata e aos animais peçonhentos que poderiam surgir. Além disso, havia o trabalho complementar da mulher nos espaços domésticos, as costuras, os produtos artesanais para alimentação e para uso garantiam a economia de muitas famílias (GIRON, 2008), o preparo da comida para servir marido e filhos, o preparo do banho do marido, o cuidado da higiene das crianças, tudo isso eram encargos que a mulher precisava dar conta. Além da produção para consumo familiar e para venda, realizada tanto por homens quanto por mulheres das mais variadas idades, o trabalho com costura também era fundamental, mas esta função era exclusividade das mulheres.

Embora os registros sobre os trabalhos femininos apontem com mais frequência as atividades domésticas das mulheres, podemos inferir que, em Joinville, além de esposas, mães e donas-de-casa, elas foram também costureiras, cozinheiras, parteiras e proprietárias de estabelecimentos comerciais [...]. Muitas vezes eram viúvas que assumiam os negócios da família após o falecimento do marido [...] (SILVA, 2005, p. 56-57).



O Censo realizado pelo Governo Imperial de 1872, traz o seguinte dado sobre a Província de Santa Catarina (BRASIL, 1874): na indústria temos um número maior de trabalhadoras mulheres nas fábricas de tecidos (1.137 brasileiras, 6 estrangeiras e 128 escravizadas). Apenas 2 mulheres trabalhavam nas fábricas de metal, 3 nas de madeira, 1 em edificações, 1 em couros e peles, 16 na tinturaria (sendo 2 escravizadas), 7 na de vestuário, 1 na de chapéus e 2 na de calçados (1 delas escravizada).

Com todas as informações presentes no Recenseamento de 1872 fica claro afirmarmos que, apesar de muitas vezes negadas, as mulheres estavam presentes nos ambientes de trabalho mais diversos além do lar. Portanto, se pudéssemos passear pelos anos de 1872 veríamos mulheres trabalhadoras domésticas que se desprendiam entre os afazeres do seu lar para trabalhar em casas de famílias mais abastadas, ou mulheres entrando nas fábricas da colônia, dividindo sua força de trabalho com homens, nas zonas rurais cuidando das plantações e dos animais enquanto chamavam seus filhos para perto, com medo de que algum animal estranho pudesse aparecer. Poderíamos ver também mulheres escravizadas, viúvas tocando os negócios da família, mulheres nos balcões das lojas. Elas estavam lá, em todos os lugares e momentos, eternizadas pelo recenseamento que não deixou desaparecessem de vez.



Enquanto as mulheres trabalhavam sem receber por isso uma diferenciação dentro do seio familiar, ao papel de proprietário do marido acrescentava-se o chefe da família e juiz, criando regras e punido os seus. Era o primeiro a ser servido, assim como receber os melhores alimentos, no banho era o primeiro.

Com relação aos filhos, era privilégio ou resguardo a mulher deveria, assim como a terra, dar frutos tanto quanto possível e seu descanso era realizando atividades complementares, ou seja, o seu trabalho de bordar, costurar, dobrar palha eram considerados lazer, já que nas festas que participavam dificilmente eram convidadas mas sim cozinheiras, organizando e servindo (GIRON, 2008).

Ao homem cabiam três papéis: de proprietário da terra, de chefe da família e de dono da casa. A mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral. Aos filhos cabia a obediência e o trabalho, compatíveis com seu papel subalterno de membros da família (GIRON, 2008, p. 34).

Mas não era porque tinha um papel subalterno que as mulheres não tinham voz. A mulher da área rural era um membro importante para a sobrevivência da família, portanto, sua opinião era levada em consideração. Além disso, no início da colonização, a escassez de mulheres e sua importância fundamental nos trabalhos garantia uma certa valorização, visto que elas realizavam trabalhos tidos como masculinos e femininos (PEDRO, 2017).



O número de mulheres em Joinville entre 1859 e 1879 equivalia a 48% da população total (SILVA, 2004), ou seja, praticamente a mesma quantidade de homens na localidade. As mulheres sozinhas, muitas com crianças que dependiam de sua atenção como a representada acima, ficavam com essas tarefas para si, com uma visível sobrecarga e, inclusive, ajudando ou sustentando o lar com o dinheiro que recebiam por trabalhos fora dele:

Vender doces [...], vender verduras, entre outras atividades, são papéis informais exercidos por vários homens e mulheres. Em Joinville, principalmente no século XIX, possivelmente esses papéis eram "destinados" mais às mulheres, por não estarem inseridas no mercado de trabalho formal (SILVA, 2004, p. 72).

Mesmo com a mentalidade patriarcal imperando, exemplos de negócios comandados por mulheres em Joinville aparecem em propagandas de jornais da região, como donas de hotéis, professoras particulares, floristas e viúvas que assumem os negócios dos maridos. Também tínhamos as trabalhadoras fabris, as lavadeiras e empregadas domésticas.



A gravidez não impossibilitava as mulheres de continuarem trabalhando, viajando longas distâncias para comprar e vender mantimentos com crianças pequenas junto e mesmo após o parto, não se davam ao luxo de parar e descansar, mas continuavam seus afazeres para que não se acumulassem (SILVA, 2004).

Na Colônia Dona Francisca do século XIX, Frederike Buch, Julie Strombach, Laura Neuman eram alguns dos nomes que se recorriam quando o assunto era parto ou problemas relacionados ao corpo feminino (SILVA, 2004). Donas de saberes atestados por exames de parteiras, essas mulheres também conhecidas como aparadeiras e comadres, socorriam a qualquer hora do dia e da noite, utilizando seus saberes e suas práticas de anos de serviço) até que os médicos substituíssem seu papel. Além do trabalho de parteira, enfermeira, ajudante de médicos, a questão da saúde também envolvia benzimentos, rezas, simpatias que as mulheres aprendiam através da transmissão entre elas. Essas práticas auxiliavam nos problemas com menstruação, com o parto e o pós-parto e até com problemas do casamento. Esse cuidado com a saúde, não só sua, mas dos demais familiares, era uma das tarefas femininas: “Era a ela que cabia ficar à cabeceira dos doentes e, na falta de um médico, utilizar seus conhecimentos de chás, ervas, massagens e benzimentos para curar os enfermos” (WOLFF, 2001, p. 169).



O trabalho com a costura, os bordados, os ajustes não eram somente trabalho doméstico, eram um trabalho que poderiam angariar mais um lucro para as famílias. Portanto, não eram atividades de lazer, eram trabalhos domésticos que poderiam se estender para produções lucrativas em alguns casos, mas que eram realizados nos momentos de lazer da família, enquanto as crianças brincavam e o marido descansava, a mulher estava fazendo costura. Os enxovais também eram produzidos por essas mulheres nas horas vagas.

Para as mulheres que não trabalhavam nas fábricas, principalmente as que possuíam poucas possibilidades de vida e nível social mais baixo, o trabalho doméstico era um serviço que poderia render algum dinheiro. Lavadeiras, costureiras, cozinheiras eram profissões ligadas aos cuidados domésticos e encaradas como serviços femininos, e quem não tivesse ou não quisesse fazer essas funções, poderia contratar quem as realizasse. Mas esse trabalho não era visto com bons olhos pelos que desconfiavam das mulheres que saíam de perto da família em busca de condições melhores de vida.



A organização escolar dos imigrantes ocorreu através de escolas comunitárias, além de particulares mantidas pelas congregações religiosas. Nas áreas urbanas encontramos também as escolas particulares laicas (KREUTZ, 2000). Mesmo com baixo fluxo migracional, tivemos a maior quantidade de escolas étnicas da América, com destaque para as escolas alemãs que mesmo não sendo a maioria no fluxo, tinham os maiores números de escolas organizadas (foram contabilizadas 1579 escolas em 1937) (KREUTZ, 2000).

O modelo de escolas era separado por sexo, e os professores também: para educar meninos deveriam ser professores homens e para as meninas professoras mulheres. Nas colônias nem sempre isso era possível, devido à escassez de profissionais e espaços para a escola.

Percebe-se que mesmo a área educacional sendo vista como uma função aberta ao sexo feminino, na maioria das fotografias a figura masculina aparece como figura de mando, professor, inspetor, diretor. Mas isso não quer dizer que as mulheres não tivessem espaço nas escolas de Joinville no século XIX e XX. A escola, além de uma oportunidade de trabalho mais aberta ao público feminino, ainda era uma chance de sair do ambiente doméstico, mesmo que fosse por meio período.



Pensando na formação das escolas primárias, com a sua formação percebeu-se aderência maior do público feminino ou magistério, provavelmente porque os homens tiveram acesso a áreas profissionais vedadas as mulheres. Com a saída dos homens da profissão devido a ampliação de novas opções de trabalho que surgiam com as empresas que se formavam ou até mesmo para assumir os negócios da família em caso de falecimento do pai, o magistério passa a ser visto como uma extensão da maternidade e características que até hoje ouvimos sobre o ser professor são implicados no ofício, como afetividade, doação, paciência, características essas cobradas da mulher desde a sua primeira educação (LOURO, 2017).

Podemos concluir, portanto, que a formação das escolas comunitárias e da própria Educação no Brasil está fortemente relacionado com a luta feminina por espaço no mercado de trabalho e que é uma luta por direitos e por visibilidade, mesmo diante de um quadro profissional onde inicialmente a preferência era o profissional masculino. Mesmo assim, com insistência e qualificação e também com a entrada das mulheres no campo da política, esse espaço foi conquistado, mesmo que ainda com muitos pontos a serem discutidos.



Entre as atividades que eram ensinadas pelas professoras a classe alta, o bordado, os cuidados domésticos e com os criados, habilidades na cozinha e modos de se portar faziam parte do currículo além das aulas particulares de música em francês. Devido à escassez de escolas ou à distância das fazendas, muitas crianças da classe alta eram educadas dentro das próprias residências pelos pais e por preceptoras contratadas (SCHLINDWEIN, 2015).

As meninas pobres, em contraponto, aprendiam os cuidados domésticos e com as crianças logo cedo, sendo que o ensino escolar não era uma prioridade para essas famílias. As órfãs e abandonadas eram educadas pelas ordens religiosas e quando tivessem a idade de casar eram apresentadas aos homens que iam aos asilos em busca de esposa (LOURO, 2017).

A sociedade de Joinville apresentava uma diferenciação entre a mulher rural e a urbana e os discursos divulgados nas mídias locais possivelmente eram uma maneira de diferenciar o modelo de mulher joinvilense urbana, das famílias que estavam ascendendo socialmente e que entre essas diferenciações estava o papel da mulher do lar, mãe, esposa que se distanciava da agricultura e da criação de animais, que seriam práticas mais presentes entre as mulheres imigrantes. Esse modelo seria uma tentativa de definir o que seriam as famílias civilizadas (SILVA, 2004).